



COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CARLA GOMES DE BARROS

DIVERSIDADE SEXUAL E LGBTFOBIA NO AMBIENTE
ESCOLAR: uma análise sobre a atuação dos docentes da Educação
Profissional e Tecnológica

Rio de Janeiro

2024

CARLA GOMES DE BARROS

DIVERSIDADE SEXUAL E LGBTFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR: uma análise
sobre a atuação dos docentes da Educação Profissional e Tecnológica

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^ª Dra. Ana Carolina
Rigoni Carmo

Rio de Janeiro

2024

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

B277 Barros, Carla Gomes de

Diversidade sexual e LGBTFOBIA no ambiente escolar: uma análise sobre a atuação dos docentes da Educação Profissional e Tecnológica / Carla Gomes de Barros. - Rio de Janeiro, 2024.

95 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Ana Carolina Rigoni Carmo.

1. Diversidade. 2. Educação profissional. 3. Ensino Médio Integrado. 4. LGBT. I. Carmo, Ana Carolina Rigoni. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 374.113

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.



COLÉGIO PEDRO II

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



CARLA GOMES DE BARROS

**DIVERSIDADE SEXUAL E LGBTFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR: uma análise
sobre a atuação dos docentes da Educação Profissional e Tecnológica**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 22 de março de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª. Dra. Ana Carolina Rigoni Carmo
ProfEPT - Colégio Pedro II
Orientadora

Profª. Dra. Lericé de Castro Garzoni
ProfEPT - Instituto IFSUL de Minas – campus Poços de Caldas

Profª. Dra. Juliana Lira Sampaio
Colégio Pedro II

Rio de Janeiro

2024

Dedico este trabalho a toda comunidade LGBTQIAPN+, em especial aos meus alunos e ex-alunos que me fizeram enxergar a necessidade de sair da minha zona de conforto, arregaçar as mangas e ir à luta por uma educação mais inclusiva.

AGRADECIMENTOS

É sem dúvida muito emocionante concluir um projeto com o qual sonhou. Neste momento especial é hora de dividir tamanha alegria desta finalização com todos que de alguma forma colaboraram para a conclusão deste trabalho e sem os quais não seria realmente possível.

Primeiramente agradeço a minha Orientadora, Dra. Ana Carolina Rigoni Carmo, por sua atenção, dedicação e especialmente seu carinho. Sem dúvida você marcará de forma muito especial minha trajetória e evolução acadêmica. Gratidão, professora!

Agradeço também as participantes da minha banca avaliadora por toda contribuição desde a qualificação. Vocês são inspiradoras!

Agradeço a toda equipe do CPEI que estão envolvidos com os mestrados do ProfEPT (docentes/coordenadores/secretaria acadêmica, etc...).

Agradeço especialmente minha esposa, Rafaella, que durante todo o tempo esteve ao meu lado, me apoiando e incentivando o meu crescimento. Seu amor foi meu sustento por esses tempos difíceis, muito obrigada! O amor venceu! Nosso amor vencerá sempre!

Agradeço aos meus filhos, Brenno e Brunno, por todo apoio e incentivo, nosso amor é para além dessa vida!

Agradeço aos meus filhos de coração (que são muitos), Fernanda, Eloá e Reginaldo. Todos vocês sempre me encheram o coração de carinho e ternura.

Agradeço também aos meus familiares, meus irmãos, primos, tios, sobrinhos, meus afilhados, vizinhos, amigos... cada um de vocês de certa forma me ensinou algo importante. Inclusive a estudar muito para defender ainda mais os direitos das pessoas LGBTQIAPN+ com propriedade e afinco.

Meu agradecimento aos meus pais, em memória. Vocês foram e são meus exemplos de perseverança e amor.

À Deus, e a todos os meus Orixás por me manterem de pé mesmo quando eu tinha tudo pra sucumbir. GRATIDÃO!

“Seja qual for a liberdade pela qual lutamos,
deve ser uma liberdade baseada na igualdade.”
(Judith Butler)

RESUMO

BARROS, Carla Gomes de. **Diversidade sexual e LGBTfobia no ambiente escolar: uma análise sobre a atuação dos docentes da Educação Profissional e Tecnológica**. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

A resistência dos docentes em dialogar sobre diversidade sexual e LGBTfobia no ambiente escolar pode resultar na disseminação da discriminação e do preconceito, transformando um espaço que deveria ser inclusivo em um local de exclusão social. O comportamento homofóbico nas escolas afeta gravemente a saúde mental dos estudantes, culminando em fracasso e evasão escolar. Nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo investigar se as temáticas sobre diversidade sexual e LGBTfobia são abordadas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Colégio Pedro II (CPII), campus TIJUCA II. Além disso, buscamos compreender as estratégias utilizadas para discutir esses temas, identificar possíveis desafios e avaliar a receptividade dos educadores em relação ao Produto Educacional (PE) proposto neste trabalho. Por meio de um questionário *online* disponibilizado pela plataforma *Google Forms* e respondido pelos docentes da EPT, os dados foram analisados de forma quantitativa e qualitativa. O PE desenvolvido consistiu na criação de um *Padlet* (revista digital), composto por livros didáticos, artigos científicos e recursos online, com o intuito de ampliar o conhecimento teórico dos docentes, fomentando a interação entre docentes e alunos, além de promover a troca de experiências. Os resultados evidenciaram que 66,7% dos docentes abordam a diversidade sexual e LGBTfobia em suas práticas pedagógicas, empregando estratégias como contextualização histórica, intervenção reativa diante de discriminação, utilização de textos como ferramenta didática e promoção de palestras e debates. Houve consenso unânime sobre a importância de discutir o tema na EPT, visando combater a discriminação, promover a inclusão, desconstruir estereótipos e sensibilizar os alunos. A maioria dos docentes não participou de formações específicas. A proposta do PE foi aceita e reconhecida pela totalidade dos participantes, que sugeriram formatos variados para ampliar o conhecimento teórico, promovendo a interação e a troca de experiências entre docentes e alunos. Desta forma, acreditamos que esta pesquisa fornece conteúdo significativo para aprimorar a abordagem dessas temáticas por parte dos docentes, contribuindo para a construção de ambientes escolares mais inclusivos e conscientes.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade. LGBTfobia. Educação Profissional e Tecnológica. Ensino médio Integrado.

ABSTRACT

BARROS, Carla Gomes de. **Sexual Diversity and LGBTphobia in the School**

Environment: An Analysis of the Role of Teachers in Professional and Technological Education. 2024. Dissertation (Professional Master's in Professional and Technological Education) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

The reluctance of teachers to engage in discussions about sexual diversity and LGBTphobia in the school environment can lead to the spread of discrimination and prejudice, turning a space that should be inclusive into a site of social exclusion. Homophobic behavior in schools severely affects the mental health of students, leading to failure and dropout. In this context, this research aimed to investigate whether topics on sexual diversity and LGBTphobia are addressed at the Professional and Technological School (EPT) - Colégio Pedro II (CPII) TIJUCA II campus. Moreover, we sought to understand the strategies used to discuss these issues, identify potential challenges, and assess educators' receptiveness to the Educational Product (EP) proposed in this work. Through an online questionnaire made available by the Google Forms platform and answered by EPT teachers, the data were analyzed both quantitatively and qualitatively. The developed EP consisted of creating a Padlet (digital magazine), comprised of textbooks, scientific articles, and online resources, aimed at expanding the theoretical knowledge of teachers, fostering interaction between teachers and students, and promoting the exchange of experiences. The results showed that 66.7% of the teachers address sexual diversity and LGBTphobia in their pedagogical practices, employing strategies such as historical contextualization, reactive intervention in the face of discrimination, using texts as a teaching tool, and promoting lectures and debates. There was unanimous consensus on the importance of discussing the topic in EPT to combat discrimination, promote inclusion, deconstruct stereotypes, and sensitize students. Most teachers had not participated in specific training. The EP proposal was well-received by all participants, who suggested various formats to expand theoretical knowledge, promoting interaction and the exchange of experiences between teachers and students. Thus, we believe that the research provides significant content to improve the approach to these topics by teachers, contributing to the creation of more inclusive and aware school environments.

KEYWORDS: Diversity. LGBTphobia. Professional and Technological Education. Integrated High School.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1. Captura de tela da página inicial do site Padlet (www.padlet.com) | 48 |
| Figura 2. Captura de tela da página de criação de conta no Padlet. | 49 |
| Figura 3. Captura de tela da página onde o usuário seleciona o melhor grupo de acordo com seu perfil. | 49 |
| Figura 4. Captura de tela da página onde o usuário cria o seu Padlet..... | 50 |
| Figura 5. Captura de tela da página onde o usuário escolhe o seu layout..... | 50 |
| Figura 6. Captura de tela da página após a personalização do mural. | 51 |
| Figura 7. Captura de tela da página indicando a ferramenta de adição de conteúdo..... | 52 |
| Figura 8. Captura de tela da página indicando a janela de compartilhamento que referencia este Padlet..... | 53 |
| Figura 9. Você aborda o tema “DIVERSIDADE SEXUAL E LGBTfobia” em suas aulas? .. | 55 |
| Figura 10. Você já participou de algum tipo de formação ofertado pelo CPII para auxiliar com esse tema em sala de aula? | 57 |
| Figura 11. Você acha que um material didático com embasamento teórico apropriado e a possibilidade de interação com os alunos facilitaria o trabalho com esta temática em sala de aula? | 61 |
| Figura 12. Capa do Padlet | 64 |
| Figura 13. Apresentação deste Padlet. | 65 |
| Figura 14. Objetivo deste Padlet..... | 66 |
| Figura 15. A EPT e sua importância na luta pelo direito à diversidade e inclusão | 67 |
| Figura 16. Significado das letras LGBTQIA+ | 68 |
| Figura 17. A comunidade LGBTQIA+ no mundo do trabalho | 69 |
| Figura 18. Mitos prejudiciais que cercam a comunidade LGBTQIA+..... | 70 |
| Figura 19. Consequências da LGBTfobia nas escolas..... | 71 |
| Figura 20. Como o professor pode ajudar para promover a inclusão? | 72 |
| Figura 21. Leis e amparos legais | 73 |
| Figura 22. Homofobia é crime! Como denunciar? | 74 |
| Figura 23. Que tal uma música? | 75 |
| Figura 24. Que tal um filme?..... | 76 |
| Figura 25. Que tal um documentário?..... | 77 |
| Figura 26. Referências Bibliográficas para a construção do Padlet. | 78 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Conceitos das letras que compõe a sigla LGBTQIAPN+..... | 27 |
| Quadro 2: Qual a sua opinião sobre abordar o tema “DIVERSIDADE SEXUAL E LGBTfobia” na escola? Marque uma ou mais opções, se necessário. | 61 |
| Quadro 3. Se você respondeu “SIM’ na questão anterior, indique sua sugestão de formato mais adequado para os docentes trabalharem com tema. | 62 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- APA - Associação Americana Psiquiátrica
- CEE-RJ - Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro
- CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde
- CNCD – Conselho Nacional de Combate à Discriminação
- DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
- EJA - Educação de Jovens e Adultos
- EPT - Educação Profissional e Tecnológica
- FIC - Formação Inicial e Continuada
- GGB - Grupo Gay da Bahia
- HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana, (do inglês, *human immunodeficiency virus*)
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LGBTQIAPN+ - Sigla que abrange pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer/questionando, intersexo, assexuais/arromânticas/agênero, pan/poli, não-binárias e mais).
- OMS - Organização Mundial da Saúde
- ONG - Organização Não Governamental
- PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
- PE – Produto Educacional
- PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
- SEEDUC-RJ - Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro
- STF - Supremo Tribunal Federal
- UNCME-RJ - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Rio de Janeiro
- UNDIME-RJ - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 1.1. Objetivo Geral | 16 |
| 1.2. Objetivos Específicos | 16 |
| 1.3. Questões de Pesquisa | 17 |
| 1.4. Hipótese | 17 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO | 21 |
| 2.1 Sexualidade: contexto histórico e conceitos..... | 21 |
| 2.2 Educação, Diversidade Sexual e Combate à Homofobia no Ambiente Escolar | 28 |
| 2.3 A escola democrática e o currículo | 32 |
| 3. METODOLOGIA..... | 47 |
| 3.1. Etapas da pesquisa: Revisão bibliográfica..... | 47 |
| 3.2. Formulário | 47 |
| 3.3 Construção do PE: <i>Padlet</i>..... | 48 |
| 3.3.1 Acesso à Plataforma <i>Padlet</i> :..... | 48 |
| 3.3.2 Criação de uma Conta:..... | 48 |
| 3.3.3 Como você vai utilizar o <i>Padlet</i> ?..... | 49 |
| 3.3.4 Início de um Novo Mural:..... | 50 |
| 3.3.5 Escolha do <i>Layout</i> :..... | 50 |
| 3.3.6 Personalização do Mural:..... | 51 |
| 3.3.7 Adição de Conteúdo:..... | 51 |
| 3.3.8 Compartilhamento do Painel:..... | 52 |
| 4. ANÁLISE DE DADOS | 54 |
| 4.1 - Perfil dos participantes | 54 |
| 4.2 - Respostas do questionário..... | 54 |
| 5. PRODUTO EDUCACIONAL | 63 |
| 5.1. Apresentação do <i>Padlet</i>: Sexualidade e LGBTfobia no ambiente escolar: um guia para docentes..... | 64 |

| | |
|---|-----------|
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 79 |
| 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 80 |
| APÊNDICE I..... | 90 |
| QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS..... | 90 |
| APÊNDICE II | 93 |
| TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MAIORES DE IDADE..... | 93 |
| ANEXO I..... | 96 |

1. INTRODUÇÃO

A escola é uma instituição pertencente à sociedade, portanto, influenciada pelos modos de pensar e de se relacionar em um contexto social, político e cultural específico. Por outro lado, a escola também é um instrumento formador de opiniões onde através de seus professores e professoras, educandos se inspiram (além de aprenderem os conteúdos), no modo de pensar e agir de seus mestres contribuindo para suas transformações pessoais (Libâneo, 2013). Ao identificarmos o cenário de discriminações e preconceitos, vemos no espaço da escola as possibilidades de particular contribuição para alteração desse processo (Brasil, 2009). No entanto, abordagens pertinentes às questões sobre diversidade sexual e LGBTfobia, comumente são silenciadas pelos docentes. A ausência de discussões sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas reflete um silenciamento que se manifesta não apenas pela falta de abordagem, mas também pela omissão diante de casos de violência física ou verbal direcionados a estudantes que expressam sua identidade sexual e de gênero. Esse comportamento é comum entre os docentes, que evitam tratar do tema (Dinis, 2011). Isso se deve a diversos motivos, como por exemplo, a falta de conhecimento sobre o tema, a falta de argumentação ou até mesmo a falta de consistência na própria argumentação, as crenças trazidas pelos professores e professoras, sejam elas de religião ou exacerbado conservadorismo (Duarte, 2021), ausência de vontade para tratar assuntos polêmicos, justificativas para velar o próprio preconceito (Laurindo *et al.*, 2023), por acreditar que esse assunto não faz parte do currículo da disciplina (Oliveira, 2018). E, nos silêncios, no “currículo explícito e oculto”, vão se reproduzindo as desigualdades.

A escola possui um imenso campo de ação favorável para promover reflexões e quando possível, promover a mudança desses paradigmas tradicionais, desconstruindo padrões de gênero. Anseia-se que a escola seja acolhedora e emancipadora também com as estudantes mulheres, homossexuais, transexuais e travestis, caso contrário não estará cumprindo o que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs): “A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças.” (Brasil, 2013, p. 4). Logo, a escola deve promover o diálogo e o conhecimento de diferentes sujeitos e culturas para que se respeite e valorize o outro. Todavia, o cotidiano escolar demonstra uma outra realidade, como por exemplo, a postura de silenciamento dos docentes, mantendo um discurso de “neutralidade”. Podemos sugerir que essa pseudoneutralidade, um tanto conservadora, é uma forma de discriminação indireta. Uma vez que medidas, decisões e práticas que parecem ser neutras e desprovidas de justificção e intenção discriminatória podem acabar impactando de maneira

diferenciada diversos indivíduos e grupos, contribuindo para a promoção de preconceitos estereótipos inaceitáveis. Essa postura conservadora pode afetar a inclusão de alunos LGBT na escola, contribuindo para a opressão, discriminação, à falta de reflexão, expressão e crítica sobre suas atitudes sexistas (Rios, 2009; Costa; Nardi 2015). Silenciar o debate acerca da realidade da homofobia é negar uma das dimensões do ato de educar (Menezes, *et al.*, 2020). Quando não asseguramos um ambiente escolar como seguro, privamos direitos, como por exemplo, o acesso ao emprego formal, que afeta significativamente as pessoas transexuais. Acumulando as barreiras impostas pela família, escola e falta de oportunidades de emprego formal, o resultado é a incidência alarmante de mortes e violência (Camargo, 2021). O diálogo e o debate podem ser a melhor forma de promover a reflexão sobre os conflitos interpessoais e desconstrução de paradigmas tradicionalmente impostos ao longo dos anos.

É comum vivenciarmos no ambiente escolar, em nosso cotidiano, discentes considerados ativistas, tentando formular projetos para dar visibilidade ao tema, mas ainda são questionados pelos outros professores e professoras sobre a importância desse tipo de discussão frente às matérias lecionadas, como o português, a matemática, entre outras. Ainda há extensa dificuldade por parte da comunidade escolar entender que não se trata de mais um assunto para roubar tempo e espaço para trabalhar os “conteúdos curriculares” (Heilborn; Rohden, 2009). É no ambiente escolar que as diversidades podem ser respeitadas ou negadas, independente da disciplina. É da relação entre educadores e educandos que nascerá a aprendizagem da convivência e do respeito à diversidade. A diversidade sexual e LGBTfobia no espaço escolar não podem ficar restritas às datas comemorativas, e nem serem debatidas somente por docentes de biologia, devem ser discutidas de forma interdisciplinar (Araújo; Camargo, 2012). É na escola que os/as estudantes podem construir suas identidades individuais e de grupo, e podem exercitar o direito e o respeito à diferença (Gomes, 2006).

Ao pesquisar na internet por materiais educativos digitais, gratuitos e acessíveis para abordar a LGBTfobia nas escolas, deparamo-nos com cartilhas, vídeos, jogos, entre outros. Um exemplo é o Manual de Educação LGBTI+, que se destina ao uso por profissionais de educação no Ensino Fundamental - Anos Finais (6º ao 9º ano) e no Ensino Médio (Reis; Cazal, 2021). Outro exemplo é o “Projeto Diversidade Sexual na Escola”, desenvolvido pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). O projeto visa promover a inclusão e o respeito à diversidade sexual e de gênero nas escolas. A iniciativa disponibiliza materiais educativos digitais, tais como vídeos, cartilhas e guias, que podem ser acessados de forma gratuita (ABGLT, 2021-2024). Esses recursos são fundamentais e de extrema importância para facilitar o trabalho nas instituições de ensino. Neste projeto,

idealizamos a criação de um produto educacional que ofereça uma abordagem educativa interativa, que contenha as informações teóricas essenciais, necessárias para auxiliar os docentes nas discussões sobre o tema. Esse produto incluirá cartilhas, vídeos, jogos, livros, indicação de filmes, entre outros recursos, proporcionando uma plataforma dinâmica e acessível para aprofundar o entendimento sobre a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais. Além disso, o produto terá a funcionalidade de fomentar a interação entre professores e alunos, promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo e aberto ao diálogo. Todos os envolvidos terão acesso e poderão editar conforme a discussão em sala de aula. Esse ambiente poderá ser utilizado como um espaço para solucionar dúvidas, expressar seus anseios, incluir suas experiências pessoais, sensibilizar e educar a partir de discussões construtivas. E, contudo, poderá ser trabalhado de forma interdisciplinar, ou seja, não somente entre alunos e docentes, mas também entre os docentes das diferentes disciplinas. O *Padlet* é uma ferramenta digital para construção de murais virtuais colaborativos, acessíveis através do navegador de internet de computador ou aplicativo de celular. O acesso é gratuito, e está disponível em língua portuguesa. Dessa forma, esse estudo, tem a finalidade de propor o *Padlet* como ferramenta para ampliar o conhecimento teórico dos docentes sobre o tema, a interação entre docentes e alunos, e a troca de experiências. Acreditamos que essa estratégia poderá abrir a possibilidade de importantes discussões, de forma a tornar essas questões mais visíveis.

1.1. Objetivo Geral

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo geral investigar se a diversidade sexual e a LGBTfobia estão sendo discutidas entre docentes e discentes da EPT, no Colégio Pedro II, Campus Tijuca II, identificando quais estratégias e desafios são enfrentados pelos docentes para engajar uma interação com seus alunos. Mobilizar os docentes para construir trocas de conhecimentos com seus alunos sobre esse tema pode ser desafiador, mas é uma oportunidade que se abre para a transformação de uma sociedade mais humana. Frente a um universo de possibilidades de engajamento, cooperação e construção de saberes, pensamos em utilizar uma ferramenta que possibilita a troca de conhecimento e experiências em sala de aula.

1.2. Objetivos Específicos

A pesquisa traçou os seguintes objetivos específicos:

- a- Investigar se a LGBTfobia e diversidade sexual são temas abordados pelos docentes;
- b- Entender quais estratégias são tomadas pelos docentes para discutir a LGBTfobia e diversidade sexual;

c- Identificar os principais desafios enfrentados pelos docentes ao abordar a diversidade sexual e LGBTfobia no contexto educacional;

d- Criar um *Padlet* que sirva como um instrumento didático para futuros debates e reflexões sobre a diversidade sexual e a LGBTfobia no ambiente escolar, contribuindo para a promoção da diversidade e inclusão.

1.3. Questões de Pesquisa

Os docentes da EPT exploram os temas diversidade sexual e LGBTfobia no ambiente escolar? De que maneira os docentes exploram e tratam a temática da diversidade sexual e LGBTfobia? Existem recursos digitais disponíveis que incorporam as perspectivas e anseios dos discentes em relação a essas questões, contribuindo para a formulação de possíveis ações?

1.4. Hipótese

O tema “diversidade sexual e LGBTfobia” é carente de discussão e não é abordado por grande parte dos docentes na EPT. A percepção sobre essas questões não se mostra diretamente pertinente às suas disciplinas. Além disso, falta preparo específico para integrá-lo ao currículo. A oferta de material educacional que possibilite uma abordagem prática e dinâmica é limitada, restringindo a inclusão colaborativa das vozes dos discentes e sua participação efetiva no ambiente escolar.

1.5. Justificativa

O ambiente escolar, principalmente de escolas públicas, embora seja um espaço de pluralidade, é ainda hoje um lugar desafiador para discussões sobre diversidade sexual e LGBTfobia. Atualmente, o momento político, social e econômico está sendo marcado por ideias conservadoras amplamente veiculadas nas mídias sociais. Essas ideias conservadoras prejudicam gravemente o alcance das vozes de uma parcela marginalizada socialmente por não se inserir no contexto heteronormativo proposto pela sociedade. A relação entre os docentes e discentes precisa encontrar um espaço para o diálogo e debates sobre essas questões no ambiente escolar. Essas discussões, realizadas de modo inclusivo, podem minimizar o “*bullying*” escolar, a homofobia e possíveis consequências negativas nas escolhas profissionais, na convivência em sala de aula, e nas atividades cotidianas dos discentes. É necessário que os docentes estejam preparados para essas discussões, para que não haja, primeiramente, a negação

do que é considerado dissonante às convenções formais pré-estabelecidas, e ainda, uma ressonância da intolerância, do preconceito e da exclusão.

Na ambiência do Ensino Fundamental à pós-graduação, recorreremos às problemáticas relacionadas à diversidade sexual e da LGBTfobia vividas no contexto educativo. Em um estudo realizado pela UNESCO, publicado em 2004, envolvendo mais de 24 mil respondentes, os autores observaram que 39,6% dos estudantes masculinos não gostariam de ter um colega de sala de aula que fosse homossexual. No Rio de Janeiro, entre os responsáveis, 40% não gostariam que seu filho estudasse junto com um colega homossexual. Além disso, 60% dos professores, afirmaram não estar suficientemente bem informados para abordar a questão da homossexualidade na sala de aula. E embora pequeno, ainda havia um percentual de educadores que explicitamente rejeitavam a ideia de ter um aluno ou aluna homossexual (Abramovay, 2004). Em um estudo realizado pela ABGLT (Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), em 2016, registrando 1.016 estudantes brasileiros de 13 a 21 anos, verificou-se que 60% dos discentes se sentiam inseguros/as na escola por causa da sua orientação sexual e 43% se sentiam inseguros/as por causa de sua identidade/expressão de gênero. Essa insegurança era proveniente do medo à agressão/violência, pois, 73% foram agredidos/as verbalmente por causa de sua orientação sexual, 68% foram agredidos/as verbalmente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero, 27% dos/das estudantes LGBT foram agredidos/as fisicamente por causa de sua orientação sexual, 25% foram agredidos/as fisicamente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero, 56% dos/das estudantes LGBT foram assediados/as sexualmente na escola. A pesquisa ainda mostra como foi a resposta da escola/da família após as denúncias de agressões: 36% dos/das respondentes acreditaram que foi “ineficaz” a resposta dos/das profissionais para impedir as agressões e 39% afirmaram que nenhum membro da família falou com alguém da equipe de profissionais da escola quando o/a estudante sofreu agressão ou violência. Os/as estudantes tinham duas vezes mais probabilidade de ter faltado à escola no último mês se sofreram níveis mais elevados de agressão relacionada à sua orientação sexual (58,9% comparados com 23,7% entre os/as que sofreram menos agressão) ou expressão de gênero (51,9% comparados com 25,5%). E ainda, para 64% dos/das estudantes não existia nenhuma disposição no regulamento da escola (ou desconheciam a existência) a este respeito. Apenas 8,3% dos/das estudantes afirmaram que o regulamento da escola tinha alguma disposição sobre orientação sexual, identidade/expressão de gênero, ou ambas (ABGLT, 2016).

O que esses estudos evidenciam é que a “evasão escolar” é de fato, uma expulsão, fruto de discriminação e violência não somente externos, mas internos, que inviabilizam a

permanência de alunos discriminados na escola. Essa interrupção na trajetória de vida dos alunos intensifica sua vulnerabilidade. Segundo a pesquisa de Silva (2020), pessoas transsexuais com 12 anos ou mais de estudo tinham quase 19 vezes mais chances de conseguir entrar no mercado formal de trabalho quando comparadas com aquelas, cuja escolaridade era igual ou menor a 8 anos.

Segundo a pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil teve, em 2020, um crescimento de 20,9% nas lesões corporais dolosas, de 20,5% nos estupros e de 24,7% nos homicídios dolosos de LGBTQIAPN+, em relação à 2019.¹ Em uma pesquisa feita pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), a mais antiga Organização Não Governamental (ONG) LGBT da América Latina, em 2023, o país teve 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+, uma a mais que o registrado em 2022. Dentro do que foi levantado, o GGB aponta que o Brasil registrou em 2023 o maior número de homicídios e suicídios da população LGBTQIAPN+ no planeta e das 257 vítimas, 127 eram travestis e transgêneros, 118 eram gays, 9 lésbicas e 3 bissexuais. O relatório da ONG revela ainda que a maioria das vítimas (67%) era de jovens que tinham entre 19 e 45 anos quando sofreram a morte violenta. O mais jovem deles tinha apenas 13 anos e foi morto em Sinop, Mato Grosso, após uma tentativa de estupro. O GGB também contabilizou 20 suicídios, seis a mais do que foram registrados em 2022. A cada 34 horas um LGBTQIAP+ é assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde persiste a pena de morte contra tal segmento. Mais da metade dos LGBT assassinados no mundo ocorrem no Brasil (Wareham, 2020).

Esses dados elevam a discussão sobre vários aspectos, como a segurança dos alunos em um ambiente escolar, a responsabilidade de manter a integridade física e mental dos alunos que sofreram algum tipo de agressão, física e/ou psicológica, além de trazer perguntas extremamente importantes como: por que os professores e professoras não se sentem preparados para abordar os assuntos de sexualidade e gênero? Qual material é fornecido aos docentes para tratar esse assunto? E qual a qualidade desse material? O docente estende uma visão crítica sobre ele com os alunos?

Nesse contexto, investigaremos se as questões sobre LGBTfobia e diversidade sexual são abordadas e como são discutidas pelos docentes da EPT no meio acadêmico. Além disso,

¹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/brasil-e-o-pais-mais-homotransfobico-do-mundo-diz-grupo-gay-da-bahia>. Acesso em: 04 mar. 2024.

avaliaremos se os docentes acreditam que a sua prática e suas experiências em sala de aula possam refletir em dificuldades na convivência com os discentes e nas suas atividades cotidianas. De modo geral, portanto, a elaboração de um *Padlet* pode resultar em um produto educacional informativo, onde os docentes poderão usar como fonte de conteúdo confiável, e ainda usá-lo como modelo para a criação de seu próprio mural interativo. Acreditamos que essa ferramenta facilitará a comunicação entre docentes e discentes, além de trazer mais conhecimento e servir como um instrumento de trabalho para a discussão dos temas dentro do meio escolar.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sexualidade: contexto histórico e conceitos

Para contextualizarmos o entendimento sobre a forma em que a sociedade compreende e vivencia a sexualidade, é importante voltar um pouco no tempo e analisar alguns pontos importantes. A concepção do sexólogo Richard von Krafft-Ebing, em seu livro “*Psychopathia sexualis*”, descreve o sexo como um "instinto natural", o qual, "com uma força e energia absolutamente avassaladoras, exige satisfação" (1931, p.1), uma perspectiva alinhada a uma compreensão biológica e instintiva do comportamento sexual. Essa observação de sexo como “natural” da espécie, localizado no corpo, ainda forma nosso pensamento sobre a sexualidade e permanece tendo repercussões nas concepções dos dias atuais. Mas será que devemos continuar pensando sobre o viés de sexualidade apenas como um aspecto isolado? Ou a sexualidade também está entrelaçada na constituição da identidade e da experiência humana?

A abordagem de Michel Foucault, por exemplo, na obra “História da Sexualidade I: A Vontade de Saber”, publicado em 1976, oferece uma perspectiva complexa sobre a interseção entre poder, conhecimento e a repressão ao longo da história. O autor amplia a discussão, que sai do campo estritamente biológico do sexo, direcionando-se para os aspectos sociais e políticos da sexualidade.

Foucault (2006, p.101), argumenta que, desde os tempos clássicos, a sexualidade tem sido um terreno crucial onde se entrelaçam estruturas de poder e sistemas de saber:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

O dispositivo da sexualidade pode ser interpretado como um conjunto de discursos, técnicas, concepções que nomeiam a prática sexual de determinada maneira. E nomear, nesse caso, não é dizer o seu significado simplesmente, e sim construir o objeto sobre o qual se fala. Por exemplo, na Grécia antiga, uma prática comum e valorizada, era a relação amorosa especialmente entre homens adultos e homens jovens. Essa relação, conhecida como paiderastia (amor a meninos), era baseada no amor entre um homem mais velho, o erastes (amante), e um jovem, o eromenos (amado). O eromenos deveria ter mais de 12 anos e menos de 18. Essa relação amorosa tinha um tempo limitado, pois o jovem, ao se tornar adulto, deveria buscar seu próprio eromenos e, em seguida, se casar e ter filhos (Corino, 2010). O amor poderia ser entre

iguais, mas essa prática não era determinada como homossexualidade, tampouco era alvo de preconceitos.

O conceito de homossexualidade possivelmente nasceu no séc. XIX, no final da década de 1860, em uma carta datada de maio de 1868, pelo jornalista austro-húngaro Karl-Maria Kertbeny empregando os termos "homossexual" e "heterossexual". Kertbeny se opôs a uma lei prussiana que punia homens por relações homossexuais, argumentando que essa discriminação favorecia chantagistas, levando frequentemente à exposição pública e até o suicídio de homossexuais (Dias, 2019).

A partilha da humanidade entre pessoas heterossexuais e homossexuais acabou gerando uma visão absurdamente excludente, que sobrepõe hierarquicamente a heterossexualidade, tida como o parâmetro “Normal” (que segue a norma), patologizando a homossexualidade, tida como desviante. Sendo assim, até mesmo as características fenotípicas das pessoas foram classificadas como pertencentes de determinados grupos, defraudando o que há de mais importante que é a liberdade dos corpos. Essa forma específica de poder que se concentra na administração e controle dos corpos e das populações humanas em nível biológico e social, foi chamada por Foucault de biopoder (Foucault, 1988).

O biopoder envolve mecanismos e estratégias utilizados pelos sistemas políticos, sociais e institucionais para regular e gerenciar aspectos da vida em sociedade. Isso inclui políticas de saúde pública, controle da natalidade, normatização dos comportamentos sociais, criação de padrões de higiene, regulação das práticas sexuais e até mesmo formas de exclusão e inclusão social (Foucault, 1988). Essa visão enfatiza como a sexualidade não é estática, mas sim dinâmica e historicamente construída. A sexualidade não é algo fixo e apenas natural, ela é moldada por estratégias sociais que buscam controlar, definir e regular as práticas sexuais, os discursos sobre o sexo e os próprios corpos. Foucault sugere que a sexualidade não é algo inerente, mas sim uma construção social complexa que está constantemente em jogo dentro das estruturas de poder e conhecimento de uma sociedade.

Esse poder que controla o sexo não se limitou apenas às práticas físicas, mas também se estendeu ao domínio da linguagem e do discurso. Foucault argumenta que, para dominar o sexo no âmbito social, foi necessário primeiro controlá-lo no nível da linguagem. Isso implica que o silenciamento e a restrição da linguagem em torno do sexo foram estratégias-chave para exercer controle sobre ele. Esse processo envolveu proibições, censura e uma série de mecanismos que buscavam banir certas discussões sobre o tema. Foucault (2006, p.18), argumenta sobre esse controle no âmbito social:

Como se, para dominá-lo no plano real, tivesse sido necessário, primeiro, reduzi-lo ao nível da linguagem, controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas e extinguir as palavras que o tornam presente de maneira demasiado sensível. Dir-se-ia mesmo que essas interdições temiam chamá-lo pelo nome. Sem mesmo ter que dizê-lo, o pudor moderno obteria que não se falasse dele, exclusivamente por intermédio de proibições que se completam mutuamente: mutismos que, de tanto calar-se, impõe o silêncio. Censura.

Por outro lado, Foucault destaca a emergência do discurso sobre a sexualidade no século XVIII. Nesse período, houve uma transformação na forma como a sociedade lidava com o conhecimento e a discussão sobre a sexualidade. Nesse sentido, ele levanta a crítica de que o controle não é apenas exercido através do silenciamento absoluto, mas também por meio da regulação e da promoção de certos tipos de discurso (Foucault, 1988). Um exemplo é a chamada sexualidade conservadora, onde a monogamia heterossexual é considerada “normal”, devido à sua conformidade com leis jurídicas e concepções tidas como naturais. Paralelamente, a homossexualidade é frequentemente retratada como uma figura marginalizada no âmbito da sexualidade, sendo tratada como desvio ou anormalidade (Butler, 2016).

Nesse contexto, toda a discussão apresentada por Foucault pode se relacionar ao silenciamento sobre a LGBTfobia na sociedade e na escola como uma questão histórica. A LGBTfobia tem sido um tema reprimido e muitas vezes considerado tabu em muitos contextos sociais. A censura e o silenciamento em relação a questões LGBTQIAPN+ são reflexos dessa repressão histórica, que remonta aos períodos em que o controle sobre a discussão da sexualidade começou a se intensificar. Os padrões de silenciamento observados entre os professores e professoras em relação a situações de LGBTfobia podem ser vistos como parte de um legado histórico de censura e repressão do discurso da sexualidade. E por outro lado, a promoção de discursos conservadores, baseados em crenças religiosas e tradições culturais, a consideração da heteronormatividade como hierárquico, e a própria falta de conhecimento, influencia diretamente a relutância em abordar essas questões nas escolas, criando obstáculos para um ambiente inclusivo e acolhedor para os estudantes.

Essas observações são fundamentais para discutirmos sobre as “verdades” impostas para a sociedade como “absolutas”, contribuindo para a manutenção de alguns tabus acerca da sexualidade humana. Cabe ao educador contemporâneo, partindo de uma visão crítico-questionadora, “duvidar dessas verdades e certezas sobre os corpos e a sexualidade, que vale a pena colocar em questão as formas como costumam ser pensados e as formas como identidades e práticas têm sido consagradas ou marginalizadas” (Louro, 2001, p. 33).

Se considerarmos a história cultural de matriz europeia e cristã, que norteia ainda fortemente o Brasil e as demais antigas colônias da América do Sul, podemos afirmar que até

meados do século XX práticas homossexuais e homoafetivas eram consideradas como transtorno psíquico e social, perturbação ou desvio à “normal e natural” heterossexualidade. Aqueles e aquelas que não se identificavam com essa realidade, ou manifestavam desejos diferentes dos comportamentos heterossexuais, eram considerados doentes, e então possivelmente enquadrados nos estudos da medicina psiquiátrica que buscava a cura para a suposta doença. As Igrejas de base cristã contribuíram historicamente para a discriminação homossexual de diversas formas, influenciando a percepção social e a legislação em relação às pessoas LGBTQIAPN+. Essa perspectiva cristã considerando a homossexualidade como pecado capital, excluiu de forma radical os indivíduos LGBTQIAPN+ da suposta salvação divina, resultando na condenação dessas pessoas à marginalização e à morte (Santos, *et al.*, 2018).

Embora estejamos em um cenário com aspectos (lentamente) progressistas em relação a esta pauta, ainda há grupos radicais que se atrevem a disseminar a ideia de “cura gay”, amplamente divulgados pela mídia². O debate surgiu no Congresso Nacional no início da segunda década dos anos 2000, através da bancada evangélica, e foi levado também para a esfera pública, o que levou a um intenso embate com os Movimentos LGBTs. Com o crescente poder político, financeiro e midiático das igrejas evangélicas, as “práticas de cura” são conhecidas e divulgadas por meio de canais de televisão, rádio, internet, revistas, jornais, panfletos, congressos, encontros cristãos e cultos (Santos, *et al.*, 2018). Estes defendem que pessoas tenham o direito de se curarem, utilizando como estratégia os depoimentos de outras pessoas que se dizem curadas, ou seja, “ex-gays”, exaltando seu sofrimento e infelicidade antes de serem submetidos ao apoio psicológico que reverteram sua sexualidade. Vale ressaltar que a Resolução 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia proíbe a terapia de reorientação sexual (Souza, 2016).

Em 1973, a Associação Americana Psiquiátrica (APA), retirou a homossexualidade da categoria dos transtornos mentais, e em 1990 a Organização Mundial da Saúde (OMS) seguiu esse exemplo, no entanto, ainda há resistência em aceitar a despatologização da homossexualidade como fato (Nogueira; Oliveira, 2010).

Em relação à transexualidade, em maio de 2019, com entrada em vigor no dia 1º de janeiro de 2022, a OMS retirou a transexualidade da lista de doenças ou distúrbios mentais. Houve uma mudança na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de

² Em razão da Ação Popular n.1011189-79.2017.4.01.3400 TRF1-DF, que solicita a suspensão dos efeitos da Resolução 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia, que proíbe psicólogos/os de praticarem terapias de reorientação sexual (Santos, *et al.*, 2018).

Saúde (CID) após um período de 28 anos em que a transexualidade antes categorizada como um "transtorno mental", foi revista e alterada para "incongruência de gênero" (Brasil, 2018). Essa mudança reflete um movimento da militância pela despatologização da transexualidade e visa uma compreensão mais precisa e respeitosa dessa realidade, evitando a estigmatização associada à classificação anterior.

Segundo Weeks (1999), a sexualidade diz respeito ao modo como os indivíduos organizam e valorizam as questões relacionadas à satisfação do desejo e do prazer sexual. Para Rodrigues e Wechsler (2014, p. 90), a sexualidade está intrinsecamente ligada a todas as fases do desenvolvimento dos indivíduos, fisicamente e psicologicamente, manifestando-se desde o seu nascimento até o momento da sua morte. Assim sendo, a sexualidade excede o ato sexual em si, já que é influenciada pela história, cultura e ciência, assim como pelos afetos e sentimentos individuais.

A OMS (2006, p. 58) define sexualidade como:

Um aspecto central do ser humano ao longo da vida e engloba sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivida e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Enquanto a sexualidade pode incluir todas essas dimensões, nem todas elas são sempre vivenciadas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais.

Desse modo, limitar a definição de que a sexualidade se associa apenas ao sexo biológico e à reprodução, não exprime às concepções contemporâneas, mais amplas e inclusivas. “A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental” (OMS, 2006).

A introdução da palavra “gênero” surge na obra do psiquiatra americano Robert Stoller, em seu livro “*Sex and Gender*”, publicado em meados de 1960, para criar um critério diferente do termo sexo, que estava mais ligado às condições biológicas. A inclusão mais proeminente do termo "gênero" no contexto amplo da sexualidade ocorreu a partir da década de 1980, impulsionada pelos movimentos sociais feministas. Essa adição trouxe uma ampliação significativa nas possibilidades dos papéis sociais, redefinindo a relação entre a expressão do gênero feminino e masculino. Além disso, fortaleceu a subjetividade individual na forma como cada ser humano expressa sua sexualidade (Camargo; Neto, 2018).

A identidade de gênero refere-se à identificação do indivíduo com aqueles atributos que culturalmente definem o masculino e o feminino, num dado contexto social e histórico, revelando-se nos modos de ser, nos gestos, nos jeitos de vestir, nas atitudes, nos hábitos corporais, nas posturas para andar, sentar, movimentar-se, na tonalidade de voz, na seleção de

objetos e adornos, independentemente de coincidir com sua identidade sexual. Em outras palavras, quando reagimos a alguém como masculino ou feminino, não precisamos necessariamente ver se ele/ela tem pênis, vagina ou seios, é a forma de se comportar socialmente que nos dá essa percepção (Melo, 2018).

Tornou-se corriqueiro ouvirmos pessoas em tom de crítica e/ou deboche indagar sobre o porquê de haver tantas letras na sigla que representa a diversidade e a luta pela inclusão, LGBTQIAPN+. Os corpos são múltiplos e existem, e se existem, precisam lutar por qualidade de vida, por seu espaço na sociedade que garante direitos iguais em todos os termos, contra o *bullying* nas escolas, para uma educação inclusiva e respeitosa, por igualdade de oportunidades no mundo do trabalho, por aceitação dentro do círculo familiar e na comunidade, por segurança em espaços públicos contra a violência e discriminação, pela prevenção dos crimes de ódio, entre outros diversos fatores que essas pessoas precisam encarar para sobreviver. Ou seja, essa sigla sinaliza a luta pela pluralização das existências, e só será dispensável quando todos os corpos forem livres.

Esses conceitos são fundamentais para avançarmos nas discussões, no entanto, não são conhecidos ou muito pouco envolvidos em debates entre alunos e docentes no ambiente escolar. York; Silva; Nolasco-Silva (2022, p. 25) destacam que:

Ao pensarmos as escolas, a formação de professores e as políticas educacionais, queremos destacar que os conceitos, as ideias, os modos de vida que parecem estranhos, exóticos ou, para muitos, errados, precisam compor o nosso repertório de *saberesfazeres*. Formação não é formatação, mas processos de subjetivação. As salas de aula são palcos de encontros em que, nem sempre, será possível negociar consensos, é preciso, então, que nos preparemos para não provocarmos apagamentos, silenciamentos e outras violências que passamos a naturalizar na medida em que as inventamos e as praticamos.

A seguir, um quadro com o significado de cada uma das letras da sigla LGBTQIAPN+, seguindo o manual de comunicação LGBTI+ de 2018 (Reis, 2018). Os conceitos apresentados não serão apenas para informar ou esclarecer, mas para incluir, afinal, por trás das letras encontramos pessoas, histórias e identidades.

Quadro 1 - Conceitos das letras que compõe a sigla LGBTQIAPN+.

| | |
|-------------|--|
| Lésbicas | É uma orientação sexual e diz respeito a mulheres (cisgênero ou transgênero) que sentem atração sexual/romântica por outras mulheres (também cis ou trans). |
| Gays | É uma orientação sexual e se refere a homens (cisgênero ou transgênero) que sentem atração sexual/romântica por outros homens (também cis ou trans). |
| Bissexuais | É uma orientação sexual e tange pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente tanto com homens quanto com mulheres (inclusive homens e mulheres transgênero, que também podem ser bissexuais). |
| Transgênero | Trans – Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. São usadas as expressões homem trans e mulher trans. |
| Travesti | É uma pessoa que não se identifica com o sexo biológico e se veste/se comporta como de outro sexo, de forma temporária ou permanente. |
| Queer | É um termo em inglês, que pode ser traduzido como “estranho”, e é usado para designar pessoas que não se identificam como sendo 100% homem ou 100% mulher, mas se veem como sendo de um terceiro gênero, fluido/andrógino, com características masculinas e femininas. Sua orientação sexual também não é definida como hetero ou homossexual. |
| Intersexual | A intersexualidade descreve as pessoas que podem nascer com genitais correspondentes a um sexo, mas ter o sistema reprodutivo e os hormônios do outro. Além disso, podem apresentar uma anatomia sexual que não é nem masculina, nem feminina. |
| Agênero | Pessoa que não se identifica ou não se sente pertencente a nenhum gênero. |
| Pansexual | Refere-se a pessoas que sentem atração sexual ou romântica por qualquer sexo ou identidade de gênero. |
| Não-Binária | Expressão utilizada para denominar pessoas que não se classificam exclusivamente em nenhum dos gêneros binários – masculino ou feminino. |
| + | Esse símbolo é utilizado para incluir outros grupos que as letras não descrevem. |

Fonte: Manual de comunicação LGBTI+, 2018.

O preconceito contra pessoas com orientação sexual diferenciada da heterossexualidade vem sendo fortemente combatido pelo Movimento LGBTQIAPN+. Embora se trate de um grupo social ainda fortemente estigmatizado, é inegável que a atuação dos movimentos sociais tem provocado mudanças no imaginário e agregado conhecimentos sobre a diversidade de gênero, de maneira a tirá-la da “clandestinidade” (Brasil, 2009). No conjunto das conquistas político-sociais da atuação do Movimento LGBTQIAPN+ se enquadra a visibilização dos temas de orientação sexual e gênero na legislação e na política pública, promoção de projetos

e programas federais que incentivem a inclusão de temas de orientação sexual e gênero na educação, fortalecimento das relações entre o movimento LGBTQIAPN+ e o governo para avançar em questões de direitos humanos e educação inclusiva (Vianna, 2018); implementação de políticas públicas de educação que valorizam a diversidade sexual e de gênero (Rodrigues, 2017); inclusão de temas relacionados à diversidade sexual e gênero nos censos demográficos e nas pesquisas oficiais (Lima, 2008). Esses programas, embora sofram resistência e enfrentem diversos desafios, resultaram na sensibilização da população de modo geral para as formas de discriminação por orientação sexual, que tem levado estudantes a abandonarem a escola, por não suportarem o sofrimento causado pelas ameaças cotidianas dentro e fora de seus muros (Vianna, 2018). Esses mesmos movimentos têm apontado a urgência de inclusão, no currículo escolar, da diversidade de orientação sexual, como forma de superação de preconceitos e enfrentamento da homofobia.

2.2 Educação, Diversidade Sexual e Combate à Homofobia no Ambiente Escolar

No que se diz respeito às diferenças, à diversidade sexual e à LGBTfobia, a escola ainda traz em seu seio, por meio de seus processos pedagógicos, a naturalização de posturas heteronormativas e misóginas, pois é constituída por indivíduos e enraíza-se numa cultura ainda fortemente apegada a esses valores (Silva; Santos, 2022). Entende-se por heteronormatividade como “a ordem sexual do presente fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe as normas de gênero” (Miskolci, 2012). As piadas, os apelidos, os insultos, feitos por colegas, e até mesmo pelos educadores, voltados àqueles que não se “comportam” ou não se adequam aos padrões “normais” impostos pela sociedade, desqualificam o outro. Esse comportamento muitas vezes tolerado, acaba sendo reforçado, já que, em algumas situações ocorre a falta de intervenções por parte dos educadores, fazendo com que a cultura do insulto se dissemine e seja marcada na vida da vítima. Esta postura abusiva no ambiente escolar influenciará os comportamentos desses estudantes e nas suas relações futuras.

O termo “homofobia” parece ter sido utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, em meados dos anos 70, e significa uma atitude de hostilidade e medo expresso por pessoas heterossexuais na presença de pessoas homossexuais (Borrilo, 2010). Para além de ser apenas um sentimento de aversão ou rejeição aos homossexuais, esse fenômeno é caracterizado pela prática de exclusão e segregação. Isso se manifesta através de violência física e verbal, incluindo o uso de piadas e ridicularizações direcionadas às pessoas que não seguem a norma heterossexual predominante na sociedade (Santos, *et al.*, 2018).

Em 2004, no contexto do governo federal, surgiu o programa "Brasil sem Homofobia", pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação, com o propósito de combater a discriminação e a violência direcionadas à comunidade LGBTQIAPN+ (CNCD; Ministério da Saúde, 2004). Como desdobramento desse programa, foi introduzido em 2011 o Caderno "Escola sem Homofobia" pelo Projeto com o mesmo nome. Este material educacional foi alvo de perseguição e recebeu a denominação depreciativa de "kit-gay" por parlamentares associados ao fundamentalismo religioso, resultando na proibição de sua distribuição nas instituições de ensino (Silva; Santos, 2022). Uma medida como essa limita a abordagem inclusiva nas escolas, perpetuando atitudes discriminatórias e preconceituosas contra a comunidade LGBTQIAPN+.

Podemos caracterizar o fenômeno conhecido como "*bullying*" – termo inglês, mas adotado e já difundido na literatura nacional, como uma ação persistente e prejudicial direcionada a um indivíduo específico, causando danos ao longo de um extenso período de tempo (Olweus, 1993). A caracterização da agressão destaca dois elementos principais: a repetição dos atos e a disparidade de poder entre agressor (aqueles que praticam o *bullying*) e vítima (aqueles que sofrem a agressão) (Souza *et al.*, 2015). Essa disparidade de poder pode ser fundamentada em diversos fatores, como o respaldo dos colegas, diferenças de idade, tamanho, desenvolvimento emocional ou físico, dificultando a resistência por parte da vítima (Cordeiro *et al.*, 2009). Além disso, Tognetta e Vinha (2010) identificaram como uma característica marcante dessa violência a presença de testemunhas que desempenham o papel de reforçar as ações do agressor.

As práticas de violência contra alunos homossexuais, bissexuais, transexuais e travestis são chamadas de *bullying* homofóbico. O *bullying* homofóbico ocorre quando a violência está associada ao preconceito homofóbico no ambiente escolar (Brandão; Miranda, 2008). Essas manifestações podem ocorrer de maneira aparentemente sem motivo evidente, e de forma sutil, sendo adotadas por uma ou mais pessoas contra outras, estabelecendo-se em uma relação desigual de poder (Sousa *et al.*, 2018). A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), define o *bullying* homofóbico como aquele que é exercido com base na identidade sexual percebida ou na identidade de gênero, sendo um tipo específico de intimidação que se define pelo assédio homofóbico (UNESCO, 2017). Esse conceito é explicado no relatório em que a UNESCO conduz uma consulta internacional para lidar com o *bullying* contra estudantes LGBTQIAPN+ nas escolas e universidades. Alguns autores estabelecem que indivíduos heterossexuais também podem ser alvos de *bullying*, não devido à sua orientação sexual, mas sim por desafiarem as expectativas tradicionais associadas aos

papéis de gênero masculino/feminino (Rodrigues *et al.*, 2016). O envolvimento no *bullying* homofóbico, seja como agressores ou vítimas, é mais prevalente no gênero masculino em comparação com o feminino (Neves *et al.*, 2019).

Alguns autores substituem o termo *bullying* homofóbico por expressões que melhor abordam a complexidade da discriminação social. Autores como O'Higgins-Norman (2008) e Santos *et al.* (2017) argumentam que o termo anterior não consegue abranger todas as formas de violência homofóbica, levando à proposta de duas categorias: o *bullying* heteronormativo, vinculado às expectativas de gênero no ambiente educacional, e o *bullying* baseado na orientação sexual, caracterizado pela discriminação ativa contra pessoas LGBTQIAPN+ (Almeida, 2021).

Dinis (2011), ressalta que “o *bullying* homofóbico tem resultado na evasão escolar de estudantes diferentes do padrão heterossexual e nas tentativas de suicídio dos adolescentes que entram em conflito pela identidade sexual e de gênero”. Tanto o *bullying* promovido por comportamentos agressivos, discriminatórios e hostis direcionados a indivíduos com base em sua orientação sexual ou identidade de gênero, de forma aberta e evidente, quanto aquele promovido de forma sigilosa ou menos evidente, como piadas, comentários depreciativos, exclusão social, fofocas prejudiciais ou comportamentos discriminatórios velados, favorecem a evasão escolar, ou ainda, a expulsão escolar. Berenice Bento (2011, p.555) alerta:

[...] quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo em eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão. É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância [...].

O preconceito e a discriminação homofóbica acarretam danos tanto em termos psicológicos, afetando o indivíduo, quanto em aspectos sociais, influenciando as comunidades pautadas pela padronização de um modelo heterossexual (Santos; Cerqueira-Santos, 2018). Segundo Ramires (2011), a escola é identificada como uma das instituições mais permeadas pela homofobia. Tal assertiva encontra respaldo nos numerosos relatos de *bullying* e maus-tratos direcionados a indivíduos LGBTQIAPN+, impactando adversamente seu desempenho acadêmico e reduzindo o engajamento nas atividades escolares. Essa situação, por sua vez, resulta em consideráveis obstáculos para a inserção no mundo do trabalho formal, especialmente para as travestis e transexuais. Quando a escola falha em desempenhar sua função como agente inclusivo, observamos a repetição de um cenário sombrio na história, especialmente no que diz respeito ao estudo da sexualidade (Albuquerque; Williams, 2015).

Os discursos produzem a manutenção da heteronormatividade até mesmo quando são silenciados em níveis institucionais no contexto escolar (Santos; Cerqueira-Santos, 2020). Os estudos de Lionço e Diniz (2008) evidenciam que, materiais didáticos como dicionários escolares apresentam expressões discursivas características da homofobia, como injúrias, contribuindo para depreciação da diversidade sexual. Já os livros didáticos silenciam discursos sobre diversidade sexual à medida que promovem a naturalização da heterossexualidade e binarismo de gênero embora muitos desses materiais não contenham expressões explicitamente homofóbicas, o silenciamento acerca dos discursos relacionados à diversidade sexual e de gênero emerge como uma estratégia sutil (Santos; Cerqueira-Santos, 2020).

A omissão desses temas, aliada à naturalização da heterossexualidade e ao reforço do binarismo de gênero, pode contribuir para a obscuridade das fronteiras entre a heteronormatividade e a diversidade, perpetuando padrões prejudiciais. Na EPT a ausência das temáticas de gênero parece se justificar por trás do objetivismo e do tecnicismo dos cursos. Nesse contexto, a análise crítica desses materiais torna-se crucial, pois a falta de abordagem ou as abordagens depreciativas podem impactar diretamente na promoção da homofobia, reforçando estigmas e dificultando a reflexão e compreensão necessárias para a construção de uma sociedade mais inclusiva (Crochik, 2006; Santos; Cerqueira-Santos, 2018). A proposição de novos materiais didáticos que contemplem a diversidade de forma direta é urgente, por isso esta pesquisa buscou produzir um produto educacional voltado para uso de docentes e discentes da educação profissional.

Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira, destaca que homens e mulheres devem sair da sua situação desumanizante para uma condição de humanização, que é a permanente realização da própria vocação ontológica, ou seja, a qualidade de construir e construir-se (Mendonça, 2006). Para isso, em busca de uma escola de qualidade, objetivando uma educação voltada para a emancipação e humanização do aluno, é fundamental que o sistema educacional prime por uma educação para todos, onde o enfoque seja dado às diferenças existentes dentro do espaço escolar, visando a construção de analogias para além desse espaço.

Castro (2005, p. 11), propõe a seguinte reflexão em relação ao papel fundamental dos docentes contra o preconceito:

Há que se estimular os professores [e professoras] para estarem alertas, para o exercício de uma educação por cidadanias e diversidade em cada contato, na sala de aula ou fora dela, em uma brigada vigilante anti-racista, anti-sexista, [anti-homofóbica] e de respeito aos direitos das crianças e jovens, tanto em ser, como em vir a ser; não permitindo a reprodução de piadas que estigmatizam, tratamento pejorativo. O racismo, o sexismo, [a homofobia], o adultismo que temos em nós se manifesta de forma sutil; não é necessariamente intencional e percebido, mas dói, é sofrido por quem os recebe, então são violências. E marca de forma indelével as

vítimas que de alguma forma somos todos nós, mas sempre alguns, mais que os outros, mulheres, os negros, os mais jovens e os mais pobres.

O debate, o pensamento crítico, as reflexões sobre os temas de diversidade sexual e de gênero são urgentes no espaço escolar. O material didático, os livros, as aulas interdisciplinares deveriam ser utilizados para questionar o papel que a heteronormatividade apresenta em nossa cultura (Louro, 1997). A problematização por parte dos educadores em relação às diferenças é essencial para o conhecimento e entendimento de como esses temas vêm sendo tratados em sala de aula, se é que são tratados. As crianças e adolescentes necessitam de uma educação em que elas se identifiquem e ressignifiquem o conceito de estranho ou anormal. O respeito à diferença e à singularidade de cada ser humano são premissas básicas para a construção de um espaço democrático, onde cada aluno possa contar com o apoio e orientação dos educadores (Abramovay, 2009). Além disso, o Estado é responsável pela busca da desconstrução de desigualdades e injustiças, passando pelos muros da escola e abrangendo a sociedade como um todo (Brasil, 1997).

Em especial na EPT, que abriga em suas bases conceituais a discussão de uma educação que forme não apenas para o trabalho, mas que ajude na construção de sujeitos autônomos e reflexivos, que possam unir teoria e prática, é fundamental a discussão sobre a temática de gênero e diversidade. Uma concepção integral de educação deve estar necessariamente alinhada ao fim do preconceito e de qualquer forma de discriminação.

2.3 A escola democrática e o currículo

É no ambiente escolar que os/as estudantes podem construir suas identidades individuais e de grupo, além de exercitar o direito e o respeito à diferença. Portanto, a escola deve ser um espaço democrático buscando por um ambiente inclusivo, participativo e promovendo a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, reconhecendo a diversidade como um aspecto fundamental da sociedade e valorizando a voz e a autonomia dos alunos. Neste espaço democrático, os estudantes devem ser encorajados a se envolver ativamente no processo educacional, participando de diversas decisões relacionadas ao currículo e organização da escola, o que os fazem indivíduos com habilidades e atitudes democráticas, preparando-os para se tornarem cidadãos engajados e responsáveis (Libâneo, 2013).

A participação dos alunos nessas discussões é de grande relevância, visto que no Brasil a crise democrática se manifesta principalmente por ataques frequentes aos direitos humanos e às necessidades básicas da população, acompanhados de instabilidade nas instituições, corrupção recorrente e uma desconfiança generalizada nos processos políticos e eleitorais

(Saraiva; Monte, 2019). A participação efetiva dos estudantes em assembleias, conselhos estudantis e grupos de discussão, nos quais eles têm a oportunidade de expressar suas opiniões, tomar decisões coletivas sobre assuntos que afetam sua educação e vida escolar, permite que desenvolvam o pensamento democrático e com isso, uma sociedade mais consciente e justa futuramente.

De fato, a escola abriga diferentes tipos de diversidade (de gênero, sexual, cultural, entre outras), o que torna fundamental a criação de meios competentes para eliminar qualquer tipo de preconceito (Henriques, 2007). Um exemplo disso é a discussão sobre o currículo escolar. A definição de currículo é influenciada por diferentes teorias e abordagens, e sua compreensão pode variar de acordo com o contexto histórico, social e político. Seu conceito é multifacetado, complexo e instável. Diferentes teorias e abordagens influenciam a compreensão do currículo, refletindo a provisoriade da significação. De acordo com Pacheco (1996, p. 16),

o currículo, se comparado a um jogo com regras, torna-se, pela sua própria natureza e dimensão, bastante problemático e conflitual sempre que se procura defini-lo. Aliás, cada definição não é neutra, senão que nos define e situa em relação a esse campo. Insistir numa definição abrangente de currículo poder-se-á tornar extemporâneo e negativo dado que, apesar da recente emergência do currículo como campo de estudos e como conhecimento especializado, ainda não existe um acordo generalizado sobre o que verdadeiramente significa.

No entanto, é importante que tracemos, de uma forma geral, seu conceito. O currículo é uma palavra proveniente do latim “*currere*”, que gerou a palavra “*curriculum*”, que indica caminho, trajetória, um percurso a ser realizado nas relações existentes entre escola e sociedade (Barbosa; Favere, 2013). O currículo pode ser considerado como um conjunto de experiências de aprendizagem planejadas e organizadas, que refletem visões específicas sobre o conhecimento, a sociedade e a educação (Lopes; Macedo, 2011; Oliveira, 2017). Refere-se também a um conjunto de conhecimentos socialmente reconhecidos e é concebido como uma construção contínua e em evolução, moldada pela participação de todos. Representa um ambiente integrado e dialético, atento à diversidade (Morgado, 2004). Conforme afirmado por Silva (2007), o currículo não deve ser percebido apenas como um registro de conteúdo ou documento, mas sim a partir das interações estabelecidas entre indivíduos reais.

Entretanto, ainda prevalece o currículo escolar tradicional, aquele padronizado e centrado no professor, que pode conflitar com os princípios democráticos que defendem a valorização das perspectivas individuais e promoção da participação efetiva dos alunos na construção do conhecimento. A organização do currículo escolar ocorre de forma fragmentada e hierárquica, ou seja, cada disciplina é ensinada separadamente e as que são consideradas de maior

importância em detrimento de outras recebem mais tempo para serem explanadas no contexto escola (Oliveira, 2017).

O modelo de currículo tradicional, em que enfatiza o ensino, metodologia, didática, organização, planejamento, eficiência e objetivos traz a ideia de um currículo neutro, apenas como um conjunto de conteúdo a ser ensinado. Devemos questionar se apenas com esse conteúdo conseguiremos articular o conhecimento com a vida dos nossos alunos, influenciando diretamente sua formação e sua perspectiva sobre o mundo. É importante observar a escolha do currículo por outras perspectivas, numa proposta mais aberta, flexível, valorizando as diversas formas de conhecimento presentes na sociedade. Albuquerque (2006, p. 13) questiona:

Quando pensamos o currículo tomamos a ideia de caminho: que caminho vamos percorrer ao longo deste tempo escolar? Que seleções vamos fazer? Que seleções temos feito? E mais: em que medida nós, professoras/es e pedagogas/os interferimos nesta seleção? Qual é o conhecimento com que a escola deve trabalhar? Quando escolhemos um livro didático, ele traz desenhado o currículo oficial: o saber legitimado, o saber reconhecido que deve ser passado às novas gerações. Porque isso é que o currículo faz: uma seleção dentro da cultura daquilo que se considera relevante que as novas gerações aprendam.

Novas abordagens curriculares buscam explorar um contexto escolar mais abrangente, direcionando-se às necessidades específicas tanto da escola quanto dos alunos. Essas perspectivas reconhecem a singularidade de cada aluno, assim como a singularidade de cada instituição de ensino. De acordo com Silva (2005), existem, além de “o que”, outras perguntas essenciais ao pensarmos na concepção do currículo: “Nas teorias do currículo, entretanto, a pergunta ‘o que’ nunca está separada de uma outra importante pergunta: ‘o que eles ou elas devem ser?’, ou melhor, ‘o que eles ou elas devem se tornar?’”. Uma vez que:

diferentes currículos produzem diferentes pessoas, mas naturalmente essas diferenças não são meras diferenças individuais, mas diferenças sociais, ligadas à classe, à raça, ao gênero. Dessa forma, uma história do currículo não deve ser focalizada apenas no currículo em si, mas também no currículo como fator de produção de sujeitos dotados de classe, raça, gênero. Nessa perspectiva, o currículo deve ser visto não apenas como a expressão ou a representação ou o reflexo de interesses sociais determinados, mas também como produzindo identidades e subjetividades sociais determinadas. O currículo não apenas representa, ele faz. É preciso reconhecer que a inclusão ou a exclusão no currículo tem conexões com a inclusão ou exclusão na sociedade (Silva, 2005, p.10).

Em minha experiência profissional, a abordagem sobre os conteúdos do currículo gera alguns questionamentos, como por exemplo, a eficácia na definição das temáticas essenciais que garantam uma base sólida de conhecimentos fundamentais e a atenção sobre um currículo que proporcione valores que vão ajudar na formação da identidade desses alunos. É fundamental destacar que ao ingressarem no ambiente escolar, os estudantes trazem consigo uma experiência própria, sendo frequentemente influenciados por uma bagagem externa à

escola. Apresentam comportamentos individuais e sociais, além de vivências socioculturais específicas, que refletem o contexto de origem de cada um. A partir dessa discussão, também devemos estender o olhar para o conceito de currículo oculto como uma dimensão importante do processo educacional, que vai além do currículo formalmente prescrito e mesmo que não seja observado diretamente pelos docentes, pode resultar em problemas em diversos aspectos.

A concepção do currículo oculto refere-se às aprendizagens não intencionais e não explicitamente planejadas que ocorrem dentro do ambiente escolar, mas que têm um impacto significativo no desenvolvimento dos estudantes. O currículo oculto aponta para as influências que comprometem a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos educadores, sendo originários das vivências culturais, valores e significados trazidos de seu contexto social de origem e experimentados durante sua trajetória na escola (Libâneo *et al.*, 2007). Essas aprendizagens podem estar relacionadas a normas sociais, valores, atitudes, comportamentos e crenças que são transmitidos de forma implícita através das interações entre os membros da comunidade escolar, incluindo estudantes, docentes e funcionários. Esse tipo de currículo pode afetar ativamente a forma com que os estudantes percebem sua própria identidade e a dos outros. Isso inclui questões relacionadas a raça, etnia, classe social, gênero, orientação sexual e outras dimensões da diversidade. A maior crítica ao currículo oculto se estabelece na necessidade de tornar essas influências visíveis e serem objeto de reflexão crítica, a fim de promover uma educação mais justa, equitativa e inclusiva. O currículo oculto pode fortalecer estereótipos, preconceitos e discriminações, desempenhando um papel na perpetuação de desigualdades estruturais na sociedade (Magalhães; Ruiz, 2011). Como docentes, devemos nos atentar à tendência desse currículo em privilegiar determinados grupos sociais em detrimento de outros, além de reproduzir e reforçar padrões dominantes, perpetuando relações de poder e excluindo vozes e perspectivas marginalizadas.

Como professora, percebo que quando questiono meus pares nas escolas em que leciono sobre os conteúdos que devem compor o currículo, se estabelece no ambiente a total falta de interesse sobre a discussão do assunto. Na rede estadual de ensino no estado do Rio de Janeiro, o processo de construção do Documento de Orientação Curricular é fruto da ação colaborativa entre a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME-RJ), a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC-RJ), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Rio de Janeiro (UNCME-RJ) e o Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro (CEE-RJ). Inicialmente, a elaboração do currículo é feita por equipes disciplinares de docentes da rede pública e privada do estado, e então, enriquecido por sugestões recebidas de consultas públicas realizadas pelo CEE-RJ (Rio de Janeiro, 2019). Portanto, os docentes do estado devem

seguir o conteúdo proposto, produzido de acordo com o que é prescrito para cada disciplina. Logo, quando nos aprofundamos em assuntos diversos, que precisam ser tratados com urgência, indispensáveis para a formação da identidade do aluno, mas que não estão incluídos nesse currículo pré-determinado, a resposta é praticamente unânime: - isso não precisa ser discutido porque não está no currículo, portanto, não faz parte da minha disciplina. Ou seja, se não está presente naquele currículo pré-estabelecido, o professor não se sente responsável para discutir sobre. Portanto, uma reflexão essencial é sobre a produção de um currículo apropriado e enriquecido de discussões sobre sexualidade e diversidade sexual, que de alguma forma, possa romper esse silenciamento.

É fundamental levarmos em consideração o contexto e condições sociais expostas na formação de identidade para a juventude LGBTQIAPN+ no ambiente escolar, visto que essa formação, na maioria das vezes, é sombria, hostil e repressiva. Valerie Walkerdine (1990, p. 32) comenta que:

A escola, como um dos modernos aparatos de regulação social, define não apenas aquilo que deve ser ensinado, aquilo que constitui conhecimento, mas define e regula também o que constitui uma "criança", bem como o que constitui aprendizagem e ensino.

Se o currículo é, portanto, um orientador da prática docente e norteador do processo escolar como um todo, se não forem incluídos nele conteúdos relacionados à diversidade sexual, os professores e professoras não receberão a orientação ou os recursos específicos para abordar esses assuntos. É sabido que a falta de preparo e conhecimento pode levar a inseguranças para abordar esses tópicos, principalmente pelo caráter polêmico que as discussões podem suscitar.

A grande razão que me impulsionou a discutir um currículo que permita tratar sobre sexualidade e diversidade sexual é diretamente combater as atitudes homofóbicas por parte de ambos, alunos e docentes. Como professora de Biologia, sinto que o currículo direciona a uma expectativa dos alunos de forma a esperar sempre as respostas constantes sobre o assunto teórico ensinado, como por exemplo, perguntas sobre infecções sexualmente transmissíveis. Os alunos conseguem entender sobre transmissão, prevenção e diagnóstico das doenças, porque isso foi passado em sala de aula pelo professor e estudadas pelo livro. No entanto, o diálogo sobre questões mais profundas não acontece. É como se essas respostas teóricas (o conteúdo curricular) fossem mais importantes do que outras compreensões mais íntimas, sobre suas preocupações, medos e desejos. Esse tipo de currículo induz a uma limitada condição de prescrição, de certo e errado, ligados somente a questões biológicas, e não direciona o professor e o aluno ao diálogo.

Considerando a concepção tradicional da pedagogia como responsável por alcançar resultados fixos e previsíveis, é possível que a educação, incluindo a educação sexual, permaneça sendo uma tarefa “impossível”. Nessa lógica, observamos o campo disciplinar como controlador. Britzman (1998, p.58) propõe que:

De fato, a educação pode ser mais do que a colonização, mais do que o impulso para inventar – por meio de suas tecnologias de correção – o estudante carente, o indivíduo perigoso, o déficit de atenção, os pais ignorantes, o corpo dócil, o gênero disfuncional e todos os outros papéis trágicos que brotam do pânico moral que organiza a educação.

Nesse sentido, é importante destacarmos um conceito interessante e necessário representado pela *teoria queer*. Esse termo, expressa em inglês, uma ambiguidade apropriadamente utilizada pelo movimento *queer*, já que foi utilizado para depreciação às pessoas homossexuais, principalmente do sexo masculino, mas posteriormente foi recuperado de forma positiva pela comunidade *queer*. Silva (2006), explica que “o movimento homossexual, numa reação à histórica conotação negativa do termo, recupera-o, então, como uma forma positiva de autoidentificação.” Além disso, o termo também significa “estranho”, “anormal”, e é usado para questionar e desestabilizar as noções tradicionais de identidade de gênero e orientação sexual. É a partir da *teoria queer* que se inicia o questionamento de uma pedagogia *queer*.

A autora Deborah Britzman, por exemplo, propõe a pedagogia *queer*, que significa pensar em uma abordagem que vá além da simples inclusão de questões LGBTQIAPN+ no currículo. Ela busca desestabilizar as noções fixas de identidade e gênero, promovendo uma reflexão crítica sobre como essas ideias são construídas e internalizadas na educação. A educadora aposta na arte, na literatura, nos jogos, filmes, depoimentos em primeira pessoa, músicas, nas conversas livres e não-hierárquicas como metodologias profícuas para a superação das resistências à criatividade e à educação sexual. A base da sua ideia é a desconstrução das normas binárias de gênero e sexualidade apostando no diálogo aberto e escuta ativa, encorajando os educadores a se envolverem em discussões sobre diversidade. Ela argumenta que a educação deve ir além de simplesmente reconhecer a diversidade sexual e de gênero, buscando desafiar ativamente as estruturas sociais que marginalizam e reprimem identidades não conformistas. Na prática, a pedagogia *queer* de Britzman (1998) propõe um ambiente educacional inclusivo, onde as diferenças não são apenas aceitas, mas celebradas. Isso implica em repensar currículos, metodologias de ensino e interações em sala de aula, para criar espaços que não reforcem estereótipos ou hierarquias de poder baseadas em identidade de gênero ou orientação sexual.

Cumpramos ressaltar que vivemos em um mundo falocentrado (York, 2020), ou seja, um mundo desatualizado, dominado pela percepção do homem como ser superior. O falocentrismo, em suas dimensões éticas, estéticas e políticas, conduz a quem dele se afasta aos espaços de exclusão, de inexistência e de apagamento (York; Silva; Nolasco-Silva, 2022). Historicamente, a escola tem legitimado desigualdades por meio de práticas curriculares que segregam com base em mecanismos de classificação, hierarquização e ordenamento, como a distinção entre gêneros, estratificação socioeconômica e diferenças religiosas (Silva, *et al.* 2018). Para Silva (1999, citado por Bezerra *et al.*, 2011), o currículo escolar reflete uma cosmovisão masculina, suspeitando especialmente do currículo oficial que destaca características associadas a conhecimentos e experiências considerados masculinos, como controle, racionalidade, lógica, ciência, técnica, individualismo e competição. Quando consideramos as dimensões éticas, estéticas e políticas do falocentrismo, podemos perceber que essa perspectiva hierárquica reforça uma estrutura de poder que marginaliza e exclui aqueles que não se conformam com as normas tradicionais de gênero, incluindo indivíduos LGBTQIAPN+. O falocentrismo, ao promover a ideia de superioridade masculina, muitas vezes contribui para a perpetuação da homofobia, inclusive no ambiente escolar, pois reflete as normas sociais dominantes, contribuindo para a marginalização de estudantes que não se enquadram nas expectativas tradicionais de gênero (York; Silva; Nolasco-Silva, 2022).

O acesso à informação e tecnologia disseminaram conhecimento, e a acessibilidade à internet permitiu uma maior difusão das noções sobre sexualidade (Sfoggia; Kowacs, 2007). Considerando essa acessibilidade por intermédio da internet e outros meios de comunicação, desenvolver estratégias de educação para crianças e adolescentes sobre a sexualidade tornam-se indispensáveis, pois, a facilidade do acesso às mídias, nem sempre propiciam conhecimento confiável, de base científica. Em muitos casos, ao invés de promover uma educação sexual saudável, encontramos a disseminação de desinformação, crenças, ódio e preconceito. A mídia pode obter uma propagação desenfreada, exercendo uma influência significativa na formação da identidade e no comportamento de consumo dos indivíduos (Traqueia, 2021). Um exemplo de desinformação é a tão propagada expressão “ideologia de gênero” nas redes sociais, que surgiu como parte de um discurso conservador, utilizada de forma pejorativa, tendenciosa, para desacreditar as discussões sérias e fundamentadas que buscam compreender e criticar as construções sociais em torno do gênero (Lionço, *et al.*, 2017). Essa expressão tem sido utilizada para desqualificar estratégias educacionais sobre gênero e sexualidade, impactando os debates em torno dos planos de educação no Brasil e tem gerado um alarme moral, um retrocesso e uma demonização do que é considerado como “oponente”, quando o que se pretende com a

discussão sobre a promoção da igualdade de gênero e de orientação sexual é simplesmente contribuir para “a superação das desigualdades educacionais” (Reis; Eggert, 2018).

Como docente-pesquisadora posso afirmar que este assunto, nos últimos anos, rendeu aviltantes cenas de preconceito e violência no meu ambiente de trabalho. Em uma aula de Biologia, ministrada por mim, em um Colégio Estadual, em São João de Meriti, cujo o tema era órgãos reprodutores, masculino e feminino, naturalmente questões de sexualidade surgiram em sala de aula. Uma aluna que assistiu a essa aula, ao chegar em casa, comentou com os pais sobre o conteúdo da aula. Os pais imediatamente foram até a escola dizer que a professora de Biologia estava “doutrinando” os alunos com a tal “ideologia de gênero”. Isso gerou na reunião de pais uma votação, que consistia em uma autorização dos pais, para a permissão da abordagem da sexualidade em sala de aula. E o resultado da votação apresentou que a maioria dos pais não autorizavam o professor a abordar esse tema em sala de aula. Nesse contexto, destaca-se a importância da escola em assumir um papel mais proativo e crítico em relação ao alcance da mídia, oferecendo uma perspectiva educacional que transcenda as suas influências indiscriminadas.

Desta forma, é preciso planejar com eficiência como devemos conduzir nosso trabalho como educadores, como nos preparar para sermos capazes de orientar os alunos, manter a abrangência do nosso trabalho com os pais e responsáveis, qual o material poderá ser utilizado e o quanto tudo isso pode ser relevante para os alunos para que seja fonte de interesse, de ajuda e de esclarecimento.

Portanto, o currículo é um fator essencial que ainda precisa ser muito bem discutido e reformulado. Uma escola democrática precisa estar atenta a esses aspectos, buscando eliminar preconceitos, desigualdades e estereótipos que possam estar presentes no currículo oculto. O currículo deve desenvolver o pensamento crítico e habilidades para a participação cidadã ativa. Os estudantes devem ser incentivados a questionar, analisar diferentes perspectivas, resolver problemas complexos, tomar decisões informadas e agir para a transformação social. É essencial que pensemos um currículo relevante para a realidade e os interesses dos estudantes. Ele deve estar conectado com as experiências de vida dos alunos, suas culturas, e contextos sociais, tornando o aprendizado significativo e aplicável à sua vida. É fundamental promover uma educação que valorize a diversidade, a justiça social e a equidade, garantindo que todos os estudantes se sintam acolhidos e representados.

2.4 A importância e o direito à inclusão e diversidade no ambiente escolar e na Educação Profissional e Tecnológica

As abordagens sobre sexualidade, gênero e diversidade sexual nas escolas brasileiras estão em processo de evolução. Somente em 1998, com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCN), a orientação sexual começou a ser reconhecida pelo Governo Federal como um tema transversal. Esse reconhecimento foi motivado pelo aumento da gravidez na adolescência e pelo risco de contaminação pelo HIV (vírus da imunodeficiência humana), sendo preconizado que fosse integrado às propostas pedagógicas das escolas (Rocha, 2011). Considerando que a sexualidade não é uma questão exclusivamente pessoal, mas também social e política, e que é "construída ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos" (Louro, 2018, p. 11), é compreendido que a abordagem dessa temática deve ser incorporada ao ambiente escolar. Isso visa desenvolver ações críticas, reflexivas e educativas para os jovens (Rocha, 2011), ao mesmo tempo em que busca combater a homofobia e as discriminações de gênero.

A instituição escolar, que realiza a intermediação entre o conhecimento empírico e científico (Alves; Lamb, 2016), constitui-se como um cenário onde as relações de poder entre os gêneros são delineadas, mas possui o potencial de se transformar em um ambiente que promove o respeito à diversidade e contribui para o estabelecimento de relações mais equitativas (Colling, 2015). A legislação educacional brasileira, especificamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/90), estipula um mínimo de 800 horas letivas por ano, distribuídas ao longo de no mínimo 200 dias letivos (Brasil, 1996). Dessa forma, é possível deduzir que os jovens passam, pelo menos, quatro horas diárias em salas de aula. Contudo, Louro argumenta que as memórias associadas às experiências escolares frequentemente não estão relacionadas aos conteúdos programáticos, mas sim ao cotidiano escolar e às interações com colegas e professores. "As impressões que ainda nos marcam em relação a essas instituições estão vinculadas à forma como construímos nossas identidades sociais, especialmente no que diz respeito à nossa identidade de gênero e sexual" (Louro, 2018, p. 22). Portanto, compreende-se que a abordagem da temática de gênero e diversidade sexual nas escolas desempenha um papel crucial, uma vez que é durante a adolescência que os jovens exploram diversos aspectos sociais e manifestam uma curiosidade crescente em relação à sexualidade.

O direito a educação escolar em igualdade de condições de entrada e permanência pela oferta de ensino público e gratuito e de qualidade é amparado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) (Brasil, 1996). No primeiro artigo, é estabelecido que a educação

escolar está composta por dois níveis: Educação Básica e Educação Superior (Brasil, 1996). Ela também possui modalidades, como a EPT, presente em instituições estaduais, municipais, privadas e na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Seu principal objetivo é propiciar um nível de conhecimento, habilidade e capacidade para o exercício de sua ação profissional alicerçada à vida em sociedade. Logo, a EPT tem um caráter de verticalização, podendo atuar desde a Educação Básica, com o Ensino Fundamental, através da Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional; com o Ensino Médio, por meio da formação Técnica Articulada em Cursos Integrados e Concomitantes) e em Cursos Subsequentes, podendo articular-se com a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA); até a Educação Superior, por meio da graduação com Cursos Superiores Tecnológicos, Cursos Superiores, e na pós-graduação em Especializações, Mestrados e Doutorados. Sendo assim, podemos pensar em uma importante ligação entre a EPT e a formação integral como um projeto educacional onde o estudante encontre sentido no que faz, pois ancora seu aprendizado na articulação entre teoria e práxis. É imperativo que o discente da EPT busque que a sua realização profissional e a sua educação sejam um meio de luta em prol de uma sociedade melhor.

O consenso de que a escola não deve apenas preparar os alunos para o mundo do trabalho, mas também deve "prepará-los para a cidadania, construindo sujeitos éticos e responsáveis" (Colling, 2015, p. 38), está alinhado com os objetivos da EPT. A EPT busca a formação omnilateral dos sujeitos, promovendo um desenvolvimento completo e multilateral em todos os aspectos, incluindo faculdades e forças produtivas, necessidades e capacidade de satisfação (Manacorda, 2007). Ciavatta (2014, p. 191) complementa o conceito de educação omnilateral, afirmando que ela visa uma formação "em todos os aspectos da vida humana - física, intelectual, estética, moral e para o trabalho, integrando a formação geral e a educação profissional".

Nesse contexto, em teoria, o ensino na EPT é orientado para uma abordagem progressista, buscando a formação de sujeitos autônomos, cidadãos e agentes políticos capazes de compreender e transformar sua realidade nas esferas política, cultural, social e econômica (Brasil, 2010). A educação que os alunos recebem e seus comportamentos são fenômenos sociais passíveis de mudança, especialmente se forem comportamentos sexistas, que não apenas podem, mas devem ser transformados. Portanto, evidenciar como esses comportamentos são construídos torna-se uma responsabilidade pedagógica (Colling, 2015) no âmbito de uma escola comprometida com a formação de cidadãos críticos capazes de contribuir para a mudança na sociedade em que vivem.

A escola não deve mais perpetuar as divisões e dominações entre os gêneros; pelo contrário, deve ser um espaço que rompe com as exclusões, introduzindo a problematização sobre gênero, diversidade sexual e discriminações para construir um ambiente mais igualitário. Para alcançar esse objetivo, as ações desenvolvidas devem ser cuidadosamente planejadas (Rocha, 2011), evitando uma abordagem autoritária que possa ser percebida pelos alunos como impositiva, aspecto relevante considerando a propensão dos alunos a esquecerem aulas caracterizadas por autoritarismo (Britzman, 2018). As posturas políticas adotadas pela instituição educacional têm o potencial de causar um impacto significativo na vida dos estudantes e profissionais que, dentro do ambiente escolar, se desviam da norma na manifestação de sua diversidade sexual e de gênero.

É importante que os docentes da EPT reflitam sobre diversidade sexual, pois, apesar de a legislação educacional incluir, mesmo que de forma transversal, essa questão, o que se percebe na prática pedagógica é um silenciamento em relação a esse tema por parte dos currículos, escolas e professores (Fioravanti, *et al.*, 2020). Vianna (2018) afirma que o sistema educacional brasileiro continua negligenciando a sexualização da infância e a presença de jovens LGBTQIAPN+, caracterizando o fenômeno como a "cultura do silêncio", uma criação da estrutura opressiva da sociedade. Esses silêncios podem resultar no apagamento das identidades de muitos sujeitos LGBTQIAPN+ nos ambientes escolares, na falta de enfrentamento das desigualdades e na restrição da plena cidadania desses indivíduos. É urgente desenvolver estratégias didático-pedagógicas que auxiliem os profissionais da educação na abordagem desse tema, especialmente no ensino básico e na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Uma notícia de 2021 comoveu o país e causou revolta entre muitos professores e educadores, inclusive, motivou o tema deste projeto. Segundo o jornalista Marcello Carvalho, do jornal G1 Campinas e Região³, um menino de 11 anos foi hostilizado em uma rede social, pela equipe pedagógica da escola, e por pais de outros alunos, por sugerir que o trabalho do bimestre fosse a temática LGBT, já que junho é celebrado o mês da conscientização da equidade social e profissional de pessoas LGBTQIAPN+. A coordenadora pedagógica da Escola Estadual Aníbal de Freitas, Campinas, SP, fez uma ligação para o aluno queixando-se do assunto como inadmissível e inapropriado, dizendo ainda que ele precisava de tratamento.

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/06/13/familia-denuncia-preconceito-contraluno-de-11-anos-apos-sugestao-de-trabalho-com-tema-lgbt-em-grupo-da-escola.ghtml> Acesso em: 14 set. 2022

De forma a combater este tipo de situação lastimável, que não pode mais se perpetuar, a presente pesquisa dispõe de discussões, ideias, pesquisa e realização de um produto que sirva como ferramenta para os professores questionarem, aprenderem e levarem para a sala de aula um olhar crítico sobre as diferenças. Assim, podemos mudar a realidade de muitos alunos e compartilhar de ações para a melhor construção de seres críticos, respeitosos e principalmente humanos.

2.5 Vivências e Desafios: minha jornada como uma professora lésbica na promoção da discussão sobre diversidade sexual nas escolas em que leciono.

Quando era jovem, por volta dos anos 80, poucas vezes o tema sexualidade foi discutido de forma realmente educadora dentro da minha casa. Falar sobre sexo, como era chamado, era proibido e deveria ser dito em ocasiões específicas e com alguém íntimo. Ainda, na escola, esse hábito de silenciamento e impedimento era propagado, principalmente por estudar em um colégio católico regido por freiras, na baixada fluminense. A dificuldade para introduzir nossas aflições, anseios, dúvidas, falar do nosso corpo, como nos sentíamos frente à nossa sexualidade era imensa. Em minha experiência pessoal era proibido pensar que duas pessoas do mesmo sexo poderiam se amar. Entender isso foi uma grande surpresa para mim. E como eu gostaria de ter tido uma professora com quem eu pudesse falar com confiança sobre a minha sexualidade! Talvez se a tivesse, poderia ter tido a oportunidade de conversar de forma educadora, podendo enfim, decidir como eu queria viver muito mais cedo, sem medo, buscando o meu próprio jeito de amar, podendo dizer com quem eu gostaria de dividir os meus sonhos e a minha vida. Mas na verdade, sempre houve para mim, o silêncio.

Atualmente, como professora lésbica, sinto profunda empatia quando me enxergo em alguns dos meus alunos e alunas. E tendo toda a consciência de como é difícil ser considerada “diferente”, o silenciamento gritante a todo momento me desgasta, me entristece e eu realmente gostaria de mudar isso em minha volta. Inclusive, a discriminação não ocorre somente com os alunos. Como docente, sofri incontáveis atos de homofobia, sendo em grande parte, velado, aquele preconceito “sem intenção”. Um fato que me marcou bastante quando fui chamada para lecionar no Estado do Rio de Janeiro, foi a entrega de documentos para a agente pessoal do colégio. Quando entreguei minha certidão de casamento civil, em 2013, houve um espanto e risinhos disfarçados. No dia seguinte, uma professora do colégio me disse que ficou indignada com o que havia acontecido quando saí da sala. A agente pessoal tirou várias cópias da minha certidão para mostrar para os outros professores sua indignação em receber uma professora casada com outra mulher. Soube que minha certidão rendeu boas risadas e fúria, principalmente

por parte dos evangélicos, na sala dos professores. Ao mesmo tempo que me senti muito triste e traumatizada com isso, tive conhecimento dos obstáculos que enfrentaria dali em diante. Entendi que o espírito de pessoas que sofrem preconceito de diversas formas, a chamada “minorias”, precisa estar sempre atento e forte. Deste dia em diante entendi que precisava estar naquela escola porque é o meu direito, e passei a lutar também pelo direito dos meus alunos.

Como professora, sempre me atentei ao sofrimento de um grupo ou outro considerados diferente do padrão dentro da escola. Trabalhando com a EJA (Educação de Jovens e Adultos), me surpreendi com um diário de chamada que não constava o nome social de uma aluna. Eu era novata na turma e não sabia que o Maurício (nome fictício), que era muito faltoso nas minhas aulas, na verdade era a Andréia (nome fictício), que sempre chegava meio atrasada, pois trabalhava em um salão de beleza durante o dia. Ninguém da escola (coordenação/direção/secretaria) me informou que eu tinha uma aluna, que era uma mulher trans, e que seu nome social não estava na chamada. Todas as noites eu chamava pelo Maurício e ninguém respondia. Depois de algum tempo, uma pessoa da turma me chamou discretamente e contou sobre a Andreia.

Em outra escola, havia 2 alunos com baixíssimo rendimento e que foram levados, ambos os casos, ao conselho de classe. Neste dia, a pauta era reprovar somente o "veadinho", pois ninguém estava mais disposto a aguentar as suas “veadagens” em sala de aula. Este aluno foi reprovado duas vezes no 1º ano do Ensino Médio e abandonou a escola. O outro, considerado “normal” tinha problemas familiares, portanto, decidiram que ele poderia ser aprovado. Em outra ocasião, um professor se dispôs com a indisciplina do aluno e dirigiu palavras agressivas e homofóbicas a ele e não foi denunciado e não sofreu nenhuma punição.

Um caso que me causou grande impacto envolve um aluno intersexo, cujos pais, fervorosos seguidores de uma denominação evangélica radical, o registraram com um nome masculino, mesmo após um exame genético identificá-lo como do sexo feminino. Atualmente cursando o segundo ano do ensino médio, os pais insistem que ele se vista com roupas masculinas, enquanto se deparam com o desenvolvimento dos seios. Para remediar a situação, os pais buscam, através da igreja, uma cirurgia gratuita para a remoção das glândulas mamárias, alegando que, mesmo de pequeno porte, são visíveis sob a blusa e causam desconforto pela "anomalia" percebida. Infelizmente, seus colegas de classe não têm conhecimento dessa realidade e, por falta de informação, rotulam o aluno como "estranho". Isolado, ele/ela enfrenta dificuldades emocionais. Recentemente, ao indagar sobre sua baixa frequência na escola, o aluno/aluna compartilhou comigo detalhes íntimos de sua situação, revelando que sua mãe proíbe o uso de absorventes, o que o/a obriga a ficar em casa durante esses períodos para evitar

questionamentos. A falta de aceitação e compreensão por parte da mãe em relação à identidade e experiência da filha pode ter implicações sérias para sua saúde mental e emocional, prejudicando seu desenvolvimento psicológico e social.

O que ainda me motiva a ser professora, e conviver nesse ambiente muitas vezes cruel, é saber que uma boa conversa, a escuta, o carinho, o acolhimento podem resultar em um futuro promissor para uma pessoa. Por exemplo, um de meus alunos que era diariamente ridicularizado na escola, principalmente por não gostar de jogar futebol, e sim de jogar queimado, pegou todo o seu desgosto e transformou a paixão pelo jogo de queimado em uma divertida peça de teatro apresentada em diversos teatros do Rio de Janeiro e do Brasil. Ainda esse ano, este mesmo aluno estreia em uma novela da rede Globo. Em uma de nossas conversas ele mostrou toda a sua gratidão por todas as vezes que abri a possibilidade de conversarmos sobre a sua sexualidade e sobre a vida.

Diretores, principalmente aqueles ligados a religiões Cristãs mais conservadoras (em minha experiência), pedem que os professores não coloquem nenhum tema polêmico nos projetos, como por exemplo, diversidade sexual e de gênero, pois os pais sempre reclamam e dizem que estamos intervindo na orientação sexual de seus filhos e os induzindo a serem homossexuais. Nesse caso, percebo uma mistura entre o papel profissional e as convicções religiosas, que deveriam pertencer à vida privada.

Ao compartilhar minha própria identidade e experiências dentro da escola, espero proporcionar visibilidade e representatividade para alunos LGBTQIAPN+, para que se sintam mais compreendidos e aceitos. Diariamente, tento criar um ambiente empático, permitindo que todos percebam os desafios e a luta enfrentados por alguns alunos LGBTQIAPN+, para que isso abra uma porta para discutirmos abertamente e sem discriminação essa pauta. Quando esse assunto é discutido, promove uma compreensão mais ampla e informada sobre as diversas formas de amor e relacionamentos, assim a escola se torna mais inclusiva e mais respeitosa. Deixo sempre claro também que os alunos têm um suporte. Todos que vierem conversar comigo, e precisarem de suporte emocional, terão todo o meu apoio e acolhimento. Além disso, informar sobre a ilegalidade da homofobia nas escolas é fundamental para criar um ambiente mais inclusivo, para promover o respeito à diversidade e cumprir com os princípios legais que regem a educação. O Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil decidiu, em junho de 2019, equiparar a homofobia e a transfobia ao crime de racismo, reconhecendo que praticar atos discriminatórios contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero é crime, nos termos da Lei nº 7.716/1989, que trata do crime de racismo. Essa decisão tem

implicações importantes, incluindo a caracterização da homofobia como crime imprescritível e inafiançável (Supremo Tribunal Federal, 2023).

Toda a dor que enfrentei e enfrento, toda a dor da minha esposa, do meu filho e dos meus alunos pela crueldade da LGBTfobia, me motivou a procurar uma forma de obter conhecimentos para somar nas lutas contra o preconceito. Eu desejo que em um futuro bem próximo nós possamos ter a liberdade que tanto almejamos. A liberdade dos nossos corpos e a liberdade de amar quem quisermos. Eu gostaria que todos os docentes engajassem nessa luta para criarmos uma saída juntos, para que nossos alunos tenham oportunidades de se expressarem como bem entenderem e curar as suas feridas. O ambiente escolar pode ser a melhor lembrança de toda uma vida, e eu quero que seja. Acredito que essa pesquisa possa trazer uma luz de como transformar nosso ambiente escolar. E que o produto educacional inspire os docentes a trabalharem da melhor forma esse tema tão sensível e tão presente.

3. METODOLOGIA

3.1. Etapas da pesquisa: Revisão bibliográfica

Dentre os procedimentos metodológicos, a primeira etapa consistiu em uma pesquisa bibliográfica abrangente sobre o tema proposto. Nesta revisão bibliográfica identificamos conceitos, teorias e atualizações sobre a diversidade e LGBTfobia na educação. Foram consultadas diversas fontes de informação, incluindo artigos científicos, livros, relatórios de organização governamental e não governamental, teses e dissertações. A escolha das fontes foi baseada em critérios específicos, priorizando a relevância, credibilidade e atualidade das informações. A validade e confiabilidade dos resultados foram asseguradas pela utilização de fontes confiáveis e pela análise crítica consistente durante a revisão da literatura. Essa etapa foi essencial para a construção do referencial teórico, fornecendo uma base de conhecimentos para a posterior análise e interpretação dos dados.

3.2. Formulário

Essa pesquisa teve caráter quantitativo e qualitativo, com o objetivo de descrever as experiências, desafios, atitudes e discussões propostas por docentes da EPT no ambiente escolar do CPII – campus TIJUCA II em relação às questões de LGBTfobia e diversidade sexual. Formulamos e aplicamos um questionário (Vide Anexo I) a 20 docentes, de ambos os sexos e de disciplinas diversas da EPT. Não houve distinção entre professores e professoras contratados e efetivos nem o seu tempo de serviço dentro da Instituição. Todos os docentes trabalham atualmente na EPT, portanto, são participantes com experiências relevantes para a pesquisa. Todos os docentes escolhidos possuem ensino superior, e seu nível de ensino está especificado nos resultados, pelos próprios docentes. Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética/Plataforma Brasil sob o CAAE: 65617522.5.0000.9047, e para responder ao questionário, os/as participantes assinaram termos de consentimentos livres e esclarecidos.

Dos 20 docentes que receberam o formulário, 6 deles o responderam. O questionário foi composto por 13 perguntas, incluindo perguntas fechadas para análise quantitativa, permitindo a elaboração de gráficos e uma análise de proporção relativa, e perguntas abertas para análise de conteúdo, conforme Bardin (2006). Para a formulação do questionário *online* utilizamos a ferramenta “*Google Forms*” e enviamos aos docentes por e-mail para ser respondido. Essa ferramenta é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas do “*Google*”, e permite a pesquisa e

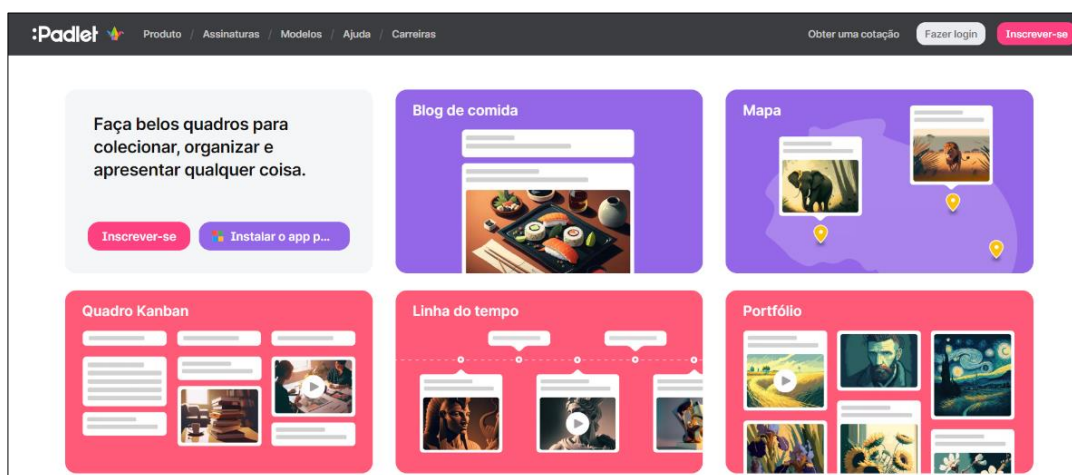
a coleta de informações por meio de questionários e formulários transmitidos automaticamente. Essa transmissão automática facilitou a colaboração e o compartilhamento para vários usuários, agilizando a compilação e análise das informações coletadas. Coletamos os dados, procedemos com a análise dos mesmos utilizando técnicas de análise de conteúdo para identificar padrões e tendências emergentes em relação às práticas pedagógicas dos educadores entrevistados. É importante ressaltar que todos os participantes deste estudo foram informados sobre os objetivos da pesquisa e deram seu consentimento para participar. Garantimos a confidencialidade e anonimato dos participantes.

3.3 Construção do PE: *Padlet*

3.3.1 Acesso à Plataforma *Padlet*:

Para dar início ao processo, acessamos o site do *Padlet* através do endereço www.padlet.com utilizando um navegador da web. Este primeiro passo é fundamental para que os educadores possam utilizar a plataforma de forma eficiente e aproveitar todas as suas funcionalidades. Ao acessar o *site*, é possível explorar as diferentes opções e recursos disponíveis, proporcionando uma experiência personalizada e adaptada às necessidades de cada usuário.

Figura 1. Captura de tela da página inicial do site *Padlet* (www.padlet.com)

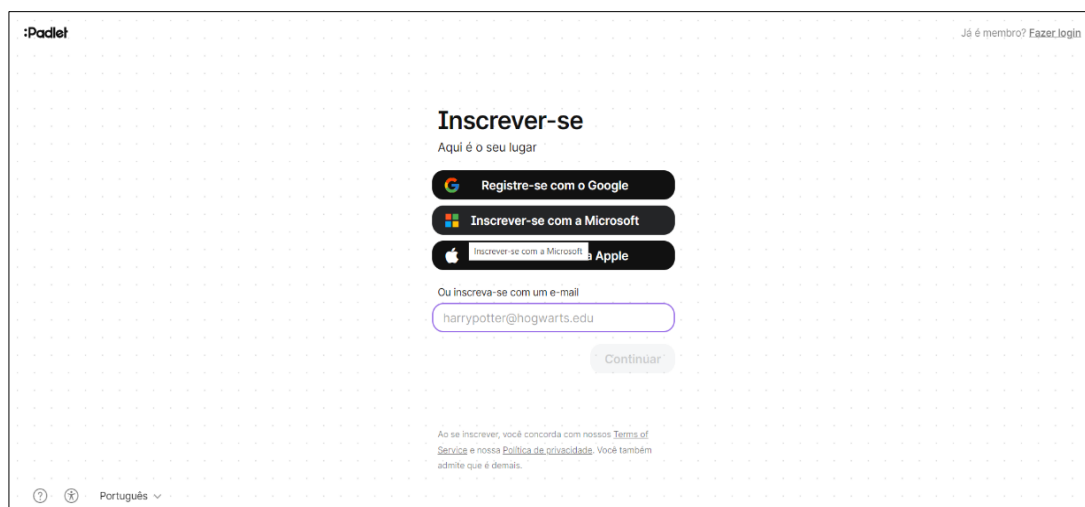


Fonte: Da autora, 2024

3.3.2 Criação de uma Conta:

Para dar início ao processo de produção do mural, criamos uma conta no *Padlet*. Essa etapa envolveu a criação gratuita de uma conta, fornecendo um endereço de e-mail e seguindo as instruções disponíveis no site.

Figura 2. Captura de tela da página de criação de conta no Padlet.



Fonte: Da autora, 2024

3.3.3 Como você vai utilizar o *Padlet*?

Essa pergunta tem o objetivo de personalizar a experiência do usuário no *Padlet*. Ao selecionar o grupo que melhor descreve o usuário, a plataforma pode adaptar suas configurações e funcionalidades para atender às necessidades e preferências específicas desse grupo. Isso possibilita uma experiência mais direcionada e eficiente, considerando as diferentes finalidades de uso que podem variar entre educadores, estudantes, profissionais, entre outros.

Figura 3. Captura de tela da página onde o usuário seleciona o melhor grupo de acordo com seu perfil.

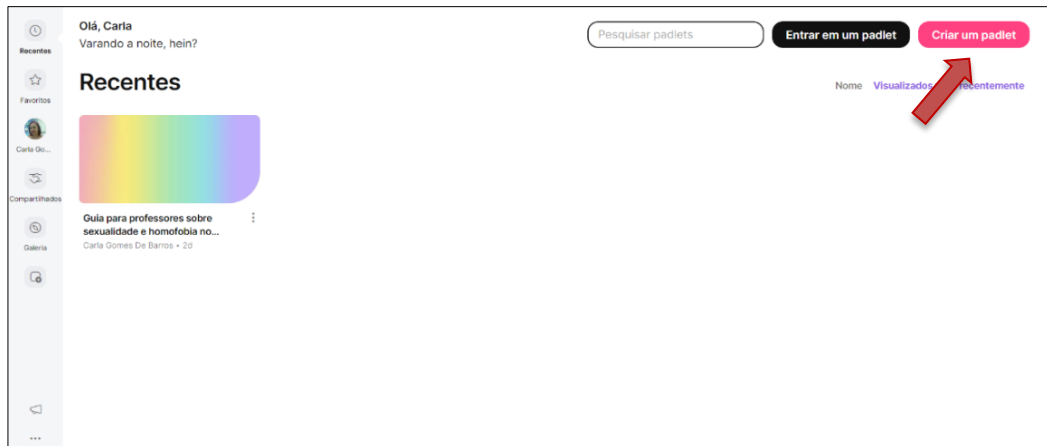


Fonte: Da autora, 2024

3.3.4 Início de um Novo Mural:

Após efetuar o login na plataforma, optamos por criar um novo mural ao clicar no botão "Criar um *Padlet*", que se encontra na página inicial. Essa escolha permitiu dar início a um novo mural personalizado.

Figura 4. Captura de tela da página onde o usuário cria o seu Padlet.

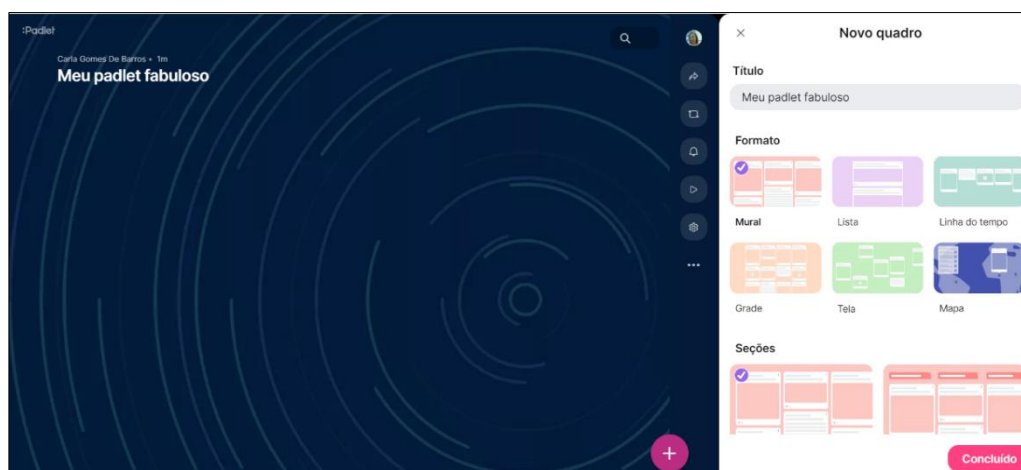


Fonte: Da autora, 2024

3.3.5 Escolha do *Layout*:

Ao considerarmos a natureza deste estudo, fizemos a seleção de um *layout* (plano) que permitisse uma organização clara e visualmente atraente das informações. Optamos pelo uso do *layout* em formato de "grade", pois ele possibilita uma disposição ordenada dos conteúdos, facilitando a compreensão e a navegação pelos mesmos. Essa escolha foi feita com o objetivo de proporcionar uma experiência agradável e intuitiva aos educadores que utilizarão este material.

Figura 5. Captura de tela da página onde o usuário escolhe o seu layout.



Fonte: Da autora, 2024

3.3.6 Personalização do Mural:

No processo de personalização do mural, o intitulamos como: "Sexualidade e homofobia no ambiente escolar: um guia para docentes". Essa escolha visa dar apoio aos docentes que querem abordar essa temática em sala de aula, mas se sentem inseguros pelo pouco conhecimento sobre o assunto. Além disso, incluímos uma breve descrição no mural para contextualizar o propósito e os objetivos do estudo. Essa descrição busca informar os educadores sobre a finalidade do mural, incentivando-os a explorar e utilizar as informações ali presentes para promover um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso.

Para garantir uma aparência visual adequada, selecionamos um plano de fundo apropriado disponibilizado na plataforma do *Padlet* e cores que transmitissem a representatividade e a importância do tema abordado. A escolha desses elementos visuais visa criar um ambiente acolhedor, tranquilo, descontraído e propício para a reflexão e o diálogo sobre a diversidade sexual e a luta contra a LGBTfobia na escola. Essa personalização do mural tem como objetivo engajar os educadores, despertando o interesse e o senso de responsabilidade em abordar essas questões em sala de aula, promovendo assim uma educação mais inclusiva e consciente.

Figura 6. Captura de tela da página após a personalização do mural.



Fonte: Da autora, 2024

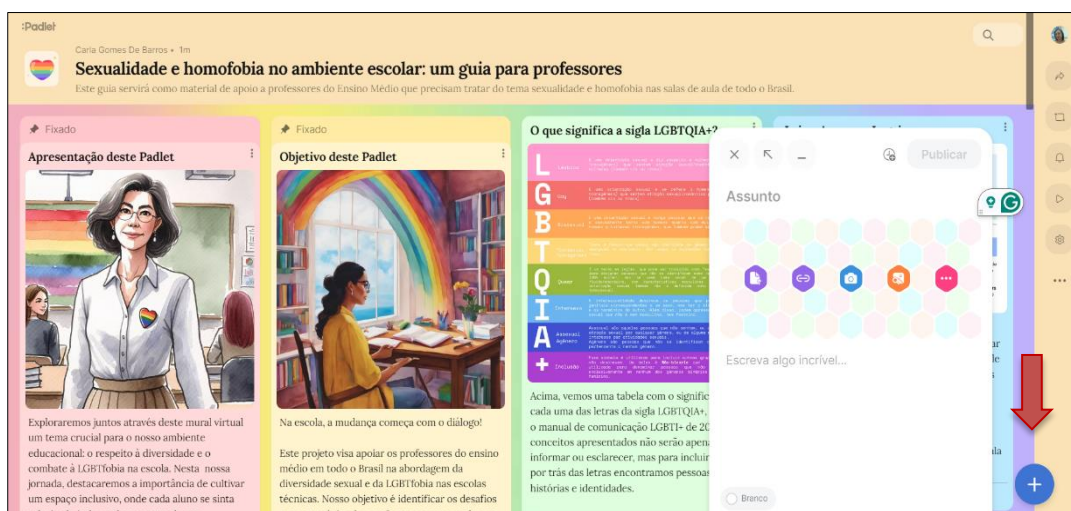
3.3.7 Adição de Conteúdo:

Adicionamos no mural diversos tipos de conteúdo para abordar aspectos relevantes da pesquisa. Incluímos textos explicativos sobre diversidade sexual e LGBTfobia, leis e amparos legais, vídeos educativos, links para artigos acadêmicos referenciados e recursos educacionais, como séries, filmes e músicas que ajudam a entender melhor a vivência de pessoas

LGBTQIAPN+ nas escolas. Essa adição de conteúdo foi feita com o objetivo de fornecer aos educadores uma variedade de recursos que possam ser utilizados em sala de aula para abordar de forma abrangente e informativa a temática da diversidade sexual e combate à LGBTfobia. Os textos explicativos visam fornecer um embasamento teórico sobre o assunto, enquanto as leis e amparos legais deixam os docentes mais seguros ao tratar do tema com os discentes. Os vídeos educativos são recursos visuais que podem auxiliar na compreensão dos conceitos e na sensibilização dos alunos. Os links para artigos acadêmicos oferecem acesso a pesquisas científicas utilizados para a realização deste estudo. Por fim, os diversos recursos educacionais relacionados ao tema trazem uma perspectiva real e pessoal, contribuindo para a empatia e compreensão dos estudantes e dos docentes.

Essa adição de conteúdo no mural é um exemplo prático de como a pesquisa pode ser aplicada na prática educacional, fornecendo recursos e informações relevantes para os educadores abordarem questões sensíveis e importantes dentro da sala de aula.

Figura 7. Captura de tela da página indicando a ferramenta de adição de conteúdo.



Fonte: Da autora, 2024

3.3.8 Compartilhamento do Painel:

Após a adição e revisão do conteúdo, compartilhamos o mural com os docentes. Criamos links de compartilhamento para facilitar o acesso direto ao painel, e também enviamos convites por e-mail aos colaboradores que contribuíram com a pesquisa.

Figura 8. Captura de tela da página indicando a janela de compartilhamento que referencia este Padlet.



Fonte: Da autora, 2024

4. ANÁLISE DE DADOS

A partir dos questionários aplicados com docentes da EPT, foi realizada a análise qualitativa dos dados, exposta a seguir.

4.1 - Perfil dos participantes

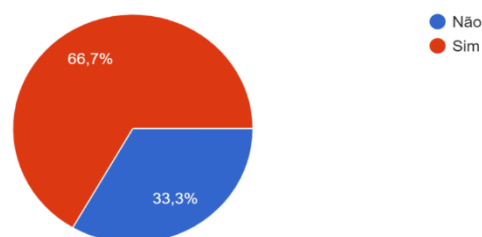
Conduzimos a análise do perfil dos usuários participantes mediante a aplicação do questionário, onde perguntamos sobre a formação acadêmica dos participantes. Observamos uma distribuição representativa entre os diferentes níveis de especialização. Dos 6 dentre os 20 convidados que responderam ao questionário, verificamos que 50% possuem formação em pós-graduação *lato sensu*, 16,7% detêm grau de mestre e 33,3% possuem titulação de doutorado. Essa diversidade de titulações mostra um panorama heterogêneo que contribui para uma variedade de perspectivas e expertises dos participantes envolvidos na pesquisa.

No que diz respeito às disciplinas nas quais os participantes atuam como docentes, também encontramos uma diversidade de áreas do conhecimento, indicando uma abrangência multidisciplinar do corpus investigativo. Essa multidisciplinaridade é importante neste projeto, pois, o PE envolvido, requer uma dinâmica e interatividade não somente entre o docente e o aluno, mas também entre os próprios docentes, independente das suas disciplinas. Dentre as disciplinas mencionadas, destacam-se: Inglês, Geografia, História, Bases Conceituais, Políticas Públicas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e Organização e Memória em Espaços Pedagógicos na EPT, Ciências da Computação, Português e Redação Oficial, bem como disciplinas relacionadas à Administração, tais como Contabilidade, Gestão Financeira, Projeto Final e Gestão de Pessoas. A colaboração entre os docentes de disciplinas diversas pode promover diálogos e trocas e facilitar a comunicação entre as diversas áreas do conhecimento.

4.2 - Respostas do questionário

Na questão 5 do questionário, perguntamos aos participantes sobre a inclusão do tema "Diversidade Sexual e LGBTfobia" em suas práticas pedagógicas. Os dados demonstraram que 66,7% dos respondentes abordam este tema em sala de aula, conforme demonstrado na Figura 9. Esses números demonstraram que a maioria dos participantes estão engajados com o tema, o que sugere um avanço positivo na promoção da diversidade e no combate à LGBTfobia.

Figura 9. Você aborda o tema DIVERSIDADE SEXUAL E LGBTfobia em suas aulas?



Fonte: Elaborado pela autora

Para aqueles que reportaram abordar o tema, questionamos sobre as estratégias didáticas empregadas para lidar com essa temática. A análise das respostas revelou uma variedade de abordagens. Um dos participantes destacou que o conteúdo programático da disciplina de História abrange tópicos que possibilitam a apresentação da historicidade das identidades de gênero e a luta contra formas de opressão coletiva e individual. Tal abordagem sugere uma contextualização histórica e reflexiva sobre as questões de diversidade sexual e LGBTfobia, o que é essencial para induzir uma visão crítica por parte dos estudantes.

Outro participante mencionou que, embora o tema não esteja diretamente contemplado na disciplina ministrada, que é bastante técnica, percebe a necessidade de abordá-lo quando identifica atitudes discriminatórias no grupo. Essa abordagem sugere uma postura de sensibilidade e intervenção por parte do docente diante de situações de preconceito ou discriminação que possam surgir em sala de aula.

Uma terceira resposta destacou o uso de textos como ferramenta didática para abordar a diversidade sexual e LGBTfobia. Essa é uma estratégia importante para explorar e discutir os diversos aspectos do tema, pois proporciona uma análise mais aprofundada e contextualizada.

Por fim, uma participante relatou que, embora não aborde diretamente o tema em suas aulas, promove palestras e debates sobre o assunto. A docente explicou sobre a realização de uma roda de conversa intitulada "Gênero, raça e classe no mundo do trabalho", dividida em duas partes, com o intuito de fomentar a reflexão e o diálogo entre os estudantes acerca das questões de gênero, raça e classe no contexto profissional. Acreditamos que a presença dessa docente enriquece a nossa pesquisa, já que utiliza o debate para abordar temas sensíveis e promover a inclusão. Debater o tema é essencial, pois é quando os alunos podem ser ouvidos e podem promover a troca de conhecimento e vivência com os docentes.

Ainda que a maioria dos participantes adotem a temática em sala de aula, não podemos deixar de destacar que 33,3% deles não abordam o tema. Ainda é um percentual relativamente alto quando pensamos na necessidade desse tema. Nesse contexto, Maistro (2009) enfatiza que a omissão por parte dos educadores resulta na ausência de tratamento adequado desse tema.

Quando os professores optam por não abordar essa temática, estão permitindo que ela seja discutida de maneira informal e fora do contexto escolar, sem a devida atenção que merece. Dessa maneira, ao invés de acolher os alunos que não se conformam com a heteronormatividade, a tendência é ignorá-los, como se o silenciamento pudesse fazê-los desaparecer. Nesse contexto, a ocultação ou negação de indivíduos com diferentes identidades sexuais e de gênero representa uma estratégia escolar para preservar o padrão heteronormativo, impedindo que os alunos considerados dentro da "norma" possam desafiá-la ao ampliar seus conhecimentos sobre a diversidade sexual (Louro, 1997).

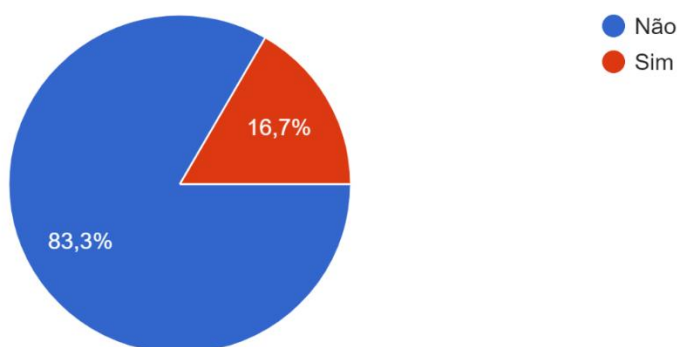
Para que a diversidade sexual seja incorporada no contexto educacional, é fundamental que tanto a instituição escolar quanto o corpo docente reconheçam a importância desse conteúdo nas atividades diárias. Além disso, é essencial que a educação sexual seja reconhecida como um elemento significativo para a formação social dos estudantes. A questão 6 do questionário envolve a abordagem da inclusão e dos debates sobre "Diversidade Sexual e LGBTfobia" na Escola Profissional e Tecnológica (EPT). Essa questão foi unanimemente considerada importante pelos docentes, como demonstraram os resultados. Todos os 6 participantes concordam que discutir e abordar esse tema é fundamental no ambiente escolar. O mesmo não aconteceu quando perguntamos se todos abordam ou não o tema diversidade e LGBTfobia em sala de aula (Figura 9), mas é muito importante que tenha havido um consenso em relação à importância de incluir e debater essas temáticas no ambiente escolar. Isso sugere um alinhamento entre os professores no reconhecimento do papel da EPT não apenas na formação técnica dos alunos, mas também na promoção de valores fundamentais, como o respeito às diferenças.

Os docentes apresentaram diversas razões para apoiar essa perspectiva. O primeiro motivo destacado foi a necessidade de combater a discriminação e o preconceito, e promover um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor. A presença de docentes e alunos LGBTQIAPN+ na comunidade escolar foi mencionada como um fator motivador adicional para a promoção da diversidade e o enfrentamento aos estereótipos que podem causar sofrimentos e traumas. A importância de abordar a diversidade sexual e a LGBTfobia foi também associada ao contexto do processo de ensino e aprendizagem, especialmente no que se refere às identidades de gênero. Destacou-se a necessidade de desconstruir o modelo binário heteronormativo, visando promover uma compreensão mais ampla das diversas formas de expressão de gênero. Outro aspecto relevante apontado foi a necessidade de sensibilizar os alunos para identificar e corrigir atitudes discriminatórias, mesmo que não intencionais, visando cultivar o respeito às diferenças e promover a convivência harmoniosa em sociedade. A

persistência da homofobia no cotidiano, especialmente no ambiente de trabalho, foi citada como uma justificativa adicional para a inclusão do tema na escola, para preparar os alunos para enfrentar e combater esse tipo de preconceito em suas vidas pessoais e profissionais.

Na questão 7, perguntamos se os docentes já participaram de alguma formação oferecida pelo CPII para auxiliar com esse tema em sala de aula. A maioria dos respondentes, 83,3%, respondeu que não (Figura 10). Esses dados indicam uma carência significativa de iniciativas institucionais para capacitar os professores nessa temática. Esses resultados sugerem uma oportunidade para o desenvolvimento de programas de formação internos, visando fortalecer a preparação dos educadores para lidar com questões de diversidade sexual para que a falta de conhecimento sobre o tema não seja mais uma desculpa para não o abordar. Este dado corrobora com a hipótese levantada sobre a falta de preparo dos professores para lidarem com o tema e a escolha em silenciá-lo, já que não estão aptos a discutirem. Conforme destacado por Silva (2015), a maioria dos currículos acadêmicos negligencia a incorporação de conteúdos relacionados a gênero e sexualidade. Embora os cursos de graduação reconheçam a importância desses temas e a necessidade de sua discussão, a ausência de iniciativas por parte dos estudantes para incluí-los no currículo, bem como a falta de engajamento dos docentes em abordar tais questões, resultam na sua exclusão ao longo do processo de formação acadêmica. Reforçando essa perspectiva, Junqueira (2008) argumenta que ao longo da formação universitária, os educadores não são expostos a discussões relacionadas à aceitação de orientações sexuais diversas, assim como à promoção da liberdade e respeito à diversidade sexual e identidade de gênero.

Figura 10. Você já participou de algum tipo de formação ofertado pelo CPII para auxiliar com esse tema em sala de aula?



Fonte: Elaborado pela autora

Nenhum dos participantes realizaram uma formação continuada sobre o tema por conta própria, mas um dos participantes mencionou sua participação na organização de uma Jornada Acadêmica que abordou a diversidade sexual na escola. Estes dados apontam que há uma falta de autonomia pela busca de conhecimento do assunto. Na escola, o currículo desempenha um papel fundamental, orientando as práticas de ensino adotadas por professores e pela gestão escolar. Ele abrange finalidades, objetivos, organização, conteúdos, avaliações e métodos de ensino-aprendizagem. Por sua vez, a formação docente é um processo amplo e contínuo, que vai desde cursos autônomos até segundas graduações ou pós-graduações, incluindo formações institucionalizadas antes do início do período letivo. Este percurso formativo visa capacitar os professores, fornecer informações e orientar a integração entre a didática e o conteúdo na prática docente (Araújo, *et al.*, 2018). Em alguns casos, as lideranças escolares tratam esse assunto como dispensável e não estimulam os docentes a esse tipo de formação. Pode haver uma resistência à mudança e uma falta de iniciativa para atualizar o currículo escolar e os programas de formação continuada para refletir as necessidades dos alunos em relação à diversidade sexual e de gênero.

Seguindo as questões do questionário, indagamos aos docentes sobre suas opiniões em abordar o tema diversidade sexual e LGBTfobia na escola (Quadro 2). Deixamos algumas opções como hipóteses que achamos pertinentes, e os professores assinalaram as alternativas segundo as suas convicções. Nenhum professor assinalou a opção que sugere que o tema deveria ser tratado somente pela família e não pela escola. Os docentes preconizam que a abordagem desse tema não deve ser exclusivamente para o ambiente familiar. Esse resultado pode indicar uma inclinação dos docentes em considerar a escola como um espaço relevante para essa discussão. Apenas um professor assinalou a opção em que acha que abordar este tema na escola pode causar reclamações por parte dos pais e família, para com os professores e direção da escola. Esta discussão é desafiadora e abre vários questionamentos, pois, embora a escola seja o lugar de debate, muitas famílias repreendem a escola por debater esse assunto, podendo levar a consequências inaceitáveis como o afastamento de docentes de suas atividades. E isso pode ser uma justificativa para o silenciamento dos professores frente ao tema. Por exemplo, em um estudo realizado em Santa Maria, Rio Grande do Sul, docentes de escolas estaduais relataram que existe uma grande dificuldade em tratar o tema homofobia em sala de aula. Há falta de um engajamento ativo tanto por parte das famílias dos estudantes, quanto da própria administração escolar em lidar com situações que ocorrem em sala de aula. Aquelas professoras que percebem a relevância do tema e têm coragem para abordar questões como violência, homofobia ou abuso sexual muitas vezes o fazem por iniciativa própria, sem

orientação formal. Contudo, essa boa intenção por vezes resulta em sérios problemas com as famílias e até mesmo com a direção da escola. Em uma das instituições de ensino, uma entrevistada compartilhou um caso no qual uma professora propôs um trabalho aos alunos sobre abuso sexual e pedofilia. A reação das famílias foi tão intensa que a professora foi repreendida pela direção e afastada de suas funções. As famílias consideraram que tais assuntos deveriam ser tratados apenas no âmbito privado e não na escola (Borges, *et al.*, 2011). Nesse contexto, é essencial que haja programas contínuos de discussões que envolvam não apenas os professores e professoras, mas também todos os funcionários das escolas, e em especial, as famílias dos alunos.

Na próxima questão, dois professores julgam que as discussões sobre este tema são importantes, mas deveriam ser tratadas por professores especializados e em disciplinas distintas. Neste caso, podemos seguir pela perspectiva de que a inclusão dessas discussões em disciplinas específicas, conduzidas por professores especializados, trazem informações mais precisas, podendo proporcionar um ambiente mais estruturado e aprofundado para tratar dessas questões. Por outro lado, especificar as disciplinas que abordam o tema pode trazer sérios impactos para os docentes. Ao limitar a discussão da diversidade sexual a disciplinas específicas, há o risco de marginalizar o tema, isolando-o como um assunto separado, ou até como algo fora do comum. Além disso, pode reforçar a percepção de que a diversidade sexual é uma questão opcional, e não um aspecto intrínseco à sociedade. Essa questão limita o enriquecimento do diálogo, o conhecimento e a compreensão da amplitude da temática. Por exemplo, Coelho e Campos (2015) nos lembram que “os professores de ciências são, muitas vezes, os únicos profissionais reconhecidos como aptos a abordar temas relacionados à sexualidade com os alunos”. Nesse sentido, Dinis (2011) evidencia que o viés heterossexual é explicitamente presente nas aulas de Ciências ao abordar a sexualidade sob a perspectiva reprodutiva, nos livros de literatura que focalizam predominantemente o romance heterossexual, e também na representação contínua da família nuclear nos materiais didáticos. Esse quadro de exclusão ressalta a necessidade de incorporar a diversidade sexual e de gênero no currículo de formação de futuros professores e professoras. Isso possibilitaria o desenvolvimento de estratégias para resistir ao currículo heteronormativo no futuro.

No próximo quesito, 3 professores marcaram a opção sobre a importância do tema e se ele deveria ser mais debatido em todas as disciplinas. Nesse contexto, destaca-se a relevância de abordar a diversidade sexual de maneira transversal em todas as disciplinas, até porque em situações onde o preconceito se manifesta, é essencial que todos e todas estejam preparados para combater. Em algumas escolas públicas, as temáticas são tratadas, mas através de órgãos

de saúde que trabalham as questões numa perspectiva moralista e patologizante, desencorajando os jovens a buscar mais sobre o assunto (Santos Neto, 2022). Portanto, capacitar professores que lecionam qualquer disciplina para compreender e discutir temas relacionados à diversidade sexual e de gênero implica expandir a compreensão humana e suas subjetividades. Isso abre caminho para um processo de ensino-aprendizagem que visa desenvolver jovens críticos e autoconscientes independente da carreira que vão seguir.

Nenhum dos participantes acha que o momento político não permite que se discuta este tema em sala de aula, e que por respeito às questões religiosas esse tema não deva ser tratado. Este resultado pode ser interpretado como um ponto positivo, pois, reflete um ambiente educacional que valoriza o diálogo democrático, a liberdade de expressão, o direito à educação inclusiva, os princípios de laicidade e neutralidade religiosa. Tudo isso contribui para a construção de uma cultura escolar realmente democrática, que é exatamente pelo que devemos lutar todos os dias em nossas escolas.

Curiosamente, levando em consideração as respostas discutidas até aqui como a importância do tema, afirmação de que ele deva ser tratado em ambiente escolar e em todas as disciplinas, somente um participante assinalou a questão sobre a relevância de incluir o tema em suas aulas, por acreditar que isso possa minimizar o preconceito, desenvolver o respeito e favorecer a inclusão para diminuir as chances de evasão escolar. Este fato destaca a necessidade de uma reflexão mais ampla sobre a importância dessa inclusão no ambiente escolar. A situação revela um interessante paradoxo entre a percepção geral sobre a importância de discutir o tema no ambiente escolar e a falta de engajamento individual em incluir ativamente o tema em suas próprias aulas. Ter consciência sobre a relevância do tema deveria estar conectado com a sua implementação e prática efetiva. Mais uma vez, os resultados desta pesquisa demonstram a necessidade de capacitação específica para lidarem com a diversidade sexual em suas aulas, a formação profissional para se sentirem mais seguros para enfrentar os desafios e refletirem individualmente como suas crenças, visões, cultura, podem influenciar a disposição de abordar o tema em suas aulas.

Os participantes complementaram suas opiniões, em caixa aberta, após assinalarem as questões, afirmando que acreditam que deve haver um planejamento para abordar o tema em disciplinas específicas. No entanto, qualquer docente que identificar uma atitude discriminatória não deveria ignorá-la. Eles justificaram essa resposta afirmando que há disciplinas nas quais o tema não se encaixa, como Contabilidade, mas que consideram adequado para disciplinas como Gestão de Pessoas, Sociologia, História, entre outras.

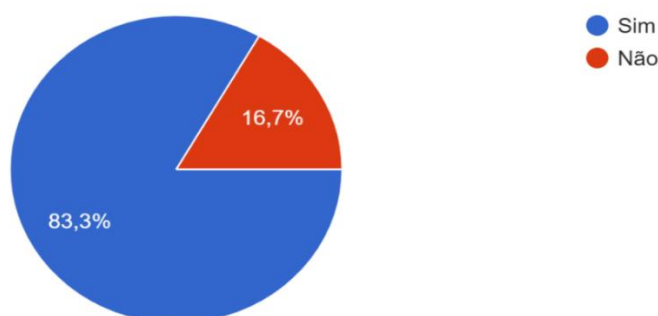
Quadro 2 - Qual a sua opinião sobre abordar o tema “DIVERSIDADE SEXUAL E LGBTfobia” na escola? Marque uma ou mais opções, se necessário.

| Pergunta | Nº de alternativas assinaladas |
|--|--------------------------------|
| Acredito que este tema deva ser tratado pela família e não pela escola; | |
| Acho que abordar este tema na escola pode causar reclamações por parte dos pais e família, para com os professores e direção da escola; | X |
| Acho que as discussões sobre este tema são importantes, mas deveriam ser tratadas por professores especializados e em disciplinas distintas. | XX |
| Acho o tema importante e deveria ser mais debatido em todas as disciplinas; | XXX |
| Acho que o momento político não permite que eu discuta este tema em sala de aula; | |
| Acho que por respeito às questões religiosas não devemos falar sobre este tema; | |
| Acho relevante incluir o tema em minhas aulas, pois acredito que podemos minimizar o preconceito, desenvolver o respeito favorecendo a inclusão e diminuindo as chances de evasão escolar. | X |

Fonte: Elaborado pela autora

Na questão 10, a maioria dos participantes (83,5%) respondeu que sim, acreditando que um material didático com embasamento teórico apropriado e a possibilidade de interação com os alunos facilitaria o trabalho com essa temática em sala de aula (Figura 11).

Figura 11. Você acha que um material didático com embasamento teórico apropriado e a possibilidade de interação com os alunos facilitaria o trabalho com esta temática em sala de aula?



Fonte: Elaborado pela autora

Se os participantes responderam "SIM" na questão anterior, eles foram convidados a darem a sugestão de formato mais adequado para os docentes trabalharem com o tema (Quadro 3). Sendo assim, podendo incluir o desenvolvimento de atividades práticas, discussões em grupo, utilização de recursos audiovisuais, e acesso a recursos online com informações relevantes sobre diversidade sexual e LGBTfobia.

Quadro 3 - Se você respondeu “SIM’ na questão anterior, indique sua sugestão de formato mais adequado para os docentes trabalharem com tema.

| Alternativas | Nº de alternativas assinaladas |
|---|--------------------------------|
| Blog (site informativo, como um diário on-line); | x |
| Aplicativos (um programa de software presente em dispositivos móveis, como celulares e tablets ou no computador); | |
| Padlet (mural virtual colaborativo); | xxx |
| E-book (livro em formato digital); | xxx |
| Rede social (Facebook, Instagram, Twitter...); | x |

Fonte: Elaborado pela autora

Além disso, os participantes sugeriram um material clássico em papel impresso, como resumos, artigos, entre outros, pois, poderia ser útil para contextualização do tema em sala de aula. Eles também destacaram a importância de direcionamentos para as discussões fornecidas pelos docentes, considerando que cada grupo e indivíduo são diferentes e podem requerer abordagens específicas. Além disso, sugeriram o uso de documentários ou vídeos como recursos para enriquecer o aprendizado sobre o tema.

Na questão 12, todos os participantes (100%) expressaram sua aprovação e satisfação com o produto educacional proposto. Enquanto na questão 13, foram solicitadas sugestões para colaboração e melhoria do produto educacional. Um dos participantes mencionou que gostou muito do formato, porém expressou algumas ressalvas em relação à ideia de fornecer o material pronto para os alunos. No entanto, considerou uma ótima ideia se os alunos fossem incentivados a produzir seu próprio material.

5. PRODUTO EDUCACIONAL

Frente ao desenvolvimento da sociedade moderna, que se molda a partir da criação, publicação e disseminação de informações *online*, as ferramentas digitais surgem como instrumentos fundamentais e suplementares no cenário educacional. Portanto, destacamos aqui o *Padlet* (revista digital interativa) como ferramenta que permite o compartilhamento de conteúdo em diversos formatos. O *Padlet* é uma ferramenta versátil que facilita a colaboração entre alunos e docentes, proporcionando a criação conjunta de projetos. Este aplicativo permite que os usuários construam seus próprios sites, criem hiperdocumentos a partir de blocos de conteúdo em conjunto com textos, áudios, imagens, arquivos de vídeos e outros conteúdos através de links, estimulando o desenvolvimento de diversas habilidades e a geração de conteúdo personalizado. Sua funcionalidade central é a criação de murais dinâmicos em formato de painel virtual, que servem como espaços interativos para a organização e apresentação de informações. Além disso, o *Padlet* possibilita a gravação e compartilhamento de conteúdo multimídia, tornando as interações mais interessantes. A introdução de ferramentas que viabilizam a criação de hiperdocumentos em ambientes educacionais possibilita a análise crítica, armazenamento e transmissão eficazes de informações e facilita a exibição de dados em formatos diversos. A interatividade propicia a manipulação participativa da informação, enquanto a conectividade abre portas para novas oportunidades de trabalho colaborativo, desafiando os alunos a novas possibilidades de trabalho colaborativo (Monteiro *et al.*, 2019). Dentro dessa perspectiva de trabalho em equipe, essencial dentro da EPT, o *Padlet* pode ser uma ferramenta de interesse. A EPT valoriza a capacidade dos alunos de pensar de forma criativa para a resolução de problemas, logo, essa ferramenta também pode auxiliá-los a expressar suas ideias de maneira visualmente atraentes e promover sua criatividade. Em paralelo, os docentes podem observar essas contribuições em tempo real, identificando diversas questões, e os orientando de acordo com a necessidade de cada aluno.

Dentro do nosso tema, criamos um mural⁴ organizado a partir de uma variedade de material, como livros didáticos, artigos científicos e recursos *online*, como sites educativos, guias e manuais, blogs, sites acadêmicos, vídeos e documentários. Esse material foi selecionado com base em sua relevância para o tema da pesquisa e em sua capacidade de fornecer informações atualizadas e confiáveis. Além disso, incluímos textos, o referencial bibliográfico e diversos conteúdos utilizados como base intelectual para a produção deste trabalho.

⁴ O *Padlet* produzido neste trabalho encontra-se disponível em: <https://padlet.com/carlagomesdebarros/sexualidade-e-homofobia-no-ambiente-escolar-um-guia-para-doc-12jpxaxe2w8ngqsj>. Acesso em: 06 mar. 2024.

5.1. Apresentação do *Padlet*: Sexualidade e LGBTfobia no ambiente escolar: um guia para docentes

Nosso *Padlet* foi elaborado para servir como um recurso de pesquisa para docentes do ensino médio, ou para qualquer outro educador que queira se informar e ter material com conteúdo confiável como base para discussões sobre o tema no espaço escolar. Em seguida, apresentaremos como ficou a montagem final do nosso *Padlet*, apresentando imagens originais do *site*. A figura 12 mostra a capa do *Padlet*, que inclui o nome da pessoa que criou o *Padlet* a partir da sua conta de e-mail, o título, e um subtítulo explicando para quem esse *Padlet* foi desenvolvido.

Figura 12. Capa do *Padlet*. Sexualidade e LGBTfobia no ambiente escolar: um guia para docentes



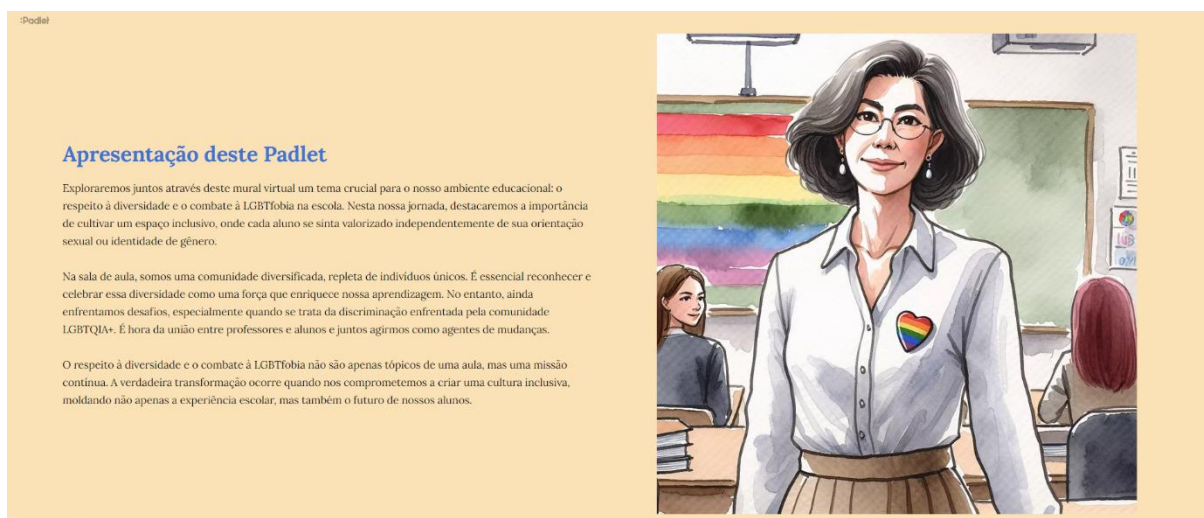
Fonte: Elaborado pela autora

A figura 13 mostra a imagem e o texto de apresentação do *Padlet*. Aqui, formulamos um texto de apresentação que destaca a importância do respeito à diversidade e o combate à LGBTfobia no ambiente educacional. A mensagem central é a promoção de um ambiente inclusivo em sala de aula, a sugestão sobre uma abordagem colaborativa e interativa para abordar o tema e a importância da união entre docentes e alunos como agentes de mudança. Além disso, destacamos a necessidade de um compromisso constante para criar uma cultura inclusiva, impactando não apenas a experiência escolar imediata, mas também o futuro dos alunos.

Texto incluído na figura 13: Exploraremos juntos através deste mural virtual um tema crucial para o nosso ambiente educacional: o respeito à diversidade e o combate à LGBTfobia

na escola. Nesta nossa jornada, destacaremos a importância de cultivar um espaço inclusivo, onde cada aluno se sinta valorizado independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Na sala de aula, somos uma comunidade diversificada, repleta de indivíduos únicos. É essencial reconhecer e celebrar essa diversidade como uma força que enriquece nossa aprendizagem. No entanto, ainda enfrentamos desafios, especialmente quando se trata da discriminação enfrentada pela comunidade LGBTQIAPN+. É hora da união entre docentes e alunos para juntos agirmos como agentes de mudanças. O respeito à diversidade e o combate à LGBTfobia não são apenas tópicos de uma aula, mas uma missão contínua. A verdadeira transformação ocorre quando nos comprometemos a criar uma cultura inclusiva, moldando não apenas a experiência escolar, mas também o futuro de nossos alunos.

Figura 13. Apresentação deste Padlet.



Fonte: Elaborado pela autora

A figura 14 apresenta o objetivo deste *Padlet*. A mensagem principal destacada no texto é de que a mudança começa com o diálogo, enfatizando a importância de promover conversas abertas sobre questões relacionadas à diversidade sexual no ambiente escolar.

Texto incluído na figura 14: Na escola, a mudança começa com o diálogo! Este projeto visa apoiar os docentes do ensino médio em todo o Brasil na abordagem da diversidade sexual e da LGBTfobia nas escolas técnicas. Nosso objetivo é identificar os desafios e as estratégias dos educadores para envolver os alunos nesse debate. Acreditamos que este *Padlet* pode ser uma excelente maneira de promover o diálogo e compartilhar experiências em sala de aula. Juntos, podemos transformar a escola em um ambiente de respeito e aprendizado sobre a diversidade.

Figura 14. Objetivo do Padlet



Objetivo deste Padlet

Na escola, a mudança começa com o diálogo!

Este projeto visa apoiar os professores do ensino médio em todo o Brasil na abordagem da diversidade sexual e da LGBTfobia nas escolas técnicas. Nosso objetivo é identificar os desafios e as estratégias dos professores para envolver os alunos nesse debate. Acreditamos que este Padlet pode ser uma excelente maneira de promover o diálogo e compartilhar experiências em sala de aula. Juntos, podemos transformar a escola em um ambiente de respeito e aprendizado sobre a diversidade. 🇧🇷💬.

Fonte: Elaborado pela autora

Na figura 15 destacamos a importância de todas as escolas, em especial da EPT, na luta contra o preconceito e a favor de uma escola inclusiva. A mensagem central é que a escola não deve se limitar apenas ao ensino acadêmico, e deve contribuir para a formação integral dos alunos, não apenas preparando-os para o mundo do trabalho, mas também para serem cidadãos ativos em uma sociedade diversa. A preocupação com o apagamento das identidades de jovens LGBTQIAPN+ e a restrição de sua plena cidadania destaca a gravidade das consequências de não abordar adequadamente a diversidade sexual na educação.

Texto incluído na figura 15: Sabemos que atualmente as abordagens sobre sexualidade e gênero nas escolas brasileiras têm evoluído. Cada vez mais faz-se necessário conversar e discutir sobre o tema, e sabemos que essa discussão precisa ser constante. A escola não deve ser apenas um local de aprendizado acadêmico, mas também um espaço que promove valores de respeito, igualdade e inclusão. Sob essa ótica, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que desempenha um papel crucial na formação integral dos alunos, preparando-os não apenas para o mundo do trabalho, mas também para serem cidadãos ativos em uma sociedade diversa, tem como dever por essência fazer parte dessa evolução. É fundamental que os docentes reflitam sobre diversidade sexual e desenvolvam estratégias para abordar esse tema de forma sensível e inclusiva. A omissão ou o silenciamento em relação a esse assunto pode resultar no apagamento das identidades de jovens LGBTQIAPN+ e na restrição de sua plena cidadania. Vamos nos unir para promover a educação como um espaço de inclusão, respeito e valorização da diversidade. É hora de agir e criar um futuro mais igualitário e humano para nossos jovens!

Figura 14. A EPT e sua importância na luta pelo direito à diversidade e inclusão



Fonte: Elaborado pela autora

Na figura 16, destacamos o significado das siglas LGBTQIAPN+. O conhecimento sobre essas siglas é importante na sensibilização de docentes frente à diversidade de identidades presente em suas salas de aula. Com esses conceitos claros, os alunos se sentirão respeitados e incluídos independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Além disso, os docentes estarão preparados para identificar e combater atitudes discriminatórias ou preconceituosas, tornando o ambiente mais seguro para todos e todas. É importante destacar que, se o professor passar por alguma situação em que lhe resta dúvidas sobre o assunto, basta tirar o celular do bolso, abrir o *Padlet*, e encontrar rapidamente o conteúdo que precisa.

Texto incluído na figura 16: Acima, vemos um quadro com o significado de cada uma das letras da sigla LGBTQIA+, seguindo o manual de comunicação LGBTI+ de 2018. Os conceitos apresentados não serão apenas para informar ou esclarecer, mas para incluir, afinal, por trás das letras encontramos pessoas, histórias e identidades. Mas se ficou ainda alguma dúvida,⁵ neste link tem um vídeo do influenciador digital Vitor diCastro, que explica com detalhes e humor cada uma das letras e o que há além do "+" nessa sigla tão plural.

⁵ O link ao qual se refere o texto acima é: https://youtu.be/wAteOTOaERc?si=Swc_guGcjRfyzlZo. Acesso em: 07 mar. 2024.

Figura 15. Significado das letras LGBTQIA+

O que significa a sigla LGBTQIA+?

Acima, vemos uma tabela com o significado de cada uma das letras da sigla LGBTQIA+, seguindo o manual de comunicação LGBTI+ de 2018. Os conceitos apresentados não serão apenas para informar ou esclarecer, mas para incluir, afinal, por trás das letras encontramos pessoas, histórias e identidades. Mas se ficou ainda alguma dúvida, neste link abaixo tem um vídeo do influenciador digital Vitor diCastro, que explica com detalhes e humor cada uma das letras e o que há além do "+" nessa sigla tão plural.

https://youtu.be/wAteOTOaERc?si=Swc_guGcjrFvzZo

| | |
|--------------------------------------|--|
| L Lésbica | É uma orientação sexual e diz respeito a mulheres (cisgênero ou transgênero) que sentem atração sexual/romântica por outras mulheres (também cis ou trans). |
| G Gay | É uma orientação sexual e se refere a homens (cisgênero ou transgênero) que sentem atração sexual/romântica por outros homens (também cis ou trans). |
| B Bissexual | É uma orientação sexual e trata pessoas que se relacionam afetivo e sexualmente tanto com homens quanto com mulheres (inclusive homens e mulheres transgênero, que também podem ser bissexuais). |
| T Transsexual, Transgênero | Trans é pessoa que possui uma identidade de gênero diferente da sexo atribuído no nascimento. São usados os expressões homem trans e mulher trans. |
| Q Queer | É um termo em inglês, que pode ser traduzido como "estranho", e é usado por diversas pessoas que não se identificam como sendo 100% homem ou 100% mulher, mas se usam como sendo de um terceiro gênero, fluido/ambíguo, com características masculinas e femininas. Sua orientação sexual também não é definida como heterossexual ou homossexual. |
| I Intersexo | A intersexualidade descreve as pessoas que podem nascer com genitais correspondentes a um sexo, mas ter o sistema reprodutivo e os cromossomos do outro. Além disso, podem apresentar uma anatomia sexual que não é nem masculina, nem feminina. |
| A Assexual, Agênero | Assexual são aquelas pessoas que não sentem, ou quase não sentem, atração sexual por qualquer gênero, ou de algum modo, tem pouco interesse por atividades sexuais. Agênero são pessoas que não se identificam ou não se sentem pertencente a nenhum gênero. |
| + Inclusão | Esse símbolo é utilizado para incluir outros grupos que as letras não descrevem. Um deles é Não-binária que é uma expressão utilizada para denominar pessoas que não se identificam exclusivamente em nenhum dos gêneros binários: masculino ou feminino. |

Fonte: Elaborado pela autora

Na figura 17, destacamos no texto a importância da inclusão da comunidade LGBTQIA+ no mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que apresenta dados e informações que evidenciam as discriminações e desafios enfrentados por esses indivíduos. O texto ressalta que, embora haja avanços, ainda existe uma disparidade significativa em termos de empregabilidade, informalidade, desigualdades de gênero e raça, ocupação e renda para membros da comunidade LGBTQIA+, indicando que uma porcentagem significativa desta comunidade está desempregada ou trabalha informalmente. Além disso, as desigualdades de gênero e raça são evidentes, com homens cis brancos tendo mais acesso a empregos formais e maiores rendas em comparação com mulheres negras, cis e trans. Existe uma necessidade urgente de conscientização, ação e mudanças estruturais para garantir a inclusão e igualdade no ambiente profissional para a comunidade LGBTQIA+.

Texto incluído na figura 17: A inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ no mundo do trabalho é essencial para promover a diversidade e a igualdade de oportunidades. Contudo, muitos membros dessa comunidade ainda enfrentam discriminação e desafios ao buscar emprego ou avançar em suas carreiras. Aqui será apontado alguns dados e informações sobre o assunto: - Empregabilidade: Cerca de 48,83% dos participantes estão empregados, enquanto 51,17% estão sem trabalho. Dentro desses 51,17%, apenas 55,12% tem carteira assinada. Isso contrasta com dados do Censo Demográfico de 2010, indicando uma diferença de quase 10% em relação à população ativa no mercado de trabalho. - Informalidade: A população trans recebe mais programas de transferência de renda devido à maior marginalização no mercado de trabalho, especialmente considerando raça e etnia. - Desigualdades de gênero e raça: Homens cis brancos têm mais acesso ao trabalho formal e maiores rendas, enquanto mulheres negras,

cis e trans enfrentam maiores taxas de desemprego e trabalhos mais precarizados. - Ocupação e renda: A ocupação reflete desigualdades de renda e horas de trabalho, impactando o acesso a bens, serviços e lazer. - Acesso a programas de renda: A população trans é mais propensa a acessar esses programas devido à marginalização no mercado de trabalho, especialmente considerando raça e etnia.

Esses dados fornecem insights importantes sobre as realidades enfrentadas pela população LGBTI+ no mundo do trabalho e foram retirados da "Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+ - Mercado de trabalho e Renda" realizada pela ONG "Todxs", e você pode ler na íntegra no ⁶link abaixo.

Figura 16. A comunidade LGBTQIA+ no mundo do trabalho

LGBTQIA+ no mundo do trabalho

Acesso a programas de renda: A população trans é mais propensa a acessar esses programas devido à marginalização no mercado de trabalho, especialmente considerando raça e etnia.

Esses dados fornecem insights importantes sobre as realidades enfrentadas pela população LGBTI+ no mercado de trabalho e foram retirados da "Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+ - Mercado de trabalho e Renda" realizada pela ONG Todxs e você pode ver na íntegra no link abaixo:
<https://todxs-site.s3.amazonaws.com/pesquisa-nacional-blocoB-vf.pdf>



Fonte: Elaborado pela autora

A figura 18 apresenta os mitos acerca da comunidade LGBTQIA+, que são prejudiciais, além de estereótipos que, infelizmente, persistem na sociedade. É preciso desconstruir essas crenças para uma compreensão mais empática.

Texto incluído na figura 18: Existem vários mitos e estereótipos prejudiciais que afetam a comunidade LGBTQIA+. Desconstruir essas falsas crenças é fundamental para promover a compreensão e a aceitação. Alguns dos mitos comuns incluem:

1. "A orientação sexual é uma escolha": Este mito sugere que as pessoas LGBTQIA+ escolhem sua orientação sexual. Na realidade, a orientação sexual é uma parte fundamental da identidade de uma pessoa e não é uma escolha consciente.

⁶ O link ao qual se refere o texto é: <https://todxs-site.s3.amazonaws.com/pesquisa-nacional-blocoB-vf.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2024.

2. "A homossexualidade pode ser 'curada' ou 'tratada'": A ideia de que a homossexualidade é uma doença ou pode ser curada por terapia de conversão é prejudicial e desacreditada pela comunidade médica. Esforços para alterar a orientação sexual são considerados não éticos e podem causar danos psicológicos.

3. "Pessoas LGBTQIA+ são mais propensas a abusar de crianças": Não há evidências que sustentem essa afirmação. Estudos mostram que não há correlação entre a orientação sexual de uma pessoa e sua propensão a abusar de crianças.

4. "Pessoas trans são apenas confusas": Esse mito desconsidera a identidade de gênero das pessoas trans, sugerindo que é apenas uma fase ou confusão. A identidade de gênero é uma parte intrínseca da identidade de uma pessoa.

5. "Ser LGBTQIA+ é uma moda": Algumas pessoas erroneamente acreditam que a identidade LGBTQIA+ é uma tendência passageira. Na realidade, a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero tem existido ao longo da história.

6. "Pessoas LGBTQIA+ são mais propensas a ter problemas de saúde mental": A discriminação e o estigma podem impactar a saúde mental da comunidade LGBTQIA+, mas a orientação sexual ou identidade de gênero em si não é uma causa direta de problemas de saúde mental. Desafiando esses mitos e estereótipos, a sociedade pode progredir em direção a uma compreensão mais completa e inclusiva das experiências e identidades LGBTQIA+. Promover educação e diálogo aberto é crucial para combater o preconceito e a discriminação.

Figura 17. Mitos prejudiciais que cercam a comunidade LGBTQIA+

The infographic features a light orange background. On the left, there is a title in blue, followed by a paragraph of text explaining the importance of dismantling myths. Below this, a numbered list item is partially visible. On the right, there is a photograph of two hands, one from a person with a rainbow wristband, holding the letters of the acronym LGBTQIA+ in various colors.

Mitos prejudiciais que cercam a comunidade LGBTQIA+

Existem vários mitos e estereótipos prejudiciais que afetam a comunidade LGBTQIA+. Desconstruir essas falsas crenças é fundamental para promover a compreensão e a aceitação. Alguns dos mitos comuns incluem:

1. "A orientação sexual é uma escolha": Este mito sugere que as pessoas LGBTQIA+ escolhem sua orientação sexual. Na realidade, a orientação sexual é uma parte fundamental da identidade de uma pessoa e não é uma escolha consciente.

Fonte: Elaborado pela autora

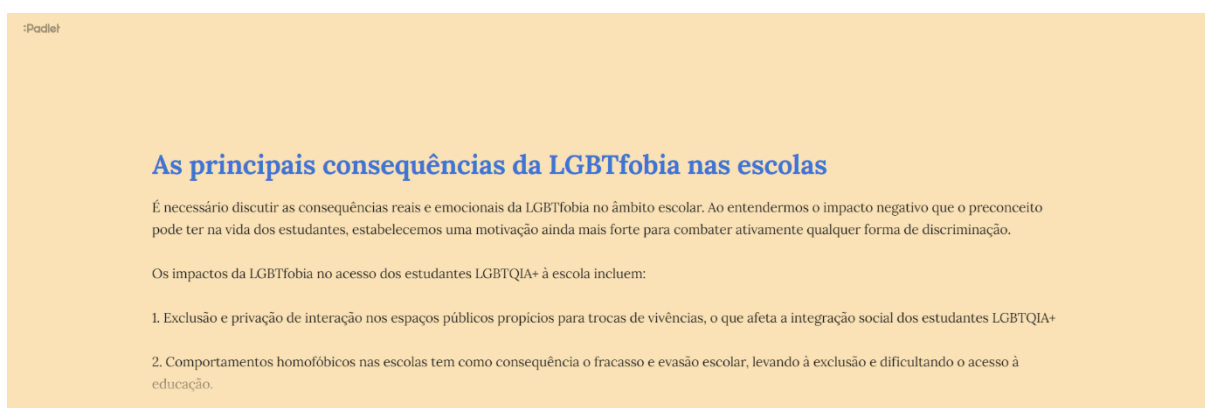
A figura 19 mostra a importância de abordar as consequências reais e emocionais da LGBTfobia nas escolas. Ao reconhecer o impacto negativo do preconceito sobre a vida dos

estudantes, a intenção é fortalecer a motivação para combater ativamente qualquer forma de discriminação.

Texto incluído na figura 19: É necessário discutir as consequências reais e emocionais da LGBTfobia no âmbito escolar. Ao entendermos o impacto negativo que o preconceito pode ter na vida dos estudantes, estabelecemos uma motivação ainda mais forte para combater ativamente qualquer forma de discriminação. Os impactos da LGBTfobia no acesso dos estudantes LGBTQIA+ à escola incluem:

1. Exclusão e privação de interação nos espaços públicos propícios para trocas de vivências, o que afeta a integração social dos estudantes LGBTQIA+;
2. Comportamentos homofóbicos nas escolas tem como consequência o fracasso e evasão escolar, levando à exclusão e dificultando o acesso à educação;
3. A discriminação e a falta de preparo do corpo docente em lidar com a sexualidade e assuntos relacionados tornam a manifestação da sexualidade conflituosa, impactando o acesso dos estudantes LGBTQIA+ à educação. Esses impactos contribuem para dificultar o acesso dos estudantes LGBTQIA+ à escola e para criar um ambiente escolar desfavorável para sua integração e desenvolvimento educacional.

Figura 18. Consequências da LGBTfobia nas escolas



Fonte: Elaborado pela autora

A figura 20 tem o objetivo de orientar os docentes sobre como contribuir para promover a inclusão de estudantes LGBTQIA+ no ambiente escolar. O texto cita diversas práticas e estratégias que os educadores podem adotar para criar um ambiente onde os alunos se sintam livres para se expressar, e principalmente, serem ouvidos.

Texto incluído na figura 20: Como posso ajudar? Promovendo a Inclusão.

Ok, eu entendi o que são as pessoas LGBTQIA+ e sei que precisam de auxílio nessa jornada. Mas por onde eu posso ajudar na escola sendo professor? Em busca de ambientes educacionais mais inclusivos, reconhecer as vivências desafiadoras dos estudantes LGBT é o primeiro passo para criar uma escola verdadeiramente segura. Integre a temática nas discussões pedagógicas e no projeto político-pedagógico, reforçando o respeito à diversidade. Para expandir a conscientização, promova debates, atividades e oficinas com especialistas. Incorpore a diversidade sexual no dia a dia deixando a sala de aula um ambiente livre para que os alunos possam se expressar, enriquecendo o diálogo com embasamento científico. Dê voz aos alunos, ouvindo suas experiências e conscientizando os educadores sobre o impacto dos comentários homofóbicos, sempre respeitando o nome e os pronomes que o estudante deseja ser chamado. Além disso, mediar conflitos e trabalhar, de maneira contínua, a tolerância na instituição também são passos imprescindíveis.

Estas práticas visam não apenas combater a discriminação, mas também criar um ambiente educacional enriquecedor e respeitoso para todos, independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero.

Figura 19. Como o professor pode ajudar para promover a inclusão?

Como posso ajudar? Promovendo a Inclusão.

Ok, eu entendi o que são as pessoas LGBTQIA+ e sei que precisam de auxílio nessa jornada. Mas por onde eu posso ajudar na escola sendo professor?

Bem, em busca de ambientes educacionais mais inclusivos, Reconhecer as vivências desafiadoras dos estudantes LGBT é o primeiro passo para criar uma escola verdadeiramente segura. Integre a temática nas discussões pedagógicas e no projeto político-pedagógico, reforçando o respeito à diversidade.



Fonte: Elaborado pela autora

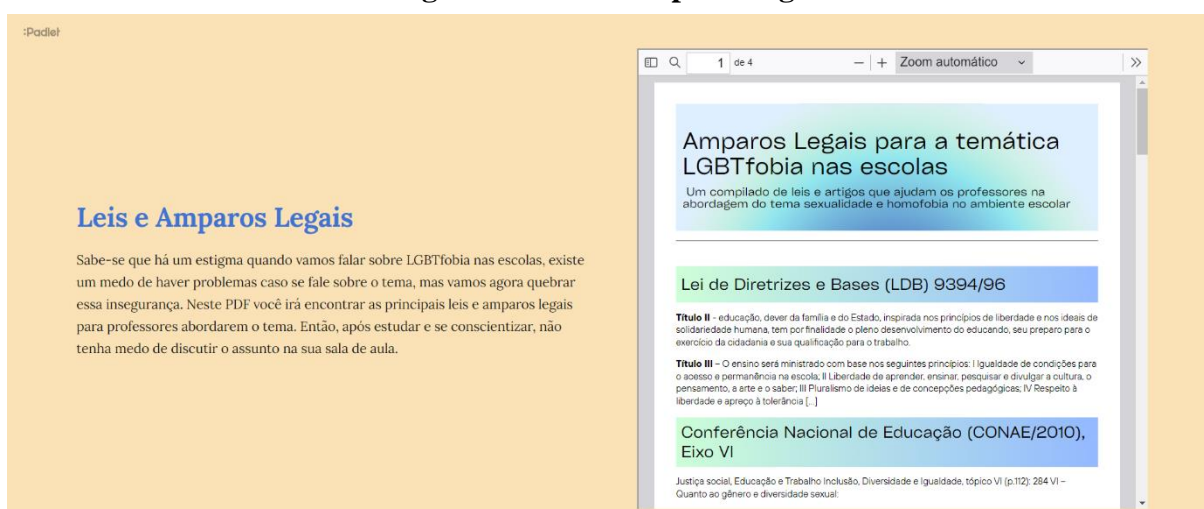
Na figura 21 incluímos um PDF,⁷ criado pela autora, com a compilação das principais leis e amparos legais que oferecem suporte aos professores ao abordarem a LGBTfobia em sala

⁷ O PDF citado no texto acima encontra-se disponível em: https://www.canva.com/design/DAF6pwUU8BE/seegGKDa25-aNy3xGZ7bcg/edit?utm_content=DAF6pwUU8BE&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton. Acesso em: 07 mar. 2024.

de aula. Ao estudar e se conscientizar sobre essas diretrizes, esperamos que os educadores se sintam capacitados a superar qualquer insegurança e iniciar discussões significativas sobre diversidade e inclusão em seus ambientes educacionais.

Texto incluído na figura 21: Sabe-se que há um estigma quando vamos falar sobre LGBTfobia nas escolas, existe um medo de haver problemas caso se fale sobre o tema, mas vamos agora quebrar essa insegurança. Neste PDF você irá encontrar as principais leis e amparos legais para professores abordarem o tema. Então, após estudar e se conscientizar, não tenha medo de discutir o assunto na sua sala de aula.

Figura 20. Leis e amparos legais



Fonte: Elaborado pela autora

Na figura 22 destacamos um tópico de extrema importância. A condenação da homofobia como crime, destacando a legislação brasileira que a caracteriza como tal. O texto ressalta que a homofobia é um delito imprescritível e inafiançável, com penalidades previstas no artigo 20 dessa lei, incluindo reclusão de um a três anos e multa. O texto oferece meios para denunciar casos de homofobia, mencionando o Disque 100 como uma opção e o número de emergência, 190, em situações de flagrante delito. A mensagem é clara: a homofobia é inaceitável, e é preciso denunciar e agir contra qualquer forma de discriminação ou violência baseada na orientação sexual ou identidade de gênero.

Texto incluído na figura 22: É importante ressaltar aqui neste *Padlet* que a homofobia é um crime imprescritível e inafiançável no Brasil desde 2019 pela Lei n 7.716/1989. O artigo 20 da lei em questão prevê pena de um a três anos de reclusão e multa para quem incorrer nessa

conduta. Há, ainda, a possibilidade de enquadrar uma ofensa homofóbica como injúria, segundo o artigo 140, §3º do Código Penal.

Devemos levantar a voz e combater a homofobia em todas as suas formas. Ninguém deveria sofrer discriminação ou violência por ser quem é. Infelizmente, a homofobia ainda é uma realidade em nosso país, mas podemos e devemos agir para mudar isso. Se você presenciar ou sofrer qualquer tipo de discriminação ou violência por conta de sua orientação sexual ou identidade de gênero, saiba que existem formas de denunciar: O Disque 100 está disponível para receber denúncias de violações de direitos humanos, incluindo casos de homofobia. Em situações de flagrante delito, não hesite em ligar para o número de emergência 190. Lembrando que, além dessas opções, existem diversas organizações e movimentos sociais dedicados a apoiar e acolher pessoas LGBTQIA+ em todo o Brasil. Você não está sozinho(a) e merece viver livre de preconceito e violência.

Figura 21. Homofobia é crime! Como denunciar?



Fonte: Elaborado pela autora

Na figura 23, deixamos anexado um clipe da plataforma ⁸*YouTube*, protagonizado pela Drag Queen Pablo Vittar. Esse tipo de conteúdo oferece visibilidade e representatividade para a comunidade LGBTQIA+. Isso é crucial para que os estudantes LGBTQIA+ se vejam refletidos no ambiente escolar, promovendo um sentimento de pertencimento e aceitação. A arte, como expressão cultural, é capaz de despertar a empatia. Ela tem o poder de provocar reflexões e abrir diálogos sobre temas sensíveis.

⁸ O link para acessar o vídeo citado acima é: <https://www.youtube.com/watch?v=O8B72HzTuww>. Acesso em: 07 mar. 2024.

Texto incluído na figura 23: O videoclipe da Drag Queen Pablo Vittar, além de ser uma produção audiovisual cativante, é uma poderosa narrativa que aborda a realidade da homofobia nas escolas brasileiras. O clipe lança luz sobre dessa questão social urgente ao explorar as experiências de jovens LGBTQIA+ enfrentando a discriminação em ambientes educacionais. A força e a resiliência representadas por Pablo Vittar na tela não apenas celebram a diversidade, mas também inspiram uma conversa necessária sobre a construção de espaços educacionais mais inclusivos e seguros. Em um mundo onde a homofobia muitas vezes persiste, 'Indestrutível' se destaca como um lembrete impactante de que a música e a arte podem ser ferramentas poderosas na luta pela igualdade. Assistir a este videoclipe é um convite à reflexão e à ação. Que possamos todos nos unir para construir um ambiente educacional onde a diversidade seja não apenas aceita, mas celebrada.

Figura 22. Que tal uma música?



Fonte: Elaborado pela autora

Assim como a arte musical demonstrada na figura anterior, os filmes também possuem sua importância para a identificação e representatividade. Por isso, na figura 24, demonstramos a inclusão de algumas indicações de filmes com a temática LGBTQIA+.

Texto incluído na figura 24: Um não, serão 5 filmes que recomendaremos aqui neste *Padlet*. Então prepara a pipoca que a sessão cinema está aberta.

1. Com amor, Simon
2. Hoje eu quero voltar sozinho
3. Valentina
4. Close
5. Pariah

As sinopses de cada um desses filmes estão aqui embaixo nos comentários. Com esses filmes, esperamos facilitar o seu entendimento acerca de como pessoas LGBTQIA+ se sentem

nessa fase de vida tão intensa que é a adolescência, a fim de entender o que os alunos podem passar nas escolas e em suas casas.

"Com Amor, Simon" - Um emocionante conto sobre Simon, um adolescente gay que lida com a descoberta de sua identidade enquanto tenta manter sua orientação sexual em segredo. O filme destaca a importância da aceitação pessoal e a necessidade de criar ambientes escolares mais inclusivos, sendo um aliado essencial na luta contra a homofobia.

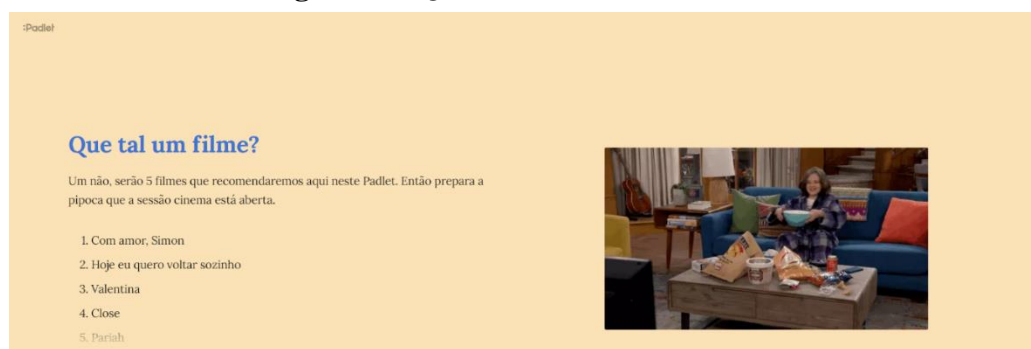
"Hoje Eu Quero Voltar Sozinho" - Esta obra delicada segue a jornada de Leonardo, um adolescente cego que se apaixona por um novo colega de classe. O filme não apenas celebra o amor, mas também destaca a importância de romper estereótipos e desafiar preconceitos nas escolas.

"Valentina" - Um filme que explora a história de uma adolescente transgênero em busca de sua identidade. "Valentina" não apenas destaca os desafios enfrentados por jovens LGBTQIA+ nas escolas, mas também enfatiza a necessidade de ter empatia e compreensão para criar ambientes educacionais mais inclusivos.

"Close" - Um emocionante filme que mergulha de cabeça nas complexidades da amizade, sexualidade e masculinidade na pré-adolescência. Rémi e Léo são inseparáveis, compartilham tudo e vivem uma amizade que desafia as convenções. Mas quando a sociedade exige rótulos - irmãos ou um casal? - a história se desenrola, revelando as pressões, a homofobia e a exclusão que enfrentam. Este filme tocante nos leva a refletir sobre a importância de aceitar e respeitar a diversidade e a pluralidade de formas de demonstrar afeto, especialmente nas escolas, onde a homofobia muitas vezes persiste.

"Pariah" - Um retrato impactante da vida de uma adolescente lésbica que enfrenta desafios ao expressar sua verdadeira identidade. O filme revela as dificuldades da jornada LGBTQIA+ nas escolas e destaca a importância da aceitação e apoio na luta contra a homofobia.

Figura 23. Que tal um filme?



Padlet

Que tal um filme?

Um não, serão 5 filmes que recomendaremos aqui neste Padlet. Então prepara a pipoca que a sessão cinema está aberta.

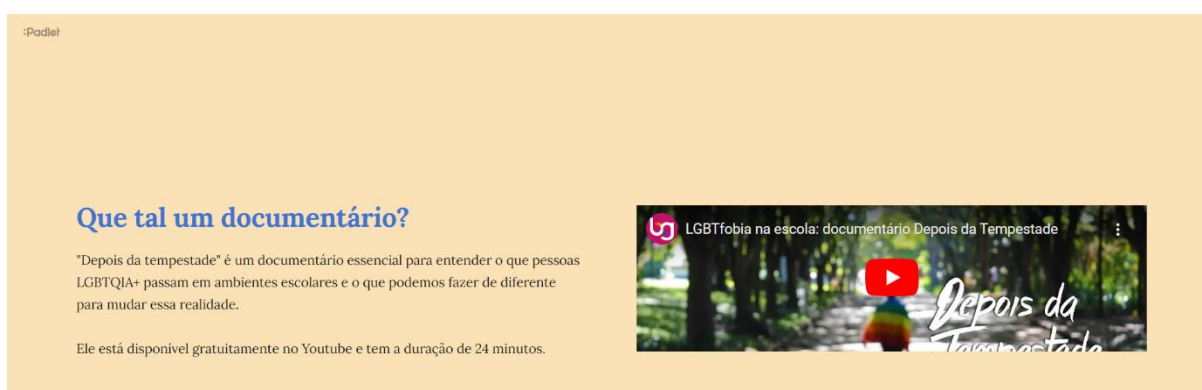
1. Com amor, Simon
2. Hoje eu quero voltar sozinho
3. Valentina
4. Close
5. Pariah

Fonte: Elaborado pela autora

A inclusão de arte, como documentários, estimula o diálogo e a discussão em torno de questões sensíveis. Facilita conversas construtivas entre alunos, docentes e pais, promovendo a conscientização e a busca por soluções. Por isso, na figura 25, demonstramos a indicação de um documentário disponível gratuitamente no ⁹YouTube, chamado “Depois da tempestade”. Essa gratuidade facilita a ampliação do público ao acesso à informação.

Texto incluído na figura 25: "Depois da tempestade" é um documentário importante para entender o que pessoas LGBTQIA+ passam em ambientes escolares e o que podemos fazer diferente para mudar essa realidade. Ele está disponível gratuitamente no Youtube e tem a duração de 24 minutos.

Figura 24. Que tal um documentário?



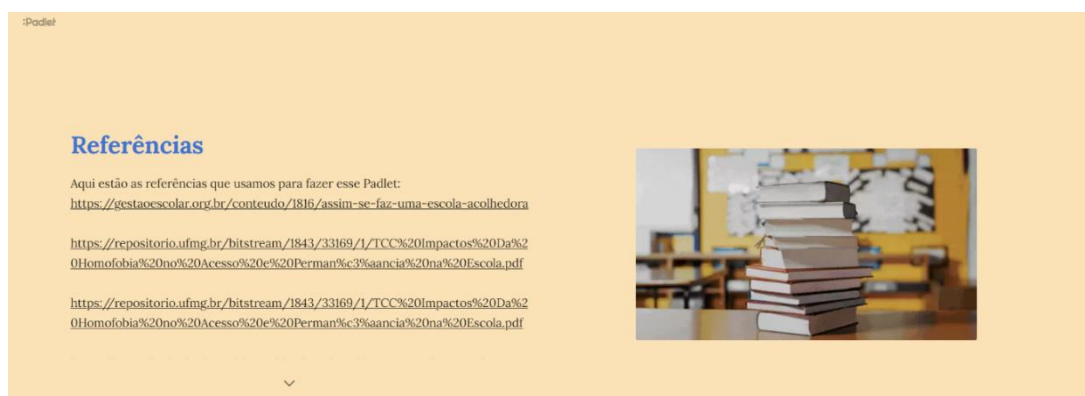
Fonte: Elaborado pela autora

Consideramos importante citar as referências bibliográficas ¹⁰ utilizadas para a construção de todo o *Padlet*, demonstradas na figura 26.

⁹ O documentário citado acima está disponível no link https://www.youtube.com/watch?v=g_RAbnK61N8. Acesso em: 07 mar. 2024.

¹⁰ As referências citadas acima estão disponíveis em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1816/assim-se-faz-uma-escola-acolhedora>, <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/33169/1/TCC%20Impactos%20Da%20Homofobia%20no%20Acesso%20e%20Perman%c3%aancia%20na%20Escola.pdf>, <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/33169/1/TCC%20Impactos%20Da%20Homofobia%20no%20Acesso%20e%20Perman%c3%aancia%20na%20Escola.pdf>, https://www.tjse.jus.br/portaldoservidor/arquivos/documentos/espaco-do-servidor/manuais/manual_comunicacao_lgbtqiapn.pdf. Acesso em: 07 mar. 2024.

Figura 25. Referências Bibliográficas para a construção do Padlet.



Fonte: Elaborado pela autora

A partir das referências utilizadas para a construção do *Padlet*, docentes poderão buscar diretamente as fontes e adquirir mais conhecimento sobre a temática, a fim de aperfeiçoar suas práticas pedagógicas, promovendo a inclusão das diversidades nas escolas.

O *Padlet* produzido neste trabalho encontra-se disponível em: <https://padlet.com/carlagomesdebarros/sexualidade-e-homofobia-no-ambiente-escolar-um-guia-para-doc-12jpxaxe2w8ngqsj>. Acesso em: 06 mar. 2024.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou entender se o tema diversidade sexual e LGBTfobia é integrado nas práticas pedagógicas dos docentes da EPT, do CPII - campus Tijuca II. Além disso, propomos um PE para fomentar o debate sobre o tema no ambiente escolar.

Os resultados obtidos confirmam parcialmente a hipótese inicial de que o tema da diversidade sexual e LGBTfobia é carente de discussão ou não é abordado de forma efetiva pelos docentes na EPT. A pesquisa evidenciou que a percepção sobre essas questões não se mostra diretamente pertinente às disciplinas ministradas, e a falta de preparo específico para integrá-las ao currículo foi expressiva.

A oferta limitada de material educacional que possibilite uma abordagem prática e dinâmica foi apontada como um desafio. Isso restringe a inclusão colaborativa dos discentes e sua participação efetiva no ambiente escolar, o que pode impactar negativamente na promoção da diversidade e inclusão.

É importante ressaltar que, apesar dos desafios identificados, a pesquisa também sinaliza oportunidades para melhorias. A produção do *Padlet*, uma ferramenta destinada a fomentar o debate do tema proposto, representa uma iniciativa para inspirar docentes a procurarem um meio interessante que entusiasme os alunos a se envolverem com a causa. Essa ferramenta pode oferecer suporte e orientação para integrar efetivamente a discussão da diversidade sexual no contexto educacional. E de acordo com os resultados da pesquisa, os participantes mostraram-se interessados pelo produto, visionando impacto positivo para o trabalho com os alunos.

Diante dos achados, é urgente considerar a implementação de estratégias de capacitação docente, promovendo a sensibilização e fornecendo ferramentas práticas para a inclusão da diversidade sexual no currículo.

Esta pesquisa destaca a relevância de abordar a diversidade sexual nas práticas pedagógicas, reconhecendo desafios existentes e propor soluções concretas. Ao promover a reflexão e fornecer ferramentas práticas, esperamos contribuir para a construção de um ambiente escolar democrático e acolhedor para todos os estudantes, e maior preparo para encarar os desafios enfrentados pelos docentes na abordagem do tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Diversidade sexual, orientação sexual e homofobia no Brasil: escolas, organizações juvenis e movimento LGBT**. Brasília: UNESCO Brasil, 2009.

ABRAMOVAY, M., CASTRO, M.G., SILVA, L.B. **Juventude e sexualidade**. Brasília: Edições UNESCO Brasil, 2004.

ALBUQUERQUE, M. H. Caminhos escondidos: o currículo escolar e a produção cultural. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

ALBUQUERQUE, P. P.; WILLIAMS, L. C. A. **Homofobia na escola: relatos de universitários sobre as piores experiências**. *Temas psicol.* [online]. 2015, vol.23, n.3, pp. 663-676. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-11>. Acesso em: 19 fev. 2024.

ALVES, S. M. S.; LAMB, C. R. Z. **Ações inclusivas: IF Farroupilha Campus Santa Rosa em questão**. In: BRANCHER, V. R.; MEDEIROS, B. A. Inclusão e diversidade: repensando saberes e fazeres na educação profissional, técnica e tecnológica. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

ARAÚJO, D. B.; CRUZ, I. S.; DANTAS, M. C. C. **Gênero e sexualidade na escola**. Salvador: UFBA, 2018.

ARAÚJO, R. P., CAMARGO, F. P. **Gênero e diversidade sexual no currículo escolar: uma abordagem inter e transdisciplinar no ensino e na formação de professores**. Araguaína, TO, v. 3, n. 1, p. 104-123, 2012 (ISSN 2179-3948 – online).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Curitiba: ABGLT, 2016.

BARBOSA, A. C. A.; FAVERE, J. **Currículo: teoria e prática**. Indaial: Uniasselvi, 2013.

BENTO, B. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Revista Estudos Feministas [online], vol. 19, n. 2, pp. 549-559, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BEZERRA, J. R. **Currículo e as relações de gênero: o olhar de pedagogas de uma escola pública da Paraíba**. Espaço do currículo, v.4, n.1, mar./set., 2011.

BORGES, Z. N.; PASSAMANI, G. R.; OHLWEILER, M. I.; BULSING, M. **Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul / Brasil)**. Educar em Revista, Curitiba, Editora UFPR, Brasil, n. 39, p. 21-38, jan./abr. 2011.

BORRILLO, D. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRANDÃO, S.; MIRANDA, V. S. N. **Homofobia e invisibilidade na educação**. Revista Espaço Acadêmico, n. 87, p. 1-9, 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/4415>. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. 2009. Disponível em: https://www.unifaccamp.edu.br/graduacao/letras_portugues_ingles/arquivo/pdf/gde.pdf. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL, **Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/organizacao-mundial-da-saude-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-e-disturbios-mentais>. Acesso em: 06 dez. 2023

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação**. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 mar. 2024.

BRITZMAN, D. P. **Curiosidade, sexualidade e currículo**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 83-113

BRITZMAN, D. P. Lost subjects, contested objects: Toward a psychoanalytic inquiry of learning. New York: Suny Press, 1998.

BUTLER, J. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAMARGO, D. **Programa de Inclusão e Diversidade do Senac São Paulo: identidade de gênero e educação profissional e tecnológica**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 2, n. 21, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/rbept.2021.13158>. Acesso em: 06 fev. 2024.

CAMARGO, S. A. P. de; NETO, L. F. S. **Sexualidade e gênero**. Rev. Fac. Ciênc. Méd. Sorocaba, v. 20, n.3, p. 139-143, 2018.

CARVALHO, M. **Família denuncia preconceito contra aluno de 11 anos após sugestão de trabalho com tema LGBT em grupo da escola.** Portal G1, 13 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/06/13/familia-denuncia-preconceito-contraluno-de-11-anos-apos-sugestao-de-trabalho-com-tema-lgbt-em-grupo-da-escola.ghtml>. Acesso em 25 jul. 2022.

CASTRO, M. G. **Gênero e Raça: desafios à escola.** In: Santana, M.O. (Org) **Lei 10.639/03 – educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação fundamental.** Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2005.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da Violência 2021.** São Paulo: FBSP, 2021.

CIAVATTA, M. **Ensino Integrado, a Politécnica e a Educação Omnilateral. Por que lutamos?** Trabalho & Educação, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014.

COELHO, L. J.; CAMPOS, L. M. L. **Diversidade sexual e ensino de ciências: buscando sentidos.** Ciência & Educação, Bauru, v. 21, n. 4, p. 893-910, 2015.

COLLING, A. M. **Inquietações sobre educação e gênero.** Revista Trilhas da História, Três Lagoas, v. 4, n. 8, p. 33-48, jan./jun. 2015.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CORDEIRO, J., PEPLER, D. J., CRAIG, W. **Abordagem para o bullying e vitimização.** Canadian Family Physician – Le Médecin de famille canadien, 55, 356-360, 2009.

CORINO, L. C. P. **Homoerotismo na Grécia antiga – homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades.** Biblos, Rio Grande, v. 24, n. 2, p. 39-50, 2010.

COSTA, A. B.; NARDI, H. C. **Homofobia e preconceito contra a diversidade sexual: debate conceitual.** Temas em Psicologia, [S.l.], v. 23, n. 3, p. 715-726, 2015.

CROCHIK, J. L. **Preconceito, indivíduo e cultura.** São Paulo: Casa do Psicólogo. 2006.

DIAS, C. G. P. **A invenção do homossexual no século XIX e os silêncios da história.** Rev. Hist. [online]. v. 22, n. 2, p. 11-30, 2019.

DINIS, N. F. **Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência.** Educar em Revista, Curitiba, Editora UFPR. Brasil, n. 39, p. 39-50, 2011.

DUARTE, A. R. **Inserção de gênero na formação inicial dos cursos de pedagogia a partir das experiências e narrativas docentes.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas, Guarulhos, 2021.

EGYPTO, A. C. **Orientação sexual nas escolas públicas de São Paulo.** In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

FIORAVANTI, T. S.; BRANCHER, V. R.; MOREIRA, H. C. **Gênero, sexualidade e diversidade sexual na educação profissional e tecnológica: os núcleos de gênero e diversidade**. REPI – Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, Boa Vista, v. 1, p. 207-219, 2020.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

GOMES, L. A. Divisões da Fé: as diferenças religiosas na escola. In: Aquino, J. G. (org.): **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

GOMES, N. L. Diversidade cultura, currículo e questão racial. Desafios para a prática pedagógica. In: ABRAMOWICZ, Anete, BARBOSA, Maria de Assunção e SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs). **Educação como prática da diferença**. Campinas: Armazém do Ipê, 2006. p.21-40.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HEILBORN, M. L.; ROHDEN, F. **Gênero e diversidade na escola: a ampliação de um debate**. In: CARRARA *et al.* (Orgs.) **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/ES em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

HENRIQUES, R. *et al.* (org.). **Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Cadernos SECAD 4. Brasília: Secad/MEC, 2007. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf. Acessado em: 02 mar. 2024.

JUNQUEIRA, R. D. **O reconhecimento da diversidade sexual e o enfrentamento da homofobia no contexto escolar**. In: GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. (orgs.). **Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas**. p. 217-233. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

KRAFFT-EBING, R. Von. **Psychopathia Sexualis**. Alemanha, Estados Unidos: 1906, 1922, 1931.

LAURINDO, C.; PELUSO, L.; REIS, A.; DEGUENON, E.; CRUZ, D. **Ausência de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero nas fichas de cadastro individual da atenção primária à saúde: Relato de experiência**. 2023.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **A Escola como Organização Educacional**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

LIMA, E. B. **Sexualidade e currículo escolar: um diálogo a partir da legislação.** Revista Espaço Acadêmico, n. 87, p. 1-10, 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/4416>. Acesso em: 19 fev. 2024.

LIONÇO, T.; ALVES, A. C. O.; MATTIELLO, F.; FREIRE, A. M. **"Ideologia de gênero": estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso.** Revista Estudos Feministas, v. 25, n. 2, p. 1-19, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000200001. Acesso em: 23 fev. 2024.

LIONÇO, T.; DINIZ, D. **Homofobia, Silêncio e Naturalização: Por uma narrativa da diversidade sexual.** Psicologia Política, 8(16), 307–324. 2008.

LOPES, D. A sedução da diferença: ensaios sobre o pensamento de Jean Baudrillard. São Paulo: Iluminuras, 2008.

LOPES, G. **Gênero, sexualidade e educação.** 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 64 p.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. Currículo e avaliação. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LORENZET, D., ANDREOLLA, F., PALUDO, C. **Educação Profissional e Tecnológica (EPT): os desafios da relação trabalho-educação.** Trabalho & Educação, 2020, p.15-28.

LOURO, G. L. **Currículo, gênero e sexualidade.** Porto: Porto Editora, 2001.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. **Pedagogias da sexualidade.** In: LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 4. ed. p. 7-35. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MADUREIRA, A. F. A. (2007). **The psychological basis of homophobia: Cultural construction of a barrier.** Integrative Psychological & Behavioral Science, 41(3-4), 225-247. doi:10.1007/s12124-007-9024-9.

MADUREIRA, B. Gênero, Sexualidade e Diversidade na Escola a partir da Perspectiva de Professores/as. **Temas em Psicologia**, 2015, Vol. 23, nº 3, p. 577-591.

MAGALHÃES, R. de C. B. P.; RUIZ, E. M. **Estigma e currículo oculto.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 17, p. 125-142, maio-ago., 2011. Edição Especial. Disponível em: [https://revistas.ufg.br/interacao/article/download/68414/37264/327207\[1\]](https://revistas.ufg.br/interacao/article/download/68414/37264/327207[1]). Acesso em: 02 mar. 2024.

MAISTRO, V. I. A. **Desafios para a elaboração de projetos de educação sexual na escola.** In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. (org.). Educação sexual: em busca de mudanças. Londrina: UEL, 2009. p. 35-62. Disponível em: <https://tinyurl.com/yy3kh8e3>. Acesso em: 08 mar. 2024.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna.** Campinas: Alínea, 2007.

MELO, S. Identidade de gênero e orientação sexual: perspectivas literárias. **Temas em saúde**. João Pessoa, 2018. Vol.18, nº 3, p. 381-404.

MENDONÇA, N. J. A. **A humanização da pedagogia de Paulo Freire**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p.168. 2006.

MENEZES, R. D. B.; SOARES, G. D.; OLIVEIRA, O. F. N.; SILVA, F. V.; TAMANINI, P. A. **A LGBTfobia na perspectiva docente: entre a estatística e o enfrentamento**. Educa – Revista Multidisciplinar em Educação, Porto Velho, v. 7, p. 710-729, jan./dez., 2020.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. p.78, 2012.

MONTEIRO, J. C. S.; COSTA, M. J. M.; BOTTENTUIT JUNIOR, J. B. **App-learning hipertextual: repositórios virtuais de aprendizagem no Padlet**. In: 4º Encontro sobre Jogos e Mobile Learning, 2018, Coimbra. Atas do 4º Encontro sobre Jogos e Mobile Learning. Coimbra: 23 Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - Coimbra, p. 216-225, 2018.

MORGADO, J. C. **Educar no século XXI: que papel para o(a) professor(a)?** In: MOREIRA, A.F.B.; PACHECO, J.A; GARCIA, R.L.(orgs.). Currículo: pensar, sentir e diferir. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

NEVES, S., BORGES, J., SILVA, E., VIEIRA, C. P., SOUSA, A. N. **Bullying homofóbico: Crenças e práticas de estudantes do Ensino Superior em Portugal**. Psicologia, 33(2), 47-59, 2019.

NOGUEIRA, C., OLIVEIRA J. M. Um olhar da psicologia feminista crítica sobre os direitos humanos de pessoas LGBT. In: Nogueira, Oliveira (Orgs). **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de gênero, 2010. p. 9-18

O’HIGGINS-NORMAN, J. **Equality in the provision of social, personal and health education in the Republic of Ireland: the case of homophobic bullying?** Pastoral Care in Education, 26(2), 69-81, 2008.

OLIVEIRA, M. R. **Angústia e colonialidade do ser: percepção sobre LGBTfobia em estudantes de licenciatura em pedagogia e em física do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2018.

OLIVEIRA, R. M. de. **Currículo Escolar: Um Conjunto de Conhecimentos para a Concretização de Objetivos Educacionais**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 8. Ano 02, Vol. 05. pp 52-73, 2017.

OLWEUS, D. **Bullying at school: What we know and what we can do**. Oxford: Blackwell, 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Sexual and Reproductive Health**. 2006. Disponível em: <https://www.who.int/teams/sexual-and-reproductive-health-and-research/key-areas-of-work/sexual-health/defining-sexual-health>. Acesso em: 19 fev. 2024

PACHECO, J. A. **Currículo: teoria e prática**. Porto: Porto Editora, 1996.

Projeto Escola Sem Homofobia – caderno de Textos. Brasília, Ministério da Educação, Ecos, ABGLT, Pathfinder e Reprolatina, 2011.

RAMIRES, L. **Homofobia na escola: o olhar de um educador social do movimento LGBT**. In: Venturi, g.; Bokany, V. (Org.). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 131-140, 2011.

REIS, T.; EGGERT, E. **Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros**. *Revista Educar*, v. 24, n. 1, p. 1-18, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://revistaseducar.ufmg.br/index.php/educar/article/download/1153/1153>. Acesso em: 23 fev. 2024.

REIS, T. (organização). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

REIS, T., CAZAL, S. (organização). **Manual de Educação LGBTI+**. 3ª edição. Curitiba, PR: IBDSEX, 2021.

RIO DE JANEIRO. **Documento de orientação curricular do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria de Educação, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/rj_curriculo_riodejaneiro.pdf. Acesso em: 02 mar. 2024.

RIOS, R. R. **Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação**. In: JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 458 p. 2009.

ROCHA A. P. Q., MENDES M. A. C. **Cidadania e diversidade: dialogando com as transformações**. Montes Claros: IFNMG, 2020.

ROCHA, K. A. **Diversidade sexual e combate à homofobia no cenário das políticas públicas para a educação**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2011, Curitiba. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5958_2939.pdf. Acesso em: 03 mar. 2024.

RODRIGUES, L., GRAVE, R., OLIVEIRA, J. M., NOGUEIRA, C. **Study on homophobic bullying in Portugal using Multiple Correspondence Analysis (MCA)**. *Revista Latino Americana de Psicología*, 48(3), 191-200, 2016.

RODRIGUES, Beatriz. **Diversidade sexual, gênero e inclusão escolar**. *Revista Educação Pública*, v. 2, n. 6, p. 1-12, nov./dez. 2017. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/6/diversidade-sexual-genero-e-inclusao-escolar>. Acesso em: 19 fev. 2024.

RODRIGUES, C. P.; WECHSLER, A. M. **A sexualidade no ambiente escolar: a visão dos professores de Educação Infantil**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, v.1, p.89-104, 2014.

SANTOS, H. M., SILVA, S. M. D., MENEZES, I. **Para uma visão complexa do bullying homofóbico: Desocultando o cotidiano da homofobia nas escolas**. ex aequo, 36, 117-131, 2017.

SANTOS, J. J.; CERQUEIRA-SANTOS, E. **Homofobia e escola: uma revisão sistematizada da literatura**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 52, n. Suplemento 1, p. e8734, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.RS.V20iEsp1.e8734>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SANTOS, L. P., BARBOSA P, JUNIOR, J. A. **A Cura gay – dos discursos religiosos aos patológicos**. III Seminário Internacional Imagens da Justiça, currículo e educação jurídica. 2018. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/imagensdajustica/files/2018/05/A-CURA-GAY-%E2%80%93-DOS-DISCURSOS-RELIGIOSOS-AOS-PATOL%C3%93GICOS.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2022.

SANTOS NETO, J. T. **Diversidade Sexual e de Gênero no Currículo Escolar e na Formação**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 52, n. 3, p. 111-132, nov. 2021/fev. 2022.

SARAIVA, E. S. S.; MONTE, T. K. **As assembleias estudantis e o exercício da gestão democrática**. Revista Educação e Emancipação, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 301-318, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/download/13033/8912/40703>. Acesso em: 02 mar. 2024.

SFOGGIA, A.; KOWACS, C. **Sexualidade e novas tecnologias**. Revista Brasileira de Psicoterapia, v. 16, n. 2, p. 77-87, 2007. Disponível em: http://rbp.celg.org.br/detalhe_artigo.asp?id=150. Acesso em: 23 fev. 2024.

SILVA, E. L. S. **A ‘Ideologia de Gênero’ no Brasil: conflitos, tensões e confusões terminológicas**. Revista Periódicus, v. 1, n. 10, p. 269-296, nov. 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27923>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SILVA, K. **Currículo e gênero: a sexualidade na formação docente**. Curitiba: Appris, 2015.

SILVA, M. A., LUPPI, C. G., VERAS, M. A. **Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil**. Ciência e Saúde Coletiva, 2020.

SILVA, R. G.; SANTOS, M. H. **Escola e LGBTfobia: articulando possibilidades educativas para uma vida vivível**. In: III Seminário Internacional "Imagens da Justiça, Currículo e Educação Jurídica", Brasília, DF, 2018.

SILVA, S. M. P. D.; MACHADO, R. N. D. S.; SILVA, K. C. S.; PRAZERES, V. D. A. (Orgs.). **Diferenças de gênero e sexualidade na educação: estudos, pesquisas e intervenções**. In: II Encontro Maranhense Sobre Gênero, Educação e Sexualidade - EMGES, São Luís, MA, 2018.

SILVA, T. T. – **Documentos de Identidade; Uma Introdução às teorias do currículo**, 2ª edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SOUSA, G. R.; DEVIDE, F. P.; ANDRADE, T. R.; RIZZUTI, E. V. **A homofobia como uma das faces do bullying: análise em periódicos científicos da Educação Física**. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 30, n. 54, p. 245, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2018v30n54p245>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SOUZA, J. M., SILVA, J. P., FARO, A. **Bullying e Homofobia: Aproximações Teóricas e Empíricas**. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 19, Número 2, 289-297, 2015.

SOUZA, M. E. **Evangélicos e movimento LGBT na esfera pública: a “cura gay” trazendo novas perspectivas**. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

STOLLER, R. **Sex and gender: the development of masculinity and femininity**. Nova York: Science House; 1968.

Supremo Tribunal Federal (STF). **STF equipara ofensas contra pessoas LGBTQIAPN+ a crime de injúria racial**. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=512663&ori=1>. Acesso em: 03 mar. 2024.

TOGNETTA, L. R. P., VINHA, T. P. **Bullying e intervenção no Brasil: um problema ainda sem solução**. Em Instituto Universitário (Org.) (Ed.), *Actas do 8º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde: Saúde, sexualidade e gênero*. Lisboa, Portugal: ISPA, 2010.

TRAQUEIA, F. **Sexualidade online. Estudo alerta para os perigos da desinformação**. *Jornal Polígrafo*, 5 set. 2021. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/sociedade/artigos/sexualidade-online-estudo-alerta-para-os-perigos-da-desinformacao>. Acesso em: 23 fev. 2024.

UNESCO. **Respostas do setor de educação à violência com base na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero**. Paris: Unesco, 2017. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244652_por. Acesso em: 19 fev. 2024.

VIANNA, C. P. **O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios I**. In: CONFERÊNCIA ANPAD - XXII Congresso Nacional de Políticas Públicas e Administração, Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.anpad.org.br/wp-content/uploads/2018/08/AnaisXXIICongresso_Final.pdf. Acesso em: 19 fev. 2024.

WALKERDINE, V. **School Girl Fictions**. New York: Verso Books. 1990.

WAREHAM, J., MURDERED, H. **Trans People Killed This Year**. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/jamiewareham/2019/11/18/murdered-hanged-and-lynched-331-trans-people-killed-this-year/#6a1f76722d48>. Acesso em: 13 out. 2021.

WEEKS, J. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 35-82.

YORK, S. W., SILVA, S. L. B. d., & NOLASCO-SILVA, L. **Gênero e sexualidade na educação: Uma perspectiva interseccional**. Devires, 2022.

YORK, S.W. **“Tia, você é homem?” Trans da/na educação: Des (a) fiando e ocupando os “cistemas” de Pós-Graduação**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 198p., 2020.

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS

Olá! Meu nome é Carla Barros. Sou mestranda pelo programa de pós graduação PROFEPT, campus CPII – São Cristóvão. Minha dissertação de mestrado é intitulada: **“Diversidade sexual e LGBTfobia no ambiente escolar: Uma análise sobre a atuação dos docentes da Educação Profissional e Tecnológica.”** Sou professora de Ciências e Biologia no estado do Rio de Janeiro. Durante anos trabalhando como professora, pude notar que a escola é um lugar desafiador para discussões entre professores e alunos sobre o tema citado acima. Esse questionário está sendo aplicado para entendermos se as questões sobre LGBTfobia e diversidade sexual são discutidas entre alunos e professores do CPII – Tijuca II. Além disso, como são discutidas, quais são as dificuldades encontradas, relatos sobre situações em que o tema se fez presente, entre outras questões. É válido ressaltar que a pesquisadora se compromete em manter a confidencialidade e o sigilo em relação à identidade dos participantes da pesquisa garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos psicológicos, e de prestígio econômico-financeiro. Sinta-se à vontade para responder com sinceridade. Se necessário, você poderá interromper o processo de resposta quando desejar. Obrigada pela sua participação na pesquisa.

- 1) Nome (se preferir, pode usar um codinome):
- 2) E-mail:
- 3) Qual a sua formação acadêmica? (indique a maior formação acadêmica)

 Licenciatura
 Pós-graduação *Latu Sensu*
 Mestrado
 Doutorado
- 4) Qual a disciplina você leciona na EPT?
- 5) Você aborda o tema “DIVERSIDADE SEXUAL E LGBTfobia” em suas aulas?
 NÃO
 SIM

De que maneira? Quais estratégias didáticas foram utilizadas para lidar com o tema?

6) Como docente da EPT, você considera importante os debates e a inclusão do tema “DIVERSIDADE SEXUAL E LGBTfobia” na escola?

NÃO

SIM

Por quê?

7) Você já participou de algum tipo de formação ofertado pelo CPII para auxiliar com esse tema em sala de aula?

NÃO

SIM

Qual? _____

8) Você já fez formação continuada por conta própria sobre o tema Diversidade sexual e LGBTfobia no ambiente escolar?

NÃO

SIM

Qual? Curso on-line Palestras Curso presencial Congresso

Curso de pós-graduação

9) Qual a sua opinião sobre abordar o tema “DIVERSIDADE SEXUAL E LGBTfobia” na escola? Marque uma ou mais opções, se necessário.

Acredito que este tema deva ser tratado pela família e não pela escola;

Acho que abordar este tema na escola causará problemas, como por exemplo, reclamações por parte dos pais e família, para com os professores e direção da escola;

Acho que as discussões e debates sobre este tema são importantes, mas deveriam ser tratadas por professores especializados e em disciplinas distintas.

Acho o tema importante e deveria ser mais debatido em todas as disciplinas;

- Acho que o momento político não permite que eu discuta este tema em sala de aula;
- Acho que por respeito às questões religiosas não devemos falar sobre este tema;
- Acho muito relevante incluir este tema em minhas aulas, pois acredito que podemos minimizar o preconceito, desenvolver o respeito favorecendo a inclusão e diminuindo as chances de evasão escolar.

Outros motivos:

10) Você acha que um material didático com embasamento teórico apropriado e a possibilidade de interação com os alunos facilitaria o trabalho com esta temática em sala de aula?

NÃO

SIM

11) Se você respondeu “SIM” na questão anterior, indique sua sugestão de formato mais adequado para os docentes trabalharem com tema.

Blog (site informativo, como um diário on-line);

Aplicativos (um programa de software presente em dispositivos móveis, como celulares e tablets ou no computador);

Padlet (mural virtual colaborativo);

E-book (livro em formato digital);

Rede social(Facebook, Instagram, Twitter...);

Outros: _____

12) Após a apreciação do produto educacional proposto, qual a sua opinião?

13) Escreva aqui suas sugestões para colaboração e melhoria deste produto educacional.

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MAIORES DE IDADE

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa denominada: “Diversidade sexual e LGBTfobia no ambiente escolar: uma análise sobre a atuação dos docentes da Educação Profissional Tecnológica”, realizada no âmbito do “Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica”, e que diz respeito a uma dissertação de mestrado.

1. OBJETIVO: O objetivo do estudo é investigar se a diversidade sexual e a LGBTfobia são abordadas em sala de aula, e de que maneira são discutidas pelos docentes da EPT no campus CPII TIJUCA II, a fim de obter um produto educacional que sirva como ferramenta para o debate sobre gênero e diversidade sexual dentro e fora do contexto escolar.

2. PROCEDIMENTOS: a sua participação consistirá em: responder um questionário de 10 perguntas, entre elas, objetivas e discursivas, online, no formato google forms.

3. POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS: Toda pesquisa oferece algum tipo de risco. Nesta pesquisa, o risco pode ser avaliado como mínimo, isto é, o participante pode apresentar desconforto, vergonha, aborrecimento, invasão de privacidade, possibilidade de constrangimento, disponibilidade de tempo para responder ao instrumento, alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre sexualidade. Objetivando minimizar esses riscos, o participante tem a possibilidade de: 1) garantir o sigilo em relação as suas respostas, as quais serão tidas como confidenciais e utilizadas apenas para fins científicos; 2) garantir o acesso em um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta de dados e obtenção de informações, apenas no que diz respeito àquelas necessárias para a pesquisa; 3) garantir a não identificação nominal no formulário nem no banco de dados, a fim de garantir o seu anonimato; 4) esclarecer e informar a respeito do anonimato e da possibilidade de interromper o processo quando desejar, sem danos e prejuízos à pesquisa e a si próprio; 5) garantir explicações necessárias para responder as questões; 6) garantir ao participante a liberdade de se recusar a ingressar e participar do estudo, sem penalização alguma por parte dos pesquisadores; 7) garantir uma abordagem cautelosa ao indivíduo considerando e respeitando seus valores, cultura e crenças. Por outro lado, são esperados os seguintes benefícios da participação na pesquisa: a resposta deste questionário poderá contribuir para produção de material didático atualizado aos docentes para que possam trabalhar com a temática diversidade sexual e de gênero de forma mais inclusiva.

4. GARANTIA DE SIGILO: os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o (a) identificar, será mantida em sigilo. O (a) pesquisador (a) responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

5. LIBERDADE DE RECUSA: a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido a sua participação no estudo. Fica garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com

o(a) pesquisador(a). Caso você concorde em participar, as páginas serão rubricadas e a última página será assinada por você e pelo(a) pesquisador(a). O(a) pesquisador(a) garante a você livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso ao(a) pesquisador(a) Carla Gomes de Barros pelo telefone (21) 98379-4899, E-mail carlagomesdebarros@gmail.com. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CPPII), situado no Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), sala 202-B – São Cristóvão – Rio de Janeiro, CEP 29921-903, pelo telefone: 21 3891-0020 ou pelo e-mail: cep@cp2.g12.br

CONSENTIMENTO

Eu, _____ li e concordo em participar da pesquisa.

| | |
|-------------------------------|-------------------|
| Assinatura do(a) participante | Data: ___/___/___ |
|-------------------------------|-------------------|

Eu, _____ obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do(a) participante da pesquisa.

| | |
|---|------------------|
| <i>Carla Gomes de Barros</i> Assinatura do(a) pesquisador(a) | Data: 05/02/2024 |
|---|------------------|

ANEXO I

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



COLÉGIO PEDRO II

Continuação do Parecer: 5.799.209

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

RIO DE JANEIRO, 07 de Dezembro de 2022

Assinado por:
ROGERIO MENDES DE LIMA
(Coordenador(a))



COLÉGIO PEDRO II

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Diversidade sexual e LGBTfobia no ambiente escolar: uma análise sobre a atuação dos docentes da Educação Profissional Tecnológica.

Pesquisador: CARLA GOMES DE BARROS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 65617522.5.0000.9047

Instituição Proponente: Colégio Pedro II

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.799.209

Apresentação do Projeto:

APRESENTAÇÃO DO PROJETO:

As informações colocadas nos campos denominados "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do documento intitulado PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2041638.pdf (submetido na Plataforma Brasil em 29/11/2022)

INTRODUÇÃO:

A escola é uma instituição pertencente à sociedade, portanto, influenciada pelos modos de pensar e de se relacionar em um contexto social, político e cultural específico. Por outro lado, a escola também é um instrumento formador de opiniões onde através de seus professores, educandos se inspiram (alem de aprenderem os conteúdos), no modo de pensar e agir de seus mestres contribuindo para suas transformações pessoais. Ao identificarmos o cenário de discriminações e preconceitos, vemos no espaço da escola as possibilidades de participação para alteração desse processo (BRASIL, 2009). No entanto, abordagens pertinentes às questões sobre diversidade sexual e LGBTfobia, comumente são silenciadas pelos docentes. Isso se deve a diversos motivos, como por exemplo, a falta de conhecimento sobre o tema, a falta de argumentação ou até mesmo a falta de consistência na própria argumentação, ausência de vontade para tratar assuntos polêmicos, as crenças trazidas pelos professores, sejam elas de

Endereço: Campo de São Cristóvão 177
Bairro: São Cristóvão
UF: RJ
Telefone: (21)2163-5730

CEP: 20.921-903
Município: RIO DE JANEIRO
E-mail: cep@cp2.g12.br

Página 01 de 08

Endereço: Campo de São Cristóvão 177
Bairro: São Cristóvão
UF: RJ
Telefone: (21)2163-5730

CEP: 20.921-903
Município: RIO DE JANEIRO
E-mail: cep@cp2.g12.br

Página 01 de 08